



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ROSIELMA BARROSO DA SILVA

**A FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM RORAIMA: O CURSO
NORMAL REGIONAL MONTEIRO LOBATO NOS JORNAIS “O ÁTOMO” E “BOA
VISTA” (1949-1964)**

BOA VISTA, RR

2022

ROSIELMA BARROSO DA SILVA

**A FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM RORAIMA: O CURSO
NORMAL REGIONAL MONTEIRO LOBATO NOS JORNAIS “O ÁTOMO” E “BOA
VISTA” (1949-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Roraima, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa 1: Formação de Professores e Práticas Educativas.

Orientadora: Profa. Dra. Leila Adriana Baptaglin.

BOA VISTA, RR

2022

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

S586f Silva, Rosielma Barroso da.

A feminização do trabalho docente em Roraima: o Curso Normal Regional Monteiro Lobato nos jornais "O Átomo" e "Boa Vista" (1949-1964) / Rosielma Barroso da Silva. – Boa Vista, 2022.

127 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Leila Adriana Baptaglin.

CDU – 371.13(811.4)

Ficha Catalográfica elaborada pela
Bibliotecária/Documentalista: Mariede Pimentel e Couto
Diogo - CRB-11/354 - AM

ROSIELMA BARROSO DA SILVA

**A FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM RORAIMA: O CURSO
NORMAL REGIONAL MONTEIRO LOBATO NOS JORNAIS “O ÁTOMO” E “BOA
VISTA” (1949-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Roraima, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa 1: Formação de Professores e Práticas Educativas. Apresentada em 19 de setembro de 2022 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Leila Adriana Baptaglin (Orientador/PPGE/UFRR)

Profa. Dra. Jéssica de Almeida (Membro interno/PPGE/UFRR)

Profa. Dra. Raimunda Gomes da Silva (Membro externo/PPGE/UERR)

Prof. Dr. Pedro Menin (Suplente interno/PPGE/UFRR)

Prof. Dr. Vilso Junior Chierentin Santi (Suplente externo/PPGCOM/UFRR)

BOA VISTA, RR

2022

Pesquisa dedicada àquelas que vieram antes de mim, em especial à minha mãe, Euzení Barroso da Silva, exemplo de força, coragem e dedicação.

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial à minha mãe e meus irmãos, que não me deixaram desistir dessa jornada e me deram todo o apoio necessário.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Roraima e a todos os docentes que contribuíram para minha formação, especialmente Leila Adriana Baptaglin, minha orientadora, que entendeu meus momentos de distanciamento, de surto, mas, sobretudo, que nunca deixou de acreditar em mim.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pela concessão de bolsa de estudo de Mestrado, trazendo uma formação acadêmica mais tranquila.

À Auditoria de Controle da Rede de Ensino da Secretaria de Educação do estado de Roraima e ao Arquivo Geral do Estado de Roraima que me auxiliaram na busca das fontes.

Ao professor Sebastião Oliveira, por ter acompanhado minha trajetória desde a graduação, propiciando viagens acadêmicas, participação em eventos e por toda a ajuda com documentos históricos que me ajudaram na escrita da dissertação.

Às amigas do mestrado: Marcelina Verônica de Souza, Jennifer Barros e Aline Fernandes, gratidão por todos os momentos de alegria, choro, desabafos e trocas acadêmicas.

Aos Ítalo's, Ítalo Yves e Ítalo Cesar, por encherem meu “bucha”, serem capazes de atravessar a cidade para me ajudar com qualquer coisa e por todo o amor e carinho.

Ao Leonardo Guimarães, por todas às vezes que se preocupou com o meu sumiço, mas compreendeu que era o que eu queria, por respeitar meu espaço, pelas maquiagens perfeitas, pelos rolês na cidade e por toda essa energia que você emana na minha vida.

À Marya Emanoely, por todos esses anos, pelas saidinhas de ano em ano, mas por sempre se fazer presente apesar da correria. Te amo, irmã!

À Valéria Soares, pelos desabafos, por viver a mesma situação e, mesmo com os teus surtos, ter ouvido os meus e me ajudado sempre com a formatação e normas do trabalho científico.

Ao meu companheiro de vida, Paulo Victor, pelo cuidado diário, por me dar forças, pela compreensão, carinho e companheirismo. Te amo!

Em todos esses séculos, as mulheres têm servido de espelhos dotados do mágico e delicioso poder de refletir a figura do homem com o dobro de seu tamanho natural. Sem esse poder, a Terra provavelmente ainda seria pântano e selva. As glórias de todas as nossas guerras seriam desconhecidas [...] qualquer que seja seu emprego nas sociedades civilizadas, os espelhos são essenciais a toda ação violenta e heroica. Eis por que [eles] insistem tão enfaticamente na inferioridade das mulheres, pois, não fossem elas inferiores, eles deixariam de engrandecer-se [...] tranque suas bibliotecas, se quiser, mas não há portão, nem fechadura, nem trinco que você consiga colocar na liberdade de minha mente.

(Virginia Woolf)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os discursos das instituições políticas, sociais e econômicas quanto ao papel social da mulher no Curso Normal Regional Monteiro Lobato (CNRML), encontrados nos jornais “*O Átomo*” e “*Boa Vista*” e nos documentos da própria instituição. Utilizamos a abordagem metodológica qualitativa com base na pesquisa documental, em que os documentos selecionados foram analisados de acordo com a Teoria da Análise de Conteúdo fundamentada por Laurence Bardin (1977). Para o desenvolvimento teórico, discutimos as categorias: trabalho, educação e gênero, em que as duas últimas apresentaram subcategorias, respectivamente, profissionalização docente e feminização. Com o auxílio do aporte teórico-metodológico analisamos os jornais “*O Átomo*” e “*Boa Vista*”, assim como os documentos do CNRML, que apresentam aspectos metodológicos duais, sendo sujeitos e objetos da investigação. As categorias de análise foram definidas como: fusão Igreja-Estado, espaços femininos, estereótipos sobre ser mulher, aspectos cívicos na atuação das professoras e transgressão dos estereótipos (para análise dos jornais) e as categorias: trabalho, educação, gênero e feminização do trabalho docente (para análise dos documentos/leis CNRML). Os discursos sobre ser mulher no Território Federal do Rio Branco (TFRB), na década de 1940 e 1950, apontavam para uma mulher que deveria ser mãe-esposa-dócil-abnegada-patriota, por este motivo as professoras exerciam a docência nessa ambiguidade, ensinando as crianças a amarem a Deus e a Pátria. O processo de feminização do trabalho docente foi perpassado por contradições, dualidades e incertezas em que as mulheres desempenharam suas funções como professoras diante de uma profissão marcada por discursos sobre a feminilidade, mas, ao mesmo tempo, se tornaram protagonistas de suas histórias, marcando o magistério rio-branquense, vendo na docência a possibilidade de mudança de vida.

Palavras-chave: Educação. Mulher. Feminização. Jornais. TFRB.

ABSTRACT

This research aims to analyze the discourses of political, social and economic institutions regarding the social role of women in the Normal Regional Course Monteiro Lobato (CNRML), found in the newspapers “*O Átomo*” and “*Boa Vista*” and in the institution's own documents. We used a qualitative methodological approach based on documentary research, in which the selected documents were analyzed according to the Content Analysis Theory founded by Laurence Bardin (1977). For theoretical development, we discussed the categories: work, education and gender, in which the last two presented subcategories, respectively, teacher professionalization and feminization. With the aid of the theoretical-methodological contribution, we analyzed the newspapers “*O Átomo*” and “*Boa Vista*”, as well as the CNRML documents, which present dual methodological aspects, being subjects and objects of the investigation. The analysis categories were defined as: Church-State fusion, feminine spaces, stereotypes about being a woman, civic aspects in the teachers' performance and transgression of stereotypes (for newspaper analysis) and the categories: work, education, gender and feminization of work teacher (for analysis of CNRML documents/laws). The discourses about being a woman in the Federal Territory of Rio Branco (TFRB), in the 1940s and 1950s, pointed to a woman who should be a mother-wife-docile-selfless-patriot, for this reason the teachers exercised teaching in this ambiguity, teaching children to love God and Country. The process of feminization of teaching work was permeated by contradictions, dualities and uncertainties in which women performed their functions as teachers in the face of a profession marked by discourses about femininity, but at the same time they became protagonists of their stories, marking the rio-branquense teaching profession, seeing in teaching the possibility of changing their lives.

Keywords: Education. Women. Feminization. Newspapers. TFRB.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema de codificação e categorização	24
Figura 2 – Alunas do Colégio São José no desfile do 7 de setembro.....	70
Figura 3 – Primeira instalação do Grupo Escolar Lobo D' Almada	71
Figura 4 – Grupo Escolar Lobo D' Almada (prédio próprio)	72
Figura 5 – Alunas do Grupo Escolar Lobo D'Almada em desfile do dia da Pátria	73
Figura 6 – Lançamento da Pedra Fundamental CNRML (1951)	96
Figura 7 – Curso Normal Regional Monteiro Lobato (1956).....	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias de análise e trechos selecionados	25
Quadro 2 – Estado do conhecimento a partir de pesquisas contidas no catálogo de teses e dissertações da CAPES (2010-2020).....	35
Quadro 3 – Estado do conhecimento a partir de pesquisas apresentadas na ANPEd (2011-2021)	44
Quadro 4 – Distribuição de estabelecimentos de ensino no TFRB, ano 1945	74
Quadro 5 – Lotação dos Professores da Primeira Série do Curso Científico em 1966	97
Quadro 6 – Professores substitutos que atuaram no CNRML em 1954.....	98
Quadro 7 – Turma da 1ª série do CNRML, em 1949	101
Quadro 8 – Formandos de 1953, 2ª turma do CNRML.....	103
Quadro 9 – Formandos de 1954, 3ª turma do CNRML.....	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de dissertações e teses	32
Gráfico 2 – Produção de dissertações e teses divididas por Instituições Públicas e Privadas..	33
Gráfico 3 – Produção científica brasileira dividida por regiões do país.....	34
Gráfico 4 – Alunos matriculados no ensino primário divididos por sexo (1962)	77
Gráfico 5 - Ensino Médio no Território Federal do Rio Branco (1962).....	78
Gráfico 6 – Gênero da primeira turma do CNRML	102
Gráfico 7 – Formandos por gênero (1953)	104

LISTA DE SIGLAS

ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNRML	Curso Normal Regional Monteiro Lobato
GEC	Ginásio Euclides da Cunha
GT's	Grupos de Trabalhos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TFRB	Território Federal do Rio Branco
UFRR	Universidade Federal de Roraima

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. DO PERCURSO METODOLÓGICO	21
1.1 TIPO DE PESQUISA	21
1.2 SUJEITO/OBJETO DE INVESTIGAÇÃO	21
1.3 ANÁLISE DOS DADOS	22
1.4 OBSTÁCULOS ENCONTRADOS	28
2. BASES TEÓRICAS QUE EXPLICAM A FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE	31
2.1 ESTADO DO CONHECIMENTO.....	31
2.1.1 Feminização do Trabalho Docente no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	31
2.1.2 Feminização do Trabalho Docente nos GT's da ANPEd	44
2.3 TRABALHO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE PARA ESTUDOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.....	46
2.3.1 A categoria trabalho	46
2.4 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE	53
2.4.1 Categoria Educação	53
2.4.1.1 Profissionalização docente	56
2.5 GÊNERO E FEMINIZAÇÃO DOCENTE	61
2.5.1 Gênero como categoria de análise de fenômenos históricos	61
2.5.1.1 Feminização docente: implicações metodológicas.....	64
3. EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO: PRIMEIROS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E O CURSO NORMAL REGIONAL MONTEIRO LOBATO	66
3.1 A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO/RORAIMA: BREVE HISTÓRICO.....	66

3.1.1 Locais de ensino no Território Federal do Rio Branco	69
3.2 O CURSO NORMAL REGIONAL MONTEIRO LOBATO SOB O PRISMA DOS JORNAIS <i>O ÁTOMO</i> E <i>BOA VISTA</i>	78
3.2.1 Jornais <i>O Átomo</i> e <i>Boa Vista</i>: breve histórico	78
3.3 ANÁLISE DOS JORNAIS: UMA NOVA CATEGORIZAÇÃO	80
3.3.1 A simbiose igreja-estado: os discursos dessas instituições sobre ser mulher no Território Federal do Rio Branco	82
3.3.2 Espaços femininos: delimitações para as mulheres rio-branquenses	84
3.3.3 Estereótipos da mulher rio-branquense: o que dizem os jornais?	86
3.3.4 Aspectos cívicos e moralizadores na atuação das professoras do Território Federal do Rio Branco	90
3.3.5 Coluna Social: permanências e transgressões nos discursos sobre ser mulher	92
3.4 CATEGORIAS PARA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DO CNRML	93
3.4.1 Categoria de análise Educação: O Curso Normal Regional Monteiro Lobato	93
3.4.3 Relações de gênero e participação feminina no CNRML: as categorias gênero e feminização do trabalho docente	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	111
ANEXO A – Jornal <i>O Átomo</i> edição de 07-04-51	119
ANEXO B – Coluna Social Jornal <i>O Átomo</i>	120
ANEXO C – Ata da 21ª Reunião Extraordinária em 24/02/1961	121
ANEXO D – Humberto Luiz da Trindade, professor de anatomia do CNRML e médico da Divisão de Saúde Pública do TFRB	125
ANEXO E – Ano letivo de 1965	126
ANEXO F – Vida escolar da aluna: Yvonne Sulamita Gomes de Magalhães	127
ANEXO G – Ata da 3ª reunião do corpo docente (1952)	128

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva analisar os discursos das instituições políticas, sociais e econômicas quanto ao papel social da mulher no Curso Normal Regional Monteiro Lobato (CNRML), encontrados nos jornais *O Átomo* e *Boa Vista* e nos documentos do próprio estabelecimento de ensino.

A atual pesquisa se encontra no campo epistemológico do materialismo histórico-dialético e por isso se faz presente a abordagem metodológica qualitativa com base na pesquisa documental, em que os documentos selecionados foram analisados e categorizados de acordo com a Análise de Conteúdo fundamentada por Laurence Bardin (1977).

Para alcançar o objetivo geral pontuamos três objetivos específicos: (1) Construir uma linha do tempo de como se deu a educação no Território Federal do Rio Branco/Roraima; (2) Descrever como ocorriam as relações de gênero no Curso Normal Regional Monteiro Lobato; e (3) Verificar por meio dos jornais *O Átomo* e *Boa Vista* quais eram os discursos acerca do papel feminino na sociedade.

Este estudo não é baseado na *feminilização*¹ da docência, isto é, no aumento do número de mulheres como docentes, mas é fundamentado na *feminização* da docência, pois o viés metodológico pretendido é de aspecto qualitativo, levando em consideração as transformações do valor social dessa profissão, avaliando as relações de gênero, que perpassam a dicotomia público/privado e que são refletidas na subalternidade das mulheres.

Vale ressaltar que este não é um estudo isolado, faz parte da continuidade da minha formação² como pesquisadora e profissional docente do campo da História, em que a pesquisa que antecedeu essa foi desenvolvida para ser uma monografia que recebeu o título de *A escola como extensão do lar: a feminização do trabalho docente no Brasil (1889-1930)*.

A presente pesquisa carrega consigo aspectos que são fundamentais para a sua relevância. Primeiramente temos o dever pessoal, que se remonta ao ano de 2018 quando, pela primeira vez, tive o interesse de ler a autora Margareth Rago, o livro *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. Com este pude aprender como o novo tipo de sociedade que era pretendido no início da República redesenhou os espaços que as mulheres poderiam ocupar e o olhar para o ambiente escolar.

¹ Segundo Yannoulas (2011) a palavra feminilização muda a abordagem metodológica da pesquisa, quando esta é utilizada presume-se que o estudo feito será de aspecto quantitativo.

² Na introdução trabalhamos com a primeira pessoa do singular por se tratar de uma experiência pessoal da autora da dissertação.

Para além disso, encantei-me com a possibilidade de mostrar como as mulheres, mesmo aquelas que moraram na porção mais setentrional do Brasil, sempre estiveram presentes na História, apesar de que “[...] por muito tempo na História, ‘anônimo’ era uma mulher” (WOOLF, 1985, p. s/n).

Outro aspecto importante é o científico, no qual este estudo visa contribuir para pesquisas futuras sobre a feminização do trabalho docente em Roraima, além de ajudar a ampliar as discussões nos campos da História da Educação e Educação de mulheres na Amazônia, visto que ainda existe pouca visibilidade em relação à inserção das mulheres no espaço escolar, sejam como alunas ou como professoras.

Entendendo que a feminização da docência em Roraima, mesmo que tardiamente, seguiu a tendência nacional, destaco que ela se desenvolveu ao longo de um processo social, político, cultural e histórico. Assim, a questão norteadora desta pesquisa pauta-se em: quais discursos presentes nas instituições políticas, sociais e econômicas quanto ao papel social da mulher no Curso Normal Regional Monteiro Lobato são encontrados nos jornais *Átomo* e *Boa Vista* e nos documentos do CNRML?

Com o intuito de refletir sobre o processo de feminização da docência é importante observar como as relações de gênero permearam a sociedade do século XX. Para tanto, no referencial teórico abordamos as categorias de análise **trabalho, educação e gênero**. Além disso, se fez necessário ter o auxílio de duas subcategorias abrigadas nas categorias educação e gênero, sendo elas, respectivamente, **profissionalização docente** e **feminização**. Por conseguinte, este trabalho contará com pesquisas consagradas que discutem essas categorias, como os estudos de Karl Marx (2013), Lukács (2013), Saviani (2010), Brandão (2013), Hirata *et al* (2009), Louro (1997), Joan Scott (1994), Vicentini e Lugli (2009), entre outros.

Ao longo da História, os homens estiveram associados aos espaços públicos, assumindo cargos de destaque e tendo o papel social de provedores e mantenedores da família, ao passo que a vida das mulheres girava em torno do espaço privado, tendo como função social serem administradoras do lar, além de zelar pelos filhos, ficando como segunda ou terceira opção as participações da sociedade (TORRES; SANTOS, 2001).

No âmbito da educação não foi diferente, visto que a escolarização e o ensino estão associados ao ambiente público³, a princípio esta era estritamente masculina, sendo destinada e ministrada para/por eles. No Brasil, a primeira escola foi inaugurada em 1549, por padres

³ Quando se fala de ambiente público estamos nos referindo aquele fora dos lares.

jesuítas, que tinham como foco a escolarização da elite branca e masculina do período. Assim ocorreu a exclusão da maior parte das mulheres desse processo (STAMATTO, 2002).

Para Almeida (1998), a feminização do trabalho docente no Brasil ocorreu em um momento de expansão dos locais de ensino, em que a educação era percebida como essencial para o progresso do país. Apesar disso, a realidade escolar era de total desleixo, instabilidade e falta de habilitação específica para exercer a profissão por parte dos docentes. Visando reverter essa situação, por volta de 1840, foram abertas Escolas Normais para formar e habilitar as pessoas que atuavam ou desejavam atuar como professores.

Segundo Louro, as Escolas Normais “foram abertas para ambos os sexos, embora o regulamento estabelecesse que moças e rapazes deveriam estudar em classes separadas, preferentemente em turnos ou até escolas diferentes” (LOURO, 2007, p. 449). Apesar disso, os estudos realizados por Louro (2007) apontam que após 1874 as mulheres se tornaram a maioria de matriculadas nessas instituições, ao passo que as matrículas dos homens diminuam. Contudo, Almeida (1998, p. 60-61) mostra que “o número de diplomados aumentou e continuou apresentando maioria masculina, e no período de 1894 a 1908, formaram-se 154 alunas e 394 alunos”. Entretanto, essa realidade foi transformada após a reforma educacional promovida por Caetano de Campos, na qual os homens se tornaram a minoria nas escolas normalistas, a exemplo da Escola Normal Paulista que contava com 191 matrículas, destas, 107 eram de mulheres e 84 de homens (MONARCHA, 1999).

Dessa maneira, a sociedade entendia que a função social da mulher deveria estar ligada à maternidade e a escola deveria ser uma extensão do lar, em que cada sujeito presente na sala de aula era parte da família, os alunos eram os filhos ou sobrinhos e as professoras seriam as mães ou tias, amorosas e virtuosas. Logo, a profissão docente era entendida como ideal para as mulheres, dado que mesmo assumindo um papel na vida pública, o ambiente escolar não afastaria as mulheres do que era considerado a essência e o destino feminino, que era ser mãe (LOURO, 2007).

Sendo assim, o trabalho docente exercido por mulheres era visto como vocacional. A saída dos homens do magistério foi justificada pela transformação simbólica que ocorreu naquele tipo de trabalho, uma vez que a docência passou a ser associada à maternidade e à feminilidade. A partir do século XX os discursos associando a profissão docente ao universo feminino se tornaram mais fortes e para as mulheres foi dada a missão de formar cidadãos morais e patriotas. Por esse motivo as Escolas e Cursos Normais, bem como as salas de aulas, foram preenchidas quase em sua totalidade por mulheres (LOURO, 2007).

Portanto, o processo de feminização da docência foi estruturado no século XIX, porém só foi um fato consolidado a partir do século XX, no qual, com as transformações sociais, como a modernização trazida pelo advento da República, as mulheres, sobretudo as de menor poder aquisitivo, foram convocadas a buscar uma profissão, sendo que “[...] o maior motivo de as mulheres terem buscado o magistério estava no fato de realmente precisarem trabalhar” (ALMEIDA, 1998, p. 71).

A educação na Amazônia, mais especificamente em Roraima, apresenta no início do século XX elevado índice de analfabetismo, no qual quase 95% da população não sabia escrever e nem ler. Diante disso, se tornou de extrema importância a atuação beneditina na educação nos anos de 1909 até 1948, nas terras que posteriormente pertenceriam ao estado de Roraima (OLIVEIRA, 2017).

Em meados da década de 1940, percebemos no Território Federal do Rio Branco as primeiras tentativas do Poder Público de ofertar ensino público para a população. Nesse cenário são criados novos estabelecimentos de ensino, o que gerou a falta de mão de obra especializada, sobretudo de regentes de ensino para atuarem no ensino primário. Diante disso, houve a necessidade da criação do Curso Normal Regional Monteiro Lobato, em 1949, que formaria profissionais habilitados a ministrarem aulas da 1ª à 4ª série.

O **capítulo 1** aborda o percurso metodológico da pesquisa, trazendo informações sobre o tipo de pesquisa e sobre a realização da análise dos dados, na qual seguimos as etapas definidas por Laurence Bardin (1977) sobre a Análise de Conteúdo. Na etapa da codificação, elaboramos um esquema explicando como os códigos encontrados definem as categorias de análise, em seguida desenvolvemos um quadro que ilustra como as fontes foram divididas dentro das categorias analíticas. Por fim, evidenciamos os obstáculos encontrados na realização da pesquisa, sobretudo na coleta das fontes.

O **capítulo 2** apresenta as bases teóricas que nos auxiliaram na pesquisa, é iniciado pelo Estado do Conhecimento, que foi dividido em duas partes: a primeira traz os dados encontrados sobre a temática da feminização do trabalho docente no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, entre os anos de 2010 e 2020; a segunda traz informações de pesquisas obtidas nos anais dos encontros nacionais da ANPEd, de 2011 a 2021.

Em seguida abordamos as categorias teóricas de análise, iniciando com o subtópico *Trabalho como categoria de análise para os estudos na área da educação*, no qual embasamos a categoria trabalho por meio dos estudos de Karl Marx (2013) e Lukács (2013), que concebem o trabalho como fundante do ser social. Por fim, trouxemos a concepção de trabalho baseada nos apontamentos dos estudos feministas que estabelecem tal atividade para além do campo

produtivo e instauram o campo do trabalho reprodutivo e da divisão sexual do trabalho, ligando trabalho e gênero (HIRATA *et al*, 2009; LOURO, 1997). No subtópico *Educação e profissionalização docente* é feita a discussão sobre a natureza da educação (SAVIANI, 2015) e a diferenciação entre educação intencional e não intencional (BRANDÃO, 2004), em seguida nos dedicamos ao resgate histórico sobre a profissionalização docente no Brasil (VICENTINI; LUGLI, 2009) e em como as mulheres professoras estavam inseridas nesse processo.

No último subtópico desse capítulo, adentramos as discussões de *Gênero e feminização docente*. Para esse tópico, utilizamos obras específicas do estudo de gênero (HARAWAY, 2004; DE BEAUVOIR, 2016; SCOTT, 1995) e nos aprofundamos no entendimento teórico dessa categoria, percebendo-a como elemento importante para a compreensão de fatos históricos que envolvam o papel social da mulher. Em seguida, abordamos a feminização docente (YANNOULAS, 2011) como conhecimento fundamental para a definição da abordagem metodológica da presente pesquisa.

O **capítulo 3** esclarece a criação do Território Federal do Rio Branco (1943), posteriormente sendo nomeado como Território Federal de Roraima (1962), indicando como as fronteiras brasileiras já eram uma preocupação de outros governos antes de Getúlio Vargas. Ademais, trouxemos um breve relato sobre a política de desmembramento do território nacional e como esta implicou diretamente na criação de Territórios Federais. Em seguida, elaboramos um breve histórico sobre os primeiros estabelecimentos de ensino do Território, mostrando o Colégio São José como uma instituição de ensino privado e que depois se tornou uma instituição pioneira na instrução de meninas da região. Após, abordamos a política de expansão das escolas públicas na década de 1940, indicando a participação feminina.

Seguidamente, elaboramos um sucinto histórico dos jornais *O Átomo e Boa Vista*, indicando suas finalidades. Os tópicos finais discutem a maneira que foi produzida a análise dos periódicos, indicando ao leitor a formação das categorias. A primeira parte da investigação trata somente das publicações dos jornais e a última aborda os documentos do Curso Normal Regional Monteiro Lobato, intercalando com imagens, gráficos e quadros, como uma forma de ilustrar de forma mais satisfatória para o leitor cada categoria analítica, além de complementar as informações das fontes.

1. DO PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo abordaremos informações importantes para que o leitor entenda o tipo de pesquisa realizada, bem como foi realizada a análise dos dados, que seguiu a Análise de conteúdo de Laurence Bardin, exemplificando por meio de um esquema e de um quadro a forma em que foi feita a codificação e categorização dos dados. Por fim, apresentamos os percalços encontrados durante a pesquisa para obtenção de fontes.

1.1 TIPO DE PESQUISA

Essa pesquisa foi realizada através da abordagem qualitativa, por meio da análise de documentos e de jornais. O local e sujeitos desse estudo são, respectivamente, o Curso Normal Regional Monteiro Lobato – CNRML e as mulheres⁴ que tinham ligação com o Curso Normal, como alunas ou professoras, no período de 1949 a 1964.

Assim sendo, a análise documental se construiu como método fundamental para esse caminho metodológico, na visão apresentada por Le Goff (1992), na qual o documento não é visto como uma verdade pronta e acabada, mas como verdade parcial que carrega consigo o ponto de vista de quem o produziu e de quem o tornou um monumento. Dessa maneira, o documento foi lido como um produto de seu próprio tempo, definido pela perpetuidade de uma fala, de um poder ou de um sentido.

O jornal, por sua vez, denota grande importância para elaboração da pesquisa, visto que este não se limita a campos específicos do conhecimento, mas, “também nos diversos e diferentes campos de pesquisa e ensino das ciências sociais e humanas” (LEITE, 2015, p. 4), além de agir como ferramenta de “articulação e disseminação de ideias, valores, referências, memórias, ideologias, modos de pensar e agir em sua historicidade, o que o torna uma fonte inesgotável de pesquisa e estudo” (LEITE, 2015, p. 5).

1.2 SUJEITO/OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

A presente pesquisa traz um aspecto dual quanto ao sujeito e objeto de investigação, visto que o sujeito também é o objeto, que definimos como sendo os jornais *O Átomo* e *Boa Vista*. Buscamos nesses impressos a atuação das mulheres que estavam ligadas ao Curso Normal Regional Monteiro Lobato, seja como professoras ou alunas. Essa escolha deve-se ao fato de

⁴ Bem como os jornais *O Átomo* e *Boa Vista* se tornaram sujeitos e objetos da investigação.

estarmos trabalhando com a Feminização do trabalho docente, portanto devemos levar em consideração como as mulheres estavam inseridas no âmbito do Curso Normal.

Vale ressaltar que no período proposto para esta pesquisa (1949-1964) estavam em circulação os jornais: “*O Boa Vista*” (1947 - 1958), “*O Átomo*” (1951 - 1959), “*O Tenente Guimarães*” (1951 - 1954), “*O Combate*” (1953 - 1954) e “*A Tarde*” (1960 a 1962). Contudo, definimos como objeto apenas os dois jornais já mencionados anteriormente por questão de acesso, dado que eles são encontrados disponíveis para consulta, quase que em suas totalidades, no Palácio da Cultura Nenê Macaggi e no *site* da Biblioteca Nacional, ao passo que os outros periódicos estão indisponíveis para consulta. A escolha do período de investigação deve-se ao fato de o CNRML ser a primeira Instituição de ensino do Território Federal voltada para a formação e qualificação dos profissionais docentes da região, tendo funcionado com essa nomenclatura entre os anos de 1949 e 1964 (SCHRAMM, 2012).

1.3 ANÁLISE DOS DADOS

Os documentos analisados foram alguns fragmentos disponibilizados pelo Arquivo Estadual de Roraima e os anexos encontrados na dissertação de Schramm (2013)⁵, sobre o CNRML entre os anos de 1949 a 1964. Os jornais foram *o Átomo* e *Boa Vista* que estavam em circulação nesse período e que conseguimos ter acesso, sendo consultados no acervo digital da Biblioteca Nacional.

Para análise dos dados coletados foram de grande importância as instruções de Jacques Le Goff (1992) para os pesquisadores que utilizam como fontes os periódicos, em que o autor indica que os dados coletados não devem ser vistos como descritores da verdade, mas sim como frutos de seu tempo. Por este motivo, os jornais são confrontados com os estudos teóricos sobre o tema e com os documentos que tratam do CNRML para aproximarmos o máximo possível do tempo histórico do qual escrevemos.

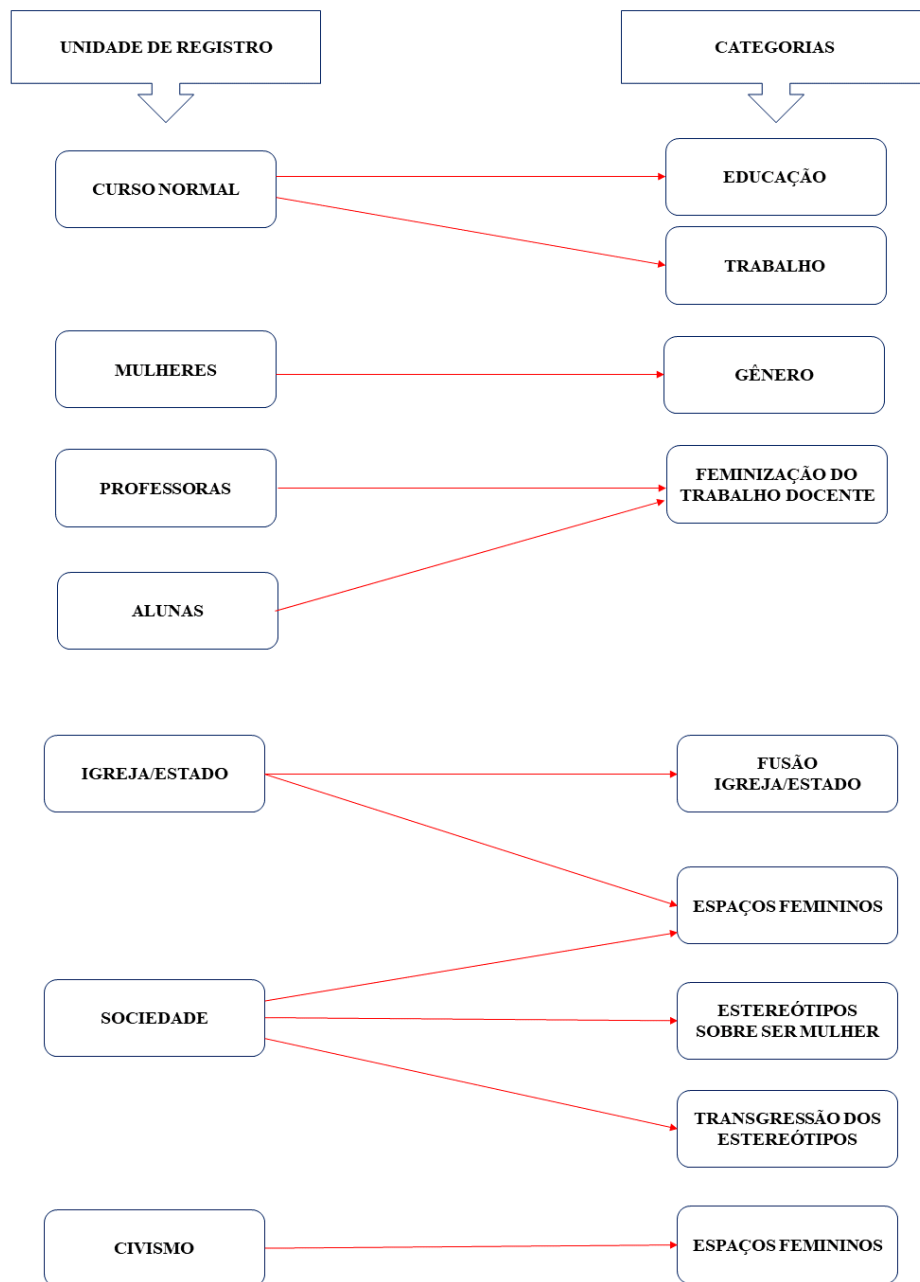
Realizamos a análise de dados através da Análise de Conteúdo com etapas baseadas na divisão feita por Laurence Bardin (1977): etapa 1, organização do material – fizemos primeiramente a leitura flutuante dos documentos e posteriormente a escolha dos documentos dos quais foram selecionados aqueles que dialogam com o objetivo da presente pesquisa; etapa 2, codificação – nessa fase utilizamos como unidade de registro dos jornais ou documentos os temas: Curso Normal; mulheres; professoras; alunas. Ainda nessa etapa, a unidade de contexto analisada apareceu quando os temas da unidade de registro estiveram relacionados ao papel

⁵ Esta particularidade da pesquisa é melhor explicada no próximo tópico.

social da mulher, sobretudo mulheres professoras/alunas, no período de 1949 a 1964. Por fim, na etapa 3, categorização – finalizamos com uma interpretação crítica dos dados coletados e as categorias foram definidas através do que Bardin (1977) chamou de “procedimento por caixas”, que é “[...] aplicável no caso de a organização do material decorrer diretamente dos funcionamentos teóricos hipotéticos” (BARDIN, 1977, p. 119). Para tal feito, definimos previamente como categorias de análise dos documentos do CNRML e dos jornais investigados as seguintes: **trabalho; gênero; educação e feminização do trabalho docente**. Após o contato com os documentos e os jornais, observamos que devíamos ter outras categorias que perpassassem a análise do que nos era apresentado nos periódicos, sendo elas: **fusão Igreja-Estado; espaços femininos; estereótipos sobre ser mulher; aspectos cívicos na atuação das professoras; transgressão dos estereótipos**.

Através do esquema abaixo temos a melhor visualização de como ocorreu a codificação e a categorização:

Figura 1 – Esquema de codificação e categorização



Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio do esquema de codificação e categorização demonstramos como os códigos nos auxiliaram na criação das categorias de análise. Através delas selecionamos trechos nos jornais e nos documentos que foram pertinentes para respondermos a problemática da presente pesquisa, como podemos ver no quadro abaixo.

Quadro 1 – Categorias de análise e trechos selecionados

CATEGORIAS	TRECHOS
Educação	<p>CAPÍTULO II DOS CICLOS DO ENSINO NORMAL E DE SEUS CURSOS</p> <p>Art. 2º O ensino normal será ministrado em dois ciclos. O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores (sic) primários, em três anos.</p> <p>Art. 3º Compreenderá, ainda o ensino normal cursos de especialização para professores (sic) primários, e cursos de habilitação para administradores escolares do grau primário.</p> <p>CAPÍTULO III DOS TIPOS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NORMAL</p> <p>Art. 4º Haverá três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação.</p> <p>§ 1º Curso normal regional será o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal (BRASIL, 1946, p. 646)</p> <p>Art. 47. Todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino.</p> <p>§ 1º Cada curso normal regional deverá manter, pelo menos, duas escolas primárias isoladas (BRASIL, 1946, p. 646)</p> <p>CAPÍTULO VIII DOS CERTIFICADOS E DIPLOMAS</p> <p>Art. 36. Aos alunos que concluírem o curso de primeiro ciclo de ensino normal será expedido o certificado de regente de ensino primário; aos que concluírem o curso de segundo ciclo dar-se-á o diploma de professor primário.</p> <p>Art. 37. Aos habilitados em cursos de especialização, ou de administração escolar, serão expedidos os competentes certificados.</p> <p><i>Parágrafo único.</i> Dos certificados e diplomas de ensino normal constarão sempre indicações claras sobre (sic.) a natureza do curso, sua duração, disciplinas componentes e notas obtidas. (BRASIL, 1946, p. 646)</p> <p>“[...] decreto territorial nº 245, de 23 de outubro de 1953” (O ÁTOMO, 1954, nº 00187, p. 4)</p>
Trabalho	<p>“[...] a necessidade de recursos técnicos e material [...] necessário material para ilustração [...] para continuar enganando os discentes que fechasse o Curso até que o mesmo estivesse realmente aparelhado” (LIVRO DE ATAS. ARQUIVO ESCOLAR)</p>

<p>Gênero</p> <p>Feminização do trabalho docente</p>	<p>Formatura da 2ª e 3ª turma do CNRML (elaboração de gráficos e tabelas).</p> <p>Quantitativo de alunos aprovados na 1ª turma do CNRML (LIVRO DE ATAS. ARQUIVO ESCOLAR)</p> <p>O ÁTOMO, ed. 00137, 1953.</p>
<p>Fusão Igreja-Estado</p>	<p>O Dia das Mães constitui homenagem máxima àquelas que cumprem o dever mais sublime atribuído à mulher. As mães [...] são guiadas sempre pela abnegação natural de formar melhor o caráter dos filhos, cumprindo a [...] nobre missão de construtoras da nacionalidade. São merecedoras da admiração [...] pela grandeza privilegiada da sua destinação humana. (BOA VISTA, 1954, nº 00252, p. 1)</p> <p>“para não se decair e se conservar leal após seus compromissos conjugais” (O ÁTOMO, 1953, nº 00131, p. 2)</p> <p>“se defrontar com as representantes do belo sexo [...], pois é preferível ser multado por uma pequena bonita que por um marmanjo horripilante e sem coração” (O ÁTOMO, 1953, nº 00097, p.1)</p> <p>“depositária do amor materno [...] cultuá-lo sem medir sacrifícios [...] ser mãe [...] é pura e simplesmente a missão da mulher” (O ÁTOMO, 1954, nº 00162, p. 2).</p>
<p>Espaços femininos</p>	<p>“[...] comum chamar-se a senhorita Ivete Vargas, deputado [...] se chega a chefe, o que é comum, a funcionária é tratada como homem” (BOA VISTA, 1954, nº 00279, p. 1)</p> <p>“[...] para matrícula no Curso de Supervisora ou Monitora será exigido da candidata Curso Normal ou Ginásial.” (BOA VISTA, 1954, nº 00258, p. 3)</p> <p>“Colação de grau da 2ª turma de professoras” (O ÁTOMO, 1953, nº 00137, p. 4)</p>
<p>Estereótipos sobre ser mulher</p>	<p>“[...] em favor da maternidade, da infância e do direito das melhores condições para o seu lar” (O ÁTOMO, 1955, nº 00212, p. 4)</p> <p>“[...] o trabalho incansável, [...] noites de vigília, o carinho para com os alunos e os seus sacrifícios” (O ÁTOMO, 1954, nº 00151, p. 2)</p> <p>“As moças do Rio Branco precisam mais é aprender a lavar panelas!” (O ÁTOMO, 1954, nº 00177, p. 1)</p> <p>“[...] Santos entre as crianças confiadas ao vosso cuidado [...] estar prontas para realizar todos os esforços e aceitar qualquer sacrifício para alcançar vossa meta [...] as professoras devem observar em seu labor:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Considerável esforço e auto-sacrifício, porque o trabalho das professoras é um dos maiores de todas as formas de atividade de apostolado para a sorte da Igreja e da pátria de cada um.

	<p>2. As professoras devem amar as crianças ‘que são a esperança da família, da nação e da própria Igreja, pois entre elas estão as futuras mães, modelos vivos de todos os que desejam entrar no reino dos céus’.</p> <p>3. As professoras devem estudar as crianças e jamais ignorar suas ansiedade, desejos e preferências” (BOA VISTA, 1954, nº 00243, p. 1)</p> <p>“[...] desajustamento das abnegadas professoras, que muitas vezes não tem onde residir” (O ÁTOMO, 1953, nº 00090-91, p. 9)</p>
<p>Aspectos cívicos na atuação das professoras</p>	<p>“[...] os seus heróis, arriscando vidas [...] procuraram defender a Pátria que parecia denegrir-se na corrupção” (O ÁTOMO, 1953, nº 00124, p. 1)</p> <p>“[...] expressivas solenidades em que foram focalizadas virtudes e o exemplo daqueles heróis brasileiros” (BOA VISTA, 1954, nº 00250, p. 1)</p> <p>“[...] nas paradas [do 7 de setembro] o Curso Normal brilhava e o coração da diretora voltava a pulsar compassado e feliz” (O ÁTOMO, 1954, nº 00151, p. 2)</p>
<p>Transgressão dos estereótipos</p>	<p>“[...] conceituado clínico neste Território [...] um fino ornamento da sociedade rio-branquense” (O ÁTOMO, 1955, nº 00197, p. 4)</p> <p>“[...] aplicadas alunas do Curso Normal Regional Monteiro” (O ÁTOMO, 1953, nº 00103, p.1)</p> <p>“[...] aniversário natalício da gentil professora” (O ÁTOMO, 1955, nº 00208, p. 4)</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Com o auxílio dos trechos selecionados na categorização realizamos a análise dos jornais e de outros documentos⁶ que são pertinentes para nosso objetivo de pesquisa. A primeira parte da análise foi guiada pelos jornais por se tratar de temas mais específicos, a segunda parte foi norteada pelas outras documentações, a partir delas elaboramos gráficos e quadros para explicar como cada categoria estava inserida no fato investigado.

Contudo, o percurso metodológico não foi fácil e não encontramos as respostas imediatamente, a busca pelas fontes foi exaustiva em virtude de termos encontrado muitos empecilhos que nos distanciavam delas, como abordaremos no tópico seguinte.

⁶ Como atas do Curso Normal Regional Monteiro Lobato, imagens da instituição no período e legislações sobre o ensino normal.

1.4 OBSTÁCULOS ENCONTRADOS

Antes de adentrarmos nas discussões teóricas e nas análises que são desenvolvidas nos capítulos subsequentes, destacamos os percalços que encontramos no caminho que acabam ditando o tom da escrita e a escassez de fontes que tratam sobre a temática.

No estado de Roraima vivemos um momento em que muitos estudiosos se dedicam em pesquisas sobre a História da Educação local. Contudo, ao compararmos com o potencial existente percebemos que elas ainda são poucas. Aqui pontuamos duas situações que podem contribuir para essa insuficiência, tanto de pesquisas como de fontes. A primeira é que a construção da historiografia estadual só teve início na década de 1980, ainda timidamente. A segunda situação é da dificuldade de se encontrar fontes históricas que estejam bem preservadas e, quando a encontramos, nos deparamos com o acesso precário e burocratizado, salvo alguns locais de documentação (SOUZA, 2012; MORAES; RAMALHO, 2010).

No momento da pesquisa realizada por Moraes e Ramalho (2010) ainda não existia o Arquivo Estadual de Roraima, mas na atualidade já existe e está localizado na rua Miguel Luppy Martins, nº 214, bairro São Pedro. A esse órgão compete a gestão de documentos, tratamento, recolhimento, preservação e acesso à documentação produzida e acumulada pelo Estado, sendo o acervo composto por folhas de pagamento, pastas funcionais antigas, processos, Diários Oficiais (União/Estado) e documentos das secretárias estaduais (ARQUIVO NACIONAL, 2022).

Outro arquivo estadual que é importante para os historiadores da educação de Roraima e o qual fomos em busca de fontes para a realização da presente pesquisa é a Auditoria do Controle da Rede de Ensino (ACRE), localizada nas dependências da Escola Estadual Presidente Costa e Silva, que se encontra na rua Prof. Agnelo Bitencourt, nº 719, bairro São Francisco. A esse órgão compete a preservação, armazenamento e tratamento da documentação referente a escolas e cursos estaduais já extintos, por esse motivo o acervo é composto por decretos de leis, Diários Oficiais, fichas e históricos escolares, diplomas etc.

Além desses dois locais, também procuramos documentações e fontes na Biblioteca Pública do Palácio da Cultura Nenê Macaggi, na Imprensa Oficial de Roraima e no Arquivo da Escola Estadual Monteiro Lobato⁷, nesses espaços não obtivemos nenhuma resposta positiva para a nossa pesquisa, o que nos gerou a vontade de entender os motivos da falta dessa documentação e nos leva a escrever sobre o silenciamento/apagamento da história da educação

⁷ Na secretaria da Escola encontramos um livro de atas que continha poucos registros do período analisado, contudo por meio dele conseguimos tirar alguns trechos que foram importantes para a elaboração da pesquisa.

de Roraima, visto que os locais que deveriam preservar e disseminar essas fontes, por muitas vezes, burocratizam o processo e inibem os pesquisadores de dar continuidade em suas pesquisas.

Esse silenciamento/apagamento das fontes oficiais nos levou a recorrer a outros recursos, como nos sinaliza Ophir (2011) ao dizer que é o papel do historiador ultrapassar os empecilhos encontrados durante a produção historiográfica. Sendo assim, os jornais *O Átomo* e *Boa Vista*, se tornaram nossa principal fonte e objeto para alcançarmos os objetivos da pesquisa, bem como algumas fotografias do Curso Normal Regional Monteiro Lobato, relatórios do período que foram desenvolvidos em formato de livros, a exemplo de *Dois Lances Históricos* e *O Vale do Rio Branco*, escritos, respectivamente, por João Chrysóstomo de Oliveira⁸ e Capitão Clóvis Nova da Costa⁹.

Ainda utilizamos dissertações e monografias que são consagradas entre os historiadores da educação de Roraima, como: Purceno (1999), Macedo (2004), Lima (2005), bem como nos apoiamos nos anexos da dissertação de Milen M. F. Schramm (2013) que contém algumas documentações digitalizadas do CNRML¹⁰.

De forma geral, observamos que nos centros de documentações os funcionários não possuem especialização para atuarem no local, mas tentam de todas as formas ladear os problemas diários em que estão submersos nos seus ambientes de trabalho. Em alguns locais até conseguem uma certa ordem nos arquivos, mas por ser um trabalho exaustivo em que eles têm pouco conhecimento técnico sobre, acabam transformando os locais em uma espécie de “depósito”.

Ainda assim, não podemos culpabilizar esses profissionais que estão ali atuando, visto que a maioria demonstra boa vontade ao atender os pesquisadores, fazem indicações e buscam ajudar de diversas maneiras. O maior problema na construção e preservação da História local é a falta de investimento do Poder Público Estadual que deveria ter um olhar mais sensível para a nossa História e memória, fazendo melhorias nos locais, desde insumos simples como material de escritório, como também em tecnologia para catalogar e digitalizar as documentações.

⁸ Diretor da Divisão de Ensino do Território Federal do Rio Branco no ano de 1945 (OLIVEIRA, 1986), (MACEDO, 2012).

⁹ Governador do TFRB entre maio de 1947 a março de 1949 (COSTA, 1949).

¹⁰ No final do ano de 2021 e início de 2022 não conseguimos ter acesso a estes documentos na Escola Estadual Monteiro Lobato, somente a partir do segundo semestre de 2022 que o acesso foi liberado, mas apenas a uma parte mínima da documentação.

Ademais, deveriam investir no ampliamiento e manutenção da infraestrutura dos prédios e na área de recursos humanos, capacitando os profissionais que já atuam nesses locais e contratando novas pessoas que tenham formação técnica adequada, como biblioteconomistas, historiadores, arquivistas, entre outros.

Outro problema que não podemos deixar de mencionar foram os ataques de hackers ao *site* da Biblioteca Nacional que acabou atrasando a nossa pesquisa. Dado que, por mais que tenhamos salvado as edições dos jornais que foram analisadas, ainda precisávamos checar as informações no todo, só podendo ser feito no próprio *site* da instituição.

Além da Biblioteca Nacional Digital, o *site* da Universidade Federal de Roraima (UFRR) também sofreu um ataque hacker em julho de 2021, problema que até o momento não foi resolvido, o que nos prejudicou, uma vez que a maioria dos cursos colocavam as monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) em suas páginas que eram abrigadas no servidor da UFRR. Sendo assim, essas informações foram perdidas, fazendo com que tivéssemos que dispor tempo para nos deslocarmos até aos cursos para buscarmos essas pesquisas.

Ressaltamos que os desafios encontrados são problemas antigos no estado de Roraima que acabam por enfraquecer o potencial científico da região, tornando a execução da metodologia proposta muito difícil. Ainda assim, conseguimos contornar a situação realizando a pesquisa através de outros caminhos.

2. BASES TEÓRICAS QUE EXPLICAM A FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Neste capítulo iremos apresentar as bases teóricas que nos orientam durante a pesquisa, iniciando pelo Estado do Conhecimento que foi dividido em dois, o primeiro com dados do catálogo de teses e dissertações da CAPES (2010 - 2020) e o segundo com informações de pesquisas obtidas nos anais dos encontros nacionais da ANPEd (2011 - 2021). Logo após, nos aprofundamos nas categorias e subcategorias fundantes desta pesquisa explicando Trabalho, Educação e Gênero.

2.1 ESTADO DO CONHECIMENTO

2.1.1 Feminização do Trabalho Docente no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

No Brasil nos últimos anos tem crescido pesquisas que são denominadas Estado da Arte ou Estado do Conhecimento, estas visam contribuir na identificação das discussões realizadas em determinados campos teóricos, assim definindo como estão sendo constituídas as áreas do conhecimento. Esse tipo de estudo se trata de uma revisão bibliográfica pautada em uma estruturação que possibilita saber o teor das pesquisas que já foram concluídas sobre o tema definido pelo pesquisador.

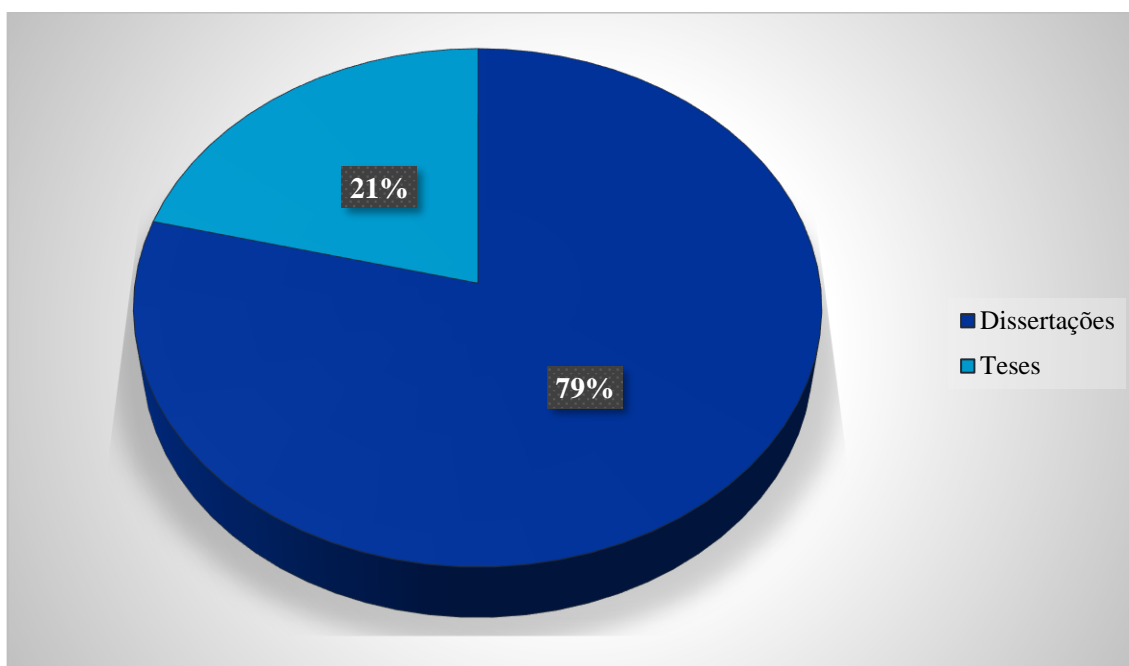
Para realizar esse tipo de estudo é necessário se apropriar de uma abordagem mais descritiva acerca da produção científica da área do conhecimento pretendida. Tal feito só é possível com o estabelecimento de descritores e categorias de análise que definem o tema em sua totalidade. Esse passo da pesquisa é importante porque o pesquisador fica a par do que já foi investigado dentro de seu tema, viabilizando que este faça uma pesquisa mais original e que possa trazer um novo tipo de olhar para o fenômeno estudado, contribuindo de forma significativa com as comunidades acadêmicas e científicas.

Para a elaboração desta pesquisa realizamos um Estado do Conhecimento, que é definido como uma variação do Estado da Arte que trata apenas de uma parte das publicações sobre o tema (ROMANOWSKI; ENS, 2006). No nosso caso escolhemos para realizar o Estado do Conhecimento as dissertações e teses disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Refinamos a

nossa busca a partir dos seguintes descritores: “**feminização do trabalho docente**”¹¹, “**feminização da docência**” e “**feminização do magistério**”. Sendo incluídas apenas as pesquisas que foram publicadas entre os anos de 2010 e 2020, que se assemelharam com a problemática do presente estudo, com textos na língua portuguesa ou espanhola e que estejam inseridas na grande área do conhecimento “EDUCAÇÃO”.

Dessa forma, mapeamos a partir dos descritores selecionados, 30 dissertações e 8 teses, dessas foram escolhidas 12 dissertações e 3 teses que se encaixam com a proposta desta pesquisa. Logo abaixo, criamos um conteúdo visual para que se possa ter ideia de como estão distribuídos os trabalhos encontrados no Catálogo da CAPES que são correlatos ao tema deste estudo:

Gráfico 1 – Percentual de dissertações e teses



Fonte: Catálogo de teses e dissertações da CAPES (Elaborado pela autora).

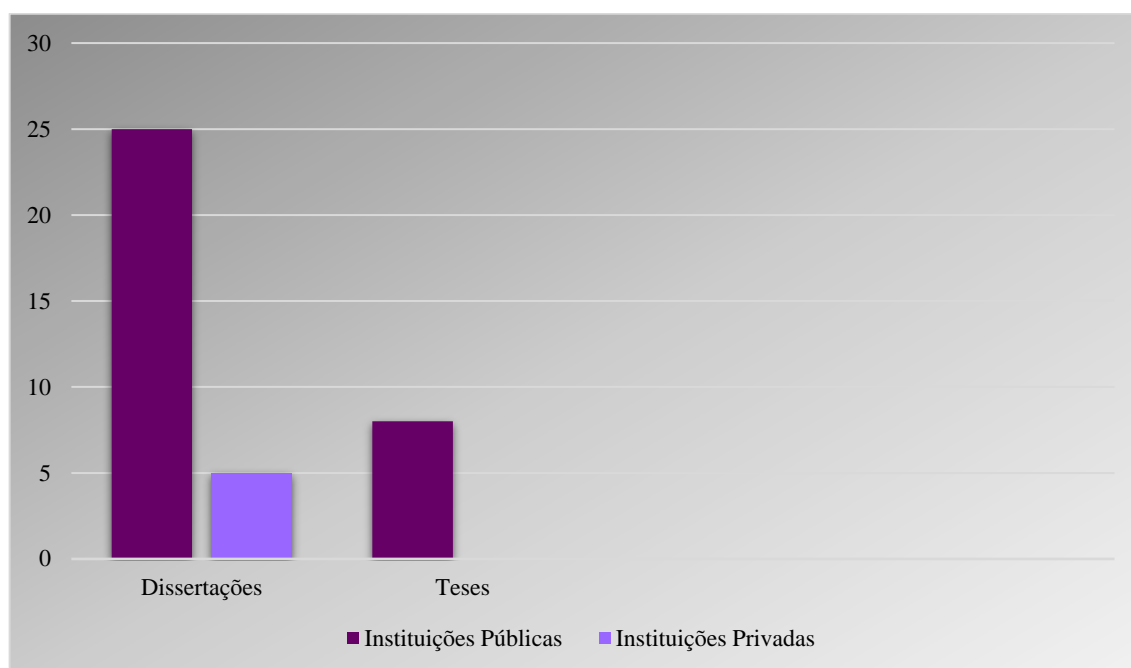
O gráfico acima mostra dados sobre a produtividade acadêmica e científica do país quanto ao tema de Feminização do Trabalho Docente, visto que 79% da produção sobre este conteúdo está ligada aos cursos de Mestrado e 21% se concentram nos cursos de Doutorado. Esses valores também refletem o total de cursos de Pós-Graduação em Educação presentes no país, dado que existem mais cursos de Mestrado do que cursos de Doutorado. Segundo a plataforma Sucupira (2021), existem 189 cursos de mestrado em educação e 98 cursos de doutorado em educação

¹¹ Ressalta-se que neste descritor não foram encontradas teses e dissertações na área da Educação no período estipulado de 2010 a 2020.

em todo o Brasil, fato este que explica os poucos trabalhos em nível de doutorado quanto ao tema desta pesquisa.

Outro fator interessante que o Estado do Conhecimento nos proporciona é mensurar como está distribuída a produção acadêmica em instituições públicas e privadas de educação do Brasil. No caso das pesquisas sobre a temática trabalhada por nós, podemos endossar dados já expostos pelo relatório da empresa Clarivate Analytics (2019), o qual aponta que 15 universidades públicas brasileiras são encarregadas de mais da metade da produção de conhecimento científico de todo o país. Como o tema de Feminização da docência ainda é pouco discutido academicamente e cientificamente, estes dados sobre a produção científica brasileira se tornam ainda mais perceptíveis quando ilustrados através de gráfico, como podemos observar abaixo:

Gráfico 2 – Produção de dissertações e teses divididas por Instituições Públicas e Privadas



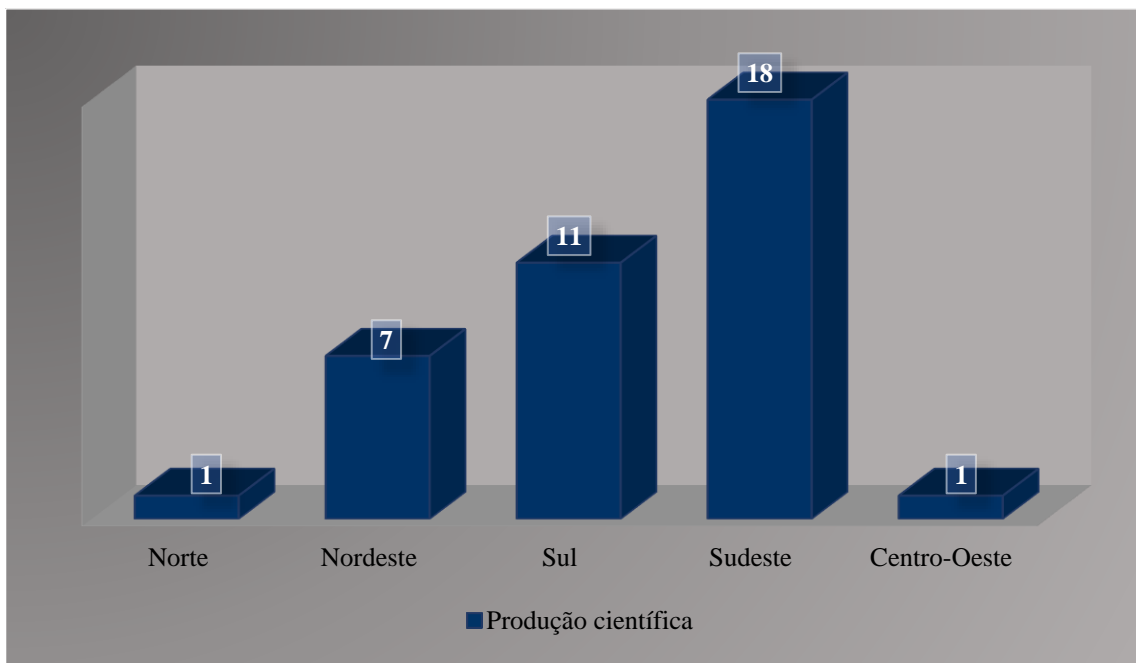
Fonte: Catálogo de teses e dissertações da CAPES (Elaborado pela autora).

No catálogo de teses e dissertações da CAPES podemos mapear 30 dissertações sobre a temática, sendo que destas apenas 5 são oriundas de cursos de mestrado em instituições privadas, o restante das dissertações é de instituições públicas de ensino. Esse fato é ainda mais marcante quando analisamos o quantitativo das teses, em que das 8 teses todas advêm de universidades públicas. Isso quer dizer percentualmente que aproximadamente 83% das dissertações sobre Feminização do trabalho docente foram produzidas em organizações

públicas de ensino e 100% das teses sobre esse tema foram desenvolvidas em universidades públicas.

Além disso, podemos inferir por meio desses dados como esses estudos estão distribuídos nacionalmente, para assim consolidar a importância de se fazer uma pesquisa como essa na região Norte do país, pois a maioria dos trabalhos sobre essa temática são desenvolvidos em Universidades da região Sudeste falando sobre o processo de feminização da docência nessa mesma região. Dessa maneira, ainda temos uma espécie de vazio bibliográfico quando se trata desse tema nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, como podemos conferir no gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Produção científica brasileira dividida por regiões do país



Fonte: Catálogo de teses e dissertações da CAPES (Elaborado pela autora).

O vazio bibliográfico explicitado no gráfico 3 pode ser explicado também pela concentração de cursos de pós-graduação em educação na região sudeste, em que temos 72 cursos de mestrado e 42 cursos de doutorado¹², realidade bem diferente da região norte do país em que temos 15 cursos de mestrado e 5 cursos de doutorado. Na região centro-oeste também existe um baixo número de cursos de pós-graduação em educação, sendo 20 mestrados e 8 doutorados, isso quer dizer que se somarmos os cursos de mestrado e doutorado das duas regiões (norte e centro-oeste), o valor não chega nem à metade de cursos de pós-graduação da região sudeste. Em consequência desse fato, a produção acadêmica dessas duas regiões vai ser

¹² Dados obtidos na Plataforma Sucupira (2021).

menor do que no restante do país, o que implica diretamente no desenvolvimento de pesquisas sobre a temática aqui abordada.

Sendo assim, conseguimos delimitar em que contexto está sendo produzido o conhecimento sobre o tema trabalhado nesta pesquisa e selecionamos 15 estudos para que possamos mapear como esse fenômeno social está sendo explicado pelos pesquisadores. No quadro abaixo explicitamos os nomes das obras, autores, anos e locais das publicações selecionadas para ser realizado o levantamento bibliográfico:

Quadro 2 – Estado do conhecimento a partir de pesquisas contidas no catálogo de teses e dissertações da CAPES (2010-2020)¹³

Nº	Obra	Autor(a)	Ano	Local
Descriptor: “feminização do trabalho docente”				
Descriptor: “feminização da docência”				
1	Razões e Sensibilidades: um estudo sobre a construção do imaginário da docência feminina (1865 – 1917)	Wilson José Felix Xavier	2015	Universidade Federal da Paraíba
2	Gênero e o Curso de Magistério: uma reflexão sobre a formação de professor@s em nível de Ensino Médio	Ângela Mari Mattos Pereira Schwahn	2016	Universidade do Planalto Catarinense
3	Significações de Gênero e Implicações para o Trabalho Docente nas Creches	Cristina da Silva Cavalcante Krause	2017	Universidade Federal do Acre
Descriptor: feminização do magistério				
4	A implantação da escola primária graduada em Presidente Prudente - SP: as contribuições das professoras primárias (1925-1938)	Jorge Luís Mazzeo Mariano	2011	Universidade Federal de São Carlos
5	História da Educação Brasileira: a mulher como protagonista da educação no ideário positivista 1880-1930	Antônia Marlene Vilaça Telles	2015	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
6	Moral e Docência Feminina na Formação do Cidadão nas Primeiras Décadas da República (1889-1920)	Talita Barcelos Silva Lacerda	2016	Universidade Federal de Minas Gerais
7	O perfil dos futuros professores: um estudo sobre os graduandos do curso de Pedagogia no município de Niterói – RJ	Anacleto de Araújo Magalhaes	2015	Universidade Católica de Petrópolis
8	Feminização do magistério no ensino secundário do Colégio Municipal Pelotense (1940-1960)	Bruna de Farias Xavier	2017	Universidade Federal de Pelotas

¹³ Em verde estão as teses e em lilás estão as dissertações.

9	A formação das alfabetizadoras do triângulo mineiro e Alto Paranaíba – histórias construídas nas teses e dissertações – 1946 a 1979	Michelle Castro Lima	2016	Universidade Federal de Uberlândia
10	Na Penna da imprensa professoras e professores primários do século XIX (1852-1888): contribuições aos estudos da feminização do magistério	Roberta Guimarães Teixeira	2010	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
11	“Não me interessa mais esta profissão”: representações dos professores no Jornal Diário dos Campos (1932-1950)	Jaine dos Santos Floriano	2019	Universidade Estadual de Ponta Grossa
12	A inserção das mulheres no magistério capixaba: desdobramentos possíveis no trabalho docente no estado do Espírito Santo (1845-1920)	Elda Alvarenga	2018	Universidade Federal do Espírito Santo
13	A escola normal e a feminização do magistério primário na Bahia entre 1842 e 1889	Tiane Melo dos Anjos	2018	Universidade do Estado da Bahia
14	Representações sobre a profissão docente presentes no faz de conta de crianças de contexto rural	Rosana Lopes Romero	2018	Universidade Estadual de Maringá
15	Formação docente em Minas Gerais: Escola Normal Oficial de Uberaba, 1948 a 1959	Gabriela Marques de Sousa	2017	Universidade Federal de Uberlândia

Fonte: Elaborado pela autora.

No presente Estado do Conhecimento observamos que as pesquisas giram em torno de propostas temáticas que visam explicar como ocorreu o processo de feminização do trabalho docente, assim destacando elementos que foram essenciais para que esse processo acontecesse. São três propostas, contudo a maioria dos estudos se vinculam à primeira proposta, mas ainda assim ressaltamos como cada uma explica o fenômeno da feminização do trabalho docente:

1ª proposta: o processo foi explicado a partir das mudanças analisadas no imaginário/representações sobre aquela sociedade que afetavam diretamente o papel das mulheres naquele corpo social;

2ª proposta: a explicação do fato foi dada a partir do aumento do número de escolas que, conseqüentemente, aumentou o número de meninas matriculadas, sendo, dessa maneira, necessário ter mais mulheres exercendo o trabalho docente¹⁴;

¹⁴ Isso deve-se ao fato de que de com a criação das Escolas Régias as alunas só poderiam ser ensinadas por professoras (STAMATTO, 2002).

3ª proposta¹⁵: as mulheres foram percebidas como agentes históricas que protagonizaram a luta pela inserção no mercado de trabalho que se deu através de funções que estavam ligadas à maternidade, em que seria possível conciliar as funções trabalhistas com as tarefas de cuidado com o lar, como o caso da docência.

Além disso, a maioria dos trabalhos utilizaram autores que são referências no tema e que também foram ou serão usados para a construção da presente pesquisa, como é o caso de Scott (1995), Louro (2007, 1997), Almeida (1998), Del Priori (2001), Chamon (2005), Apple (1987), Nóvoa (1995), entre outros. Fato comum também foi a utilização da pesquisa qualitativa com análise documental, contudo os documentos foram os mais diversos possíveis, indo desde a análise de jornais, como os estudos realizados por Mariano (2011), Teixeira (2010), Alvarenga (2018), até a análise de imagens como documento histórico, que é o caso da tese de Xavier (2015).

Para que os leitores possam ter uma visão mais clara fizemos o agrupamento da análise das pesquisas por meio das propostas temáticas supracitadas, portanto, apresentamos sequencialmente os trabalhos inseridos nas propostas 1, 2 e 3, mas respeitando a ordem do quadro 1, ou seja, começamos a análise a partir dos estudos selecionados no descritor “feminização da docência” e, logo em seguida, abordamos os estudos do descritor “feminização do magistério”, neste também agrupamos os estudos que estavam inseridos no mesmo núcleo teórico e que discorriam sobre o mesmo estado brasileiro.

No que tange a tendência teórica da **1ª proposta**, três dos trabalhos selecionados pelo descritor “feminização da docência” (XAVIER, 2015; SCHWAHN, 2016; KRAUSE, 2018) seguem essa tendência explicando a feminização do trabalho através da mudança do imaginário/representações dos períodos trabalhados por estes autores. Na tese de Xavier (2015) o autor destaca a atuação da Igreja Católica, durante o Império brasileiro, na construção do papel social da mulher paraibana, concebendo-a como a “mãe-mestra”, Filha de Maria, portanto com moral ilibada, “no qual é perceptível a influência das associações e movimentos religiosos para a constituição dessas mulheres enquanto professoras” (XAVIER, 2015, p. 100-101). Diante disso, o autor expõe que essa mesma conduta, de construção de imaginário sobre a mulher, também foi usada na República, mas agora baseados em estudos científicos de médicos, higienistas e pela teoria Positivista.

No que se refere ao Positivismo do início da República a autora Schwahn (2016) vai ao encontro do estudo feito por Xavier (2015), afirmando que a teoria positivista passa “para a

¹⁵ Caso exclusivo de uma pesquisa selecionada, mas que destacamos porque podem surgir novos estudos que abordem o tema a partir dessa perspectiva.

educação a imagem do papel feminino onde compete à mulher o cuidar e o ensinar, agora também na escola” (SCHWHAN, 2016). Assim, criou um papel para a mulher durante a República em que a profissão docente se encaixava perfeitamente com a “natureza” feminina, que era ser virtuosa e cuidadosa.

Na dissertação de Krause (2018) a autora analisa como as significações de gênero implicam no trabalho docente através da análise documental. No desenvolvimento do recorte histórico, a autora concordará com Schwahn (2016) e Xavier (2015), mostrando que o trabalho feminino docente era entendido como “[...] uma atividade extensiva à maternidade e que os alunos e alunas seriam ‘filhos espirituais’” (KRAUSE, 2018, p. 74), fazendo do magistério uma extensão do lar.

Portanto, nesses três trabalhos (XAVIER, 2015; KRAUSE, 2018; SCHWAHN, 2016) os autores abordam como o imaginário criado em torno da mulher, sobretudo no início do século XX, foi essencial para que ocorresse a feminização da docência, em que as atividades realizadas pela mulher no ambiente da reprodução (lar) foram tidas como essenciais para as mulheres assumirem o trabalho docente como uma profissão a que elas estavam vocacionadas.

A partir do descritor “feminização do magistério” foi mapeada a dissertação de Mariano (2011), que está inserida na 1ª proposta teórica, recorrendo ao campo das representações para explicar a feminização da docência em São Paulo, na cidade de Presidente Prudente. O foco do trabalho é analisar a implantação da escola primária graduada no município paulista e a atuação das professoras nesse espaço.

Diante disso, o autor dispõe de um capítulo para falar da feminização do magistério nos anos finais da primeira República, propondo que a entrada das mulheres na vida pública deu-se por diferentes interesses: pelos interesses do Capitalismo, que precisava de mão de obra qualificada para as novas relações trabalhistas que foram inauguradas com o advento da República; pelo interesse científico dos médicos e higienistas, que buscavam uma concepção de mulher que zelava pelo seu lar e por seus familiares; da Igreja Católica, que aproximava a imagem da mulher à de Maria mãe de Jesus; e o da burguesia, que criava a imagem da mulher como mãe cívica, responsável pela moral e educação de toda sociedade, ultrapassando os limites da vida privada.

Assim, “se a mulher se libertasse do lar, esse movimento se desse dentro do plano dicotômico burguês (liberar as mulheres para o mercado de trabalho, mas mantê-las responsáveis pelo lar)” (MARIANO, 2011, p. 46). Portanto, a figura materna era mantida para as mulheres mesmo quando estas estavam fora de suas casas, exercendo suas profissões.

Ainda explicando a feminização do magistério a partir da 1ª proposta, mapeamos três dissertações (TELLES, 2015; MAGALHÃES, 2015; TEIXEIRA, 2010) que tratam desse processo no estado do Rio de Janeiro. Entretanto, as pesquisas apresentam tempos históricos diferentes uns dos outros: a dissertação de Telles trata dos anos finais do Império até o final da primeira República; o estudo de Magalhães trata do século XXI; e a pesquisa de Teixeira trata do processo entre os anos de 1852 e 1888.

Para Telles (2015) o ideário positivista existente no Brasil foi responsável por criar a imagem da mulher como protagonista da educação brasileira. “Embora os positivistas fossem contrários ao ensino obrigatório nas escolas, eles confirmaram que seria a mulher a pessoa ideal para ser a primeira educadora. Sua função social era o cuidado a família” (TELLES, 2015, p. 156), sendo elas as agentes responsáveis por moralizar os homens, assim tornando-os seres menos egoístas, os regenerando.

A dissertação de Magalhães (2015) objetiva identificar o perfil dos alunos que ingressam no curso de Pedagogia na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro, por esse motivo se trata de uma pesquisa focada no período em que a autora estava desenvolvendo o estudo. Para explicar esses motivos, Magalhães faz um recuo histórico para pautar na feminização do trabalho docente essas justificativas. Para identificar o perfil dos alunos a autora aplicou questionários com os discentes e realizou entrevistas com os professores de três faculdades de Niterói.

Magalhães (2015) obteve como resultado que mesmo estando no século XXI, a feminização da docência que teve mais intensidade no início do século XX e que foi marcada por mudanças no papel social da mulher e a caracterização da profissão docente como vocacional ainda influenciam na escolha de alunos para a carreira docente. A autora se baseia no pressuposto de que na República Velha “a representação social da mulher professora refletia uma postura de dedicação maior aos cuidados primários das necessidades das crianças” (MAGALHÃES, 2015, p. 33). Sendo essa representação passada como fundamental para as pessoas que desejassem se tornar professores, sobretudo na educação infantil, o que até hoje pode ser possível observar nos cursos de Pedagogia.

Outro estudo que trata da feminização do magistério no Rio de Janeiro é o de Teixeira (2010). Essa dissertação contou com a metodologia da pesquisa qualitativa com análise de periódicos femininos, objetivando analisar como os discursos da imprensa contribuíram para esse processo. Teixeira concorda com a proposição de outros autores aqui mapeados (TELLES, 2015; XAVIER, 2015) de que o Positivismo foi responsável por criar um imaginário sólido sobre como deveria ser a mulher e a mulher professora, também aponta que os periódicos direcionados para as mulheres do Rio de Janeiro difundiram o ideário positivista em que “para

desempenharem o seu papel de mães-educadoras, as mulheres necessitavam apenas dos requisitos da virtude e do amor” (TEIXEIRA, 2010, p. 96). Para além disso, a pesquisadora entendeu que os jornais e revistas atuavam para a promoção da emancipação feminina, principalmente os que eram escritos por mulheres.

Foram mapeadas também duas pesquisas que abordam a feminização do magistério no estado de Minas Gerais, realizadas por Lacerda (2016) e Lima (2016) através da metodologia qualitativa, por meio da análise documental, estando inseridas na tendência teórica de análise número 1.

Para sustentar essa teoria a autora Lacerda (2016) recorreu a pareceres, jornais e legislações para assim compreender o imaginário republicano sobre as mulheres, observando que nesse período existia “um discurso que associava a competência feminina à educação moral e à mudança do caráter das crianças” (LACERDA, 2016, p. 40). Se tratando de Minas Gerais, a autora, baseada em decretos e pareceres que dispunham sobre a entrada de mulheres no magistério mineiro, aborda que as que ousassem ser professoras deveriam ter conduta moral impecável: “[...] embora não fosse exigido das candidatas ao curso um atestado de moralidade, as prescrições disciplinares para as alunas matriculadas eram incontestáveis, correndo o risco de serem expulsas” (LACERDA, 2016, p. 41).

Assim, a autora propõe que a Escola Normal da Capital tomou como pilar os propósitos republicanos de construção de uma nação civilizada com cidadãos de hábitos morais em que as mulheres eram encarregadas de educá-los. Além disso, a Escola Normal da Capital estabeleceu em seus regulamentos e pareceres a predileção por mulheres para exercer o trabalho docente, associando a profissão ao universo feminino e colocando como uma ocupação natural às mulheres.

Na tese de Lima (2016), a autora aborda a formação das alfabetizadoras do triângulo mineiro e do Alto Paranaíba, recorrendo à feminização do magistério para explicar o fenômeno e objetivando analisar a formação de professoras normalistas e do Magistério e a relação entre a feminização e o exercício da docência. Para tanto, a pesquisa foi feita através da revisão bibliográfica de teses e dissertações as quais esclareceram o papel da Igreja Católica na formação das professoras mineiras.

A autora partiu do pressuposto de que o catolicismo exerceu forte influência na feminização do magistério mineiro, em que existiam “[...] ideais difundidos pela igreja nos cursos confessionais, ainda que algumas alfabetizadoras tenham estudado em Escolas Normais laicas” (LIMA, 2016, p. 79). Por meio das pesquisas analisadas a autora considerou que a escolha das mulheres mineiras pelo magistério se deu por conta dos valores morais difundidos

pela Igreja Católica em que as professoras deveriam respeitar a concepção cristã sobre ser mulher, de acordo com a qual deveriam ser dóceis, bondosas, amáveis e gentis.

Ainda no descritor “feminização do magistério” foi mapeada a dissertação de Floriano (2019) que trata do desenvolvimento desse processo no estado do Paraná, na cidade de Ponta Grossa. Para tanto, a autora utilizou a primeira proposta temática e analisou como o jornal *Diário dos Campos* representava a profissão docente no município entre os anos de 1930 e 1950.

Segundo Floriano (2019), o *Diário dos Campos* como agente formador de opinião passava para a sociedade que o trabalho docente estava associado a ideia de vocação, principalmente para as mulheres. Como observou a autora, “[...] a ideia de vocação ainda era muito forte, sendo a mulher considerada perfeita para desempenhar esse papel” (FLORIANO, 2019, p. 39). Para além disso, o jornal colocava que a docência, por ser uma atividade de meio período, deveria ser percebida como um complemento para a vida das mulheres, sendo estas “[...] vistas como perfeitas para a profissão por serem pessoas bondosas, pacientes, frágeis, além de poderem propagar os princípios familiares” (FLORIANO, 2019, p. 62). Dessa forma, a autora considerou que o periódico por ela analisado refletia a visão daquele período, passando para a sociedade que a docência era uma profissão pautada na moral, na vocação e na predestinação, sendo para as mulheres uma função naturalizada que deveria ser vista como tal e não como forma de ganhar a vida e se estabelecer economicamente.

Na dissertação de Anjos (2018) a autora aborda a feminização do magistério primário na Bahia no período Imperial. Para isso ela recorre à 1ª proposta temática pressupondo que a feminização ocorreu por conta da mudança na representação social sobre ser mulher. Para comprovar esse argumento, utiliza a metodologia de abordagem qualitativa com análise de relatórios, legislações e de periódicos.

Para a pesquisadora, a abertura do magistério primário para as mulheres por volta do ano de 1870 estava ligada “[...] às ditas causas naturais que faziam delas seres ideais para ocupar as cadeiras primárias” (ANJOS, 2018, p. 122). Além disso, a sociedade baiana considerava que a instrução para as mulheres as tornaria mais bem capacitadas para educar os homens. A autora aponta que na segunda metade do século XIX a Escola Normal da Bahia tinha quase 70% do público feminino, tendo esse público ingressado por conta das representações tidas em torno da docência feminina.

Um trabalho que ganhou destaque pela metodologia utilizada foi o de Romero (2018), que foi selecionado através do descritor “feminização do magistério”. Para essa pesquisa a autora empregou a abordagem qualitativa em que realizou entrevistas com crianças de 5 anos

do contexto rural do estado do Paraná para que pudesse entender como essas crianças representavam a profissão docente por meio do faz de conta. Como resultado, a autora obteve que a feminização da docência produz um imaginário que faz com que estas tenham em suas mentes um tipo ideal de docente associando “à docência [...] mulheres cujas características parecem reproduzir os estereótipos da beleza feminina vigentes em concepções hegemônicas, jovem, branca, com cabelos longos e lisos” (ROMERO, 2018), logo esta dissertação é pertencente à proposta número 1. Assim, percebemos que a feminização do trabalho docente apresenta uma dualidade em que ao mesmo tempo que é produzida por um imaginário, também produz um imaginário sobre os profissionais desta área.

Na proposta 2 temos a dissertação de Sousa (2017) e a tese de Alvarenga (2018), ambas selecionadas pelo descritor “feminização do magistério”, as quais explicam o fenômeno social por meio do aumento da escolarização feminina, como observamos a seguir.

Ao que se refere a **2ª proposta temática**, a dissertação de Sousa (2017) parte do argumento de que a formação docente em Minas Gerais foi perpassada pela feminização do magistério. Diante disso, a pesquisadora busca compreender a formação de professores na Escola Normal Oficial de Uberaba através da pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica, em que a autora insere a pesquisa na segunda proposta temática para analisar a feminização da docência, propondo aos leitores que a expansão do ensino primário em Uberaba fez com que aumentasse a demanda pela docência feminina, uma vez que “a formação de professores na cidade buscou preencher as vagas do ensino primário uberabense nessas localidades” (SOUSA, 2017, p. 130).

Dessa forma, “a problemática da formação docente, em Minas Gerais, caminhou junto às políticas daquele período, associada ao aumento da oferta de escolarização para a população” (SOUSA, 2017, p. 135). Como podemos perceber a pesquisadora considera que o aumento do número de alunas matriculadas no ensino primário foi mais significativo para a feminização do magistério em Uberaba do que a própria representação de que a docência era uma missão para as mulheres.

Na tese de Alvarenga (2018), a autora investiga a inserção das mulheres no magistério capixaba, baseando essa inclusão a partir da segunda proposta temática, isto é, aumento do número de escolas e a expansão do ensino básico. A metodologia utilizada foi de análise documental de artigos da imprensa, relatórios e legislações do período de 1845 a 1920. Para Alvarenga é “[...] pertinente a relação entre o ingresso da mulher no magistério e o advento da escolarização feminina patrocinada pelo Estado” (ALVARENGA, 2018, p. 156). Portanto, a

autora percebe que a feminização da docência no Espírito Santo esteve intimamente ligada às políticas adotadas pelo Estado.

Por meio de dados como número de alunos que ingressaram nas escolas capixabas, a autora aponta que “[...] o projeto republicano de expansão da escolarização primária trouxe desdobramentos positivos para a escolarização das mulheres, ao mesmo tempo em que interferiu na feminização do magistério” (ALVARENGA, 2018, p. 171). Desta maneira, a autora sustenta sua teoria de que a feminização do magistério capixaba ocorreu conforme eram criados mecanismos para a expansão da instrução pública no Brasil, o que acabou por afetar a educação no Espírito Santo de tal forma que era necessário ter mais mulheres lecionando.

Representando a **3ª proposta temática** temos a dissertação de Xavier (2017), em que a autora aborda a feminização do ensino secundário pelotense, no estado do Rio Grande do Sul, sugerindo que a feminização do trabalho docente se deu por meio das lutas femininas pela entrada no mercado de trabalho. Para isso, a autora utilizou a metodologia de abordagem qualitativa analisando documentos do Colégio Municipal Pelotense entre os anos de 1940 e 1960, além de realizar entrevistas com ex-professores da Instituição.

Portanto, a pesquisadora percebeu que em Pelotas, no período pesquisado, existia a “necessidade de ingresso da mulher no mercado de trabalho, sendo assim, o mais adequado e aceitável seria a inserção destas na carreira docente, uma vez que esta profissão estaria associada à erudição e ao ‘capital cultural’” (XAVIER, 2017, p. 37). Apesar disso, as escolas pelotenses eram administradas por professores, fazendo com que a entrada das mulheres no ambiente público através do magistério ainda estivesse sob o controle dos homens.

Sendo assim, o presente Estado do Conhecimento mapeou que 12 das 15 pesquisas analisadas estão inseridas na 1ª proposta temática, 2 estão incluídas na 2ª proposta e 1 na 3ª proposta. Isto posto, observamos que a feminização da docência é explicada sobretudo pelas duas primeiras propostas e que a 3ª proposta foi um caso exclusivo encontrado na pesquisa de Xavier (2017).

Ademais, analisamos a forte influência das instituições no desenvolvimento do imaginário e das representações sobre a mulher e sobre a profissão docente. Também percebemos que as pesquisas se concentram na feminização do trabalho docente da região sudeste, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, o que mostra a importância de se fazer pesquisa sobre o tema em nível de mestrado e doutorado nas demais regiões brasileiras, principalmente na região norte do país.

2.1.2 Feminização do Trabalho Docente nos GT's da ANPED

Além da busca no catálogo de teses e dissertações da CAPES, também fizemos um levantamento sobre as pesquisas apresentadas nos encontros nacionais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (ANPED), que foram realizados entre os anos de 2011 e 2021. O mapeamento dos estudos foi feito em quatro Grupos de Trabalhos (GT's) que têm relação com as áreas de estudos que abrangem o tema da feminização do trabalho docente, por esse motivo foram eleitos os grupos 02 – História da Educação, 08 – Formação de professores, 09 – Trabalho e educação¹⁶ e 23 – Gênero, sexualidade e educação. Contamos como descritores as expressões: “feminização do trabalho docente”, “feminização do magistério” e “feminização da docência”.

Após realizar a leitura flutuante de cada artigo dos GT's e pesquisar os descritores em cada texto, podemos classificar as pesquisas em dois grupos: 1. Citação do tema; e 2. Abordagem direta ao tema. Dessa forma, chegamos a cinco artigos que se relacionavam com a temática da presente pesquisa, mas ainda ressaltamos que apenas um dos artigos encontrados tinha como objetivo principal discutir sobre a feminização do trabalho docente. Nos demais estudos o tema aparece como elemento secundário para abordar outros conteúdos. As pesquisas apresentadas na ANPED estão divididas conforme o quadro abaixo:

Quadro 3 – Estado do conhecimento a partir de pesquisas apresentadas na ANPED (2011-2021)

Título	Autoria(s)	Reunião/ano	GT
Amor, cuidado e competência: um olhar de gênero sobre a profissionalização do trabalho docente	SCHERER, Renata Porcher; DAL'IGNA, Maria Cláudia	38ª/2017	23
Trajetórias na docência: professores homens na educação infantil	MONTEIRO, Mariana Kubilius; ALTMANN, Helena	36ª/2013	23
Coeducação e feminização do magistério – Brasil – segunda metade do século XIX: dos discursos à legislação	CASTANHA, André Paulo	36ª/2013	02
Refletindo sobre gênero, trabalho e formação docente: um olhar para o pedagogo do gênero masculino iniciante na educação infantil	CRUZ, Shirleide Pereira da Silva; SOUSA, Fernando Santos	38ª/2017	08
A identidade das professoras alfabetizadoras: entre as diferenças e o pertencimento comum	SLAVEZ, Milka Helena Carrilho	35ª/2012	08 ¹⁷

Fonte: Elaborado pela autora.

¹⁶ Ressaltamos que nesse GT não foi localizado nenhum trabalho sobre a temática.

¹⁷ Nesse trabalho a autora cita a feminização da docência **apenas uma vez** para afirmar que esta contribuiu para a formação da identidade docente das professoras alfabetizadoras (SLAVEZ, 2012). Por esse motivo, apesar de ser inserida no quadro, preferimos não fazer a explanação da pesquisa no corpo do texto.

Como podemos observar no quadro acima, os GT's 08 e 23 foram os que mais tiveram pesquisas com relação ao tema da feminização do trabalho docente. Contudo, os trabalhos apresentados nesses GT's trouxeram a temática como uma forma de explicar outros fenômenos educacionais, como a presença masculina na educação infantil, ao passo que no GT 02 por mais que só tenha um trabalho sobre o assunto, foi nele que encontramos o estudo que tinha como objetivo abordar diretamente a temática.

A pesquisa de Scherer e Dal'Igna (2017) tem como objetivo investigar como o trabalho docente foi constituído no Brasil e como este foi delineado pela feminização do trabalho docente e pela profissionalização do magistério. As autoras dedicam um tópico para discussão sobre a feminização da docência, mostrando que o magistério “se torna uma atividade permitida para mulheres e que apenas posteriormente vem a ser uma atividade indicada para elas” (SCHERER; DAL`IGNA, 2017, p. 3) e tem essa mudança notada porque o mercado de trabalho Capitalista explora “[...] a experiência das mulheres na histórica realização de suas tarefas nas esferas do trabalho reprodutivo e do trabalho doméstico para o trabalho na esfera pública” (SCHERER; DAL`IGNA, 2017, p. 6). Sendo assim, o sistema Capitalista procura o que são consideradas boas características das mulheres para fazer a exploração da mão-de-obra feminina. Ao final, as pesquisadoras apontam que a feminização do magistério juntamente com o movimento de profissionalização do magistério desembocou no que elas chamam de desgenerificação da docência, dado que o trabalho docente tem saberes e funções específicas que foram moldadas pelo processo de feminização, mas que ainda assim existem formas diferentes de serem desempenhadas por múltiplos indivíduos.

Monteiro e Altmann (2013) apresentam que a feminização do trabalho docente também pode ser admitida como uma desmasculinização da docência, logo, a feminização do magistério aqui é abordada como elemento secundário da investigação sobre a carreira masculina na educação infantil. Nessa pesquisa, as autoras buscam entender as trajetórias de homens na educação das crianças, mostrando como o fenômeno da feminização do magistério acaba por ser um problema que deve ser superado pelos homens que trabalham na educação infantil.

A pesquisa de Castanha (2013) é a única que trata da feminização do trabalho docente de forma principal. O autor explica o processo por meio de discursos promovidos por intelectuais e autoridades do século XIX que estimulavam a coeducação. Dessa maneira, o pesquisador conclui que a feminização da docência no Brasil foi possibilitada por conta da defesa da coeducação observada nos discursos produzidos durante o período, o que acabou por difundir em todo o território brasileiro as escolas normais femininas.

Cruz e Souza (2017) têm por objetivo refletir o espaço do trabalho dos homens na educação infantil, apresentando a forma de atuar dos sujeitos. Nessa pesquisa a feminização da docência é utilizada como categoria para explicar a atuação e formação dos pedagogos homens. Sendo assim, os autores não se aprofundam no processo de feminização do trabalho docente.

Com esse estado do conhecimento podemos ressaltar novamente a importância e urgência em se pesquisar e publicar cada vez mais sobre a feminização do trabalho docente, que é um campo com muitas facetas ainda não exploradas. Nas publicações dos anais dos encontros nacionais da ANPEd o vazio bibliográfico é mais preocupante do que no catálogo de teses e dissertações da CAPES, dado que na ANPEd recorremos a quatro GT's em que analisamos 591 trabalhos, desses apenas 5 abordaram a temática, isto é, menos de 1% dos trabalhos apresentados na ANPEd entre os anos de 2011 e 2021 trataram sobre a feminização da docência no Brasil.

2.3 TRABALHO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE PARA ESTUDOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

A categoria *trabalho* está sendo cada vez mais utilizada nas pesquisas na área da educação, principalmente naquelas que estão apoiadas na teoria histórico-crítica inaugurada por Dermeval Saviani. Sendo assim, para compreender a categoria educação sob esse prisma teórico se faz necessário abordar as bases da fundamentação dessa teoria, que é o trabalho na perspectiva marxista-lukacsiana.

Portanto, neste tópico iremos discorrer sobre a categoria trabalho que foi entendida por Karl Marx (2013) como constituinte para a formação e sociabilidade humana, o que torna o trabalho fundante do ser social. Ademais, será abordado o trabalho ontológico explicado por Lukács (2013). Por fim, apresentaremos um outro olhar sobre a categoria trabalho que foi reivindicado por pesquisadoras feministas de 1980 como Hirata e Kergoat (2009), que conceberam a categoria inserindo a mais antiga forma de opressão exercida sobre as mulheres, que é o trabalho reprodutivo.

2.3.1 A categoria trabalho

Como já explicitado anteriormente, a presente pesquisa foi fundamentada a partir de três grandes categorias teóricas de análise: trabalho, educação e gênero; e duas subcategorias: profissionalização docente, que pertence à grande categoria educação; e feminização, cujo desenvolvimento está intrínseco à categoria gênero.

Tendo como aporte a categoria Trabalho, percebemos que esta se faz múltipla nas áreas do conhecimento. Se comparada a área das Ciências Humanas, na Física encontramos uma diferença no entendimento do que seria o trabalho, para essa Ciência o trabalho é definido como a força gerada para se ter a locomoção de um determinado corpo, isto é, para se ter o valor do trabalho é necessário medir a energia despendida para realizá-lo (BONJORNO et al., 2013).

No campo das Ciências Humanas, o qual esta pesquisa está incluída, encontramos algumas abordagens sobre o que é trabalho, das quais escolhemos utilizar aquilo que discorre Karl Marx no qual “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 326).

A teoria desenvolvida por Karl Marx, que é chamada de materialismo histórico-dialético, foi fundamentada a partir da crítica ao pensamento do alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel, criador do princípio da dialética. Esse filósofo pressupõe que a racionalidade deve estar acompanhada daquilo que é tido como real, portanto a dialética hegeliana é um pensamento metódico. Contudo, Marx acreditava que a realidade determinava a racionalidade, isto é, a práxis social humana transformava o mundo ao longo da História (RANIERI, 2011).

Segundo Ranieri (2011), por meio do idealismo Hegel faz uma reflexão sobre a categoria trabalho em que este filósofo acreditava que

[...] a teleologia do trabalho era lançada a uma esfera tão ampliada (e fora de seu próprio alcance) que o controle das causalidades ficava submetido a um artifício teórico que se aproximava do postulado da providência: ao mesmo tempo, porém, o correto princípio de análise da dinâmica das conexões causais mostrava que o caminho potencial da filosofia era o de conceber a ciência como unidade entre consciência e materialidade (RANIERI, 2011, p. 12).

Ranieri (2011, p. 113) aponta ainda que a categoria trabalho está intrínseca à filosofia hegeliana, uma vez que “sem o recurso da categoria *trabalho* não teria sido possível a Hegel explorar de forma tão perspicaz o conteúdo da gênese do ser social”. Sendo assim, a teoria hegeliana é responsável por fundamentar o pensamento materialista, uma vez que encontra na atividade humana, isto é, no trabalho, os princípios do materialismo, representado pelas concepções de ordem concreta e abstrata da estruturação dos seres humanos.

Por acreditar que a consciência determina a realidade, Hegel percebia o trabalho como educador, pois no ofício o trabalhador tem que estar sempre inovando, fabricando novos produtos. Através da produção o indivíduo teria a capacidade de ter uma nova consciência, assim a categoria trabalho em Hegel é tida, no campo das ideias, como algo positivo que fará os sujeitos terem consciência de si, isto é, o ser humano é visto como fruto de seu ofício.

Tomando por base o hegelianismo, mas ainda assim nos trazendo uma nova visão sobre a categoria trabalho temos a teoria marxista que pressupõe que o trabalho alicerça a humanidade para esta se fundamentar enquanto sujeito social, em que o ser humano passa a ser o indivíduo que domina a natureza, deixando de ser dominado por ela e garantindo a existência humana. Dessa forma, o trabalho é conciliador do convívio entre homem-natureza, sendo o agente transformador da natureza e do ser humano (MARX, 2013).

Na teoria Marxista a união homem-natureza é definida como trabalho, sendo por meio da prática laboral que as sociedades são construídas e os seres humanos são consolidados enquanto sujeitos sociais. O trabalho humano é admitido como uma atividade consciente, sendo a consciência, exprimida no planejamento das atividades trabalhistas, o elemento que faz com que os seres humanos sejam diferenciados dos animais dado que

[...] pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, p. 255-256).

Sendo assim, o trabalho é uma atividade consciente que está intimamente ligada à prática humana, logo essa explicação dada pela teoria Marxista é materialista, pois é percebida através da práxis, diferentemente da teoria hegeliana em que o trabalho era visto no campo idealista, de forma abstrata.

Portanto, o marxismo inaugura o pensamento materialista dialético-histórico ao entender que independentemente do modo de produção desenvolvido pelas sociedades ao longo da História, a práxis humana é desempenhada de acordo com o trabalho desenvolvido, isto é, pelo modo de reprodução e produção social, visto que as formas de produção é que irão consolidar os aspectos culturais, políticos e sociais das sociedades (MARX, 2013).

Partindo do princípio marxista de que a categoria trabalho se refere à relação homem-natureza, György Lukács (2013) complementa que esta relação é permeada pela consciência e que o trabalho é teleológico, pois tem como finalidade a socialização dos homens e das mulheres, sendo responsável pela diferenciação entre os humanos e os outros animais, uma vez que o trabalho é o que denota um ser humano como racional, logo

[...] o trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana [...] enquanto não tiver entrado numa relação de reflexão

com o valor de troca, o que somente pode acontecer num estágio relativamente muito elevado, o valor de uso nada mais designa que um produto do trabalho que o homem pode usar de maneira útil para a reprodução da sua existência. No trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo no ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social (LUKÁCS, 2013, p. 35).

Isto posto, percebemos o fundamento ontológico do trabalho, dado que a sociabilidade humana é obtida quando ocorre o domínio da natureza pelo homem, em que a diferenciação do trabalho humano para o trabalho exercido pelos animais é que o primeiro idealiza o resultado do trabalho antes mesmo de executar a ação, fato concebido como prévia-ideação (LUKÁCS, 2013).

Pensadoras dos estudos sobre gênero e feminismo, como Danièle Kergoat e Helena Hirata (2009), reconhecem a categoria trabalho desenvolvida por Karl Marx como um conceito que apresenta um aspecto dual de entendimento, em que o primeiro

[...] se apresenta como uma definição antropológica, em que o trabalho constitui uma característica geral e genérica da ação humana. Para Marx (1867/1965), o trabalho é essencialmente um ato que se passa entre o homem e a natureza. O próprio homem exerce, em relação à natureza, o papel de uma potência natural específica [...] ele transforma sua própria natureza e desenvolve suas faculdades aí adormecidas. A segunda definição reinterpreta a primeira, ao considerar que as trocas entre homem e natureza sempre se produzem em condições sociais determinadas: estamos nas condições do artesanato, da escravidão ou do assalariamento? [...] É a partir desta segunda reinterpretação que o conceito de trabalho assalariado pode ser desenvolvido (HIRATA *et al*, 2009, p. 251-252).

Esse aspecto dual é percebido nas uniões do homem com a natureza e do homem com o próprio homem, porém estes vínculos se apresentam de forma excludente e diminuta, uma vez que não inclui as mulheres nesse processo, reproduzindo que o homem é o ser universal. Além disso, “as relações sociais – as condições sociais do trabalho – são historicizadas. Sendo assim, essa dupla definição não pode ser pertinente, se considerarmos as relações historicamente, que é o que torna possível considerar o sexo social” (HIRATA *et al*, 2009, p. 252).

Portanto, a forma cristalizada que é proposto o trabalho na teoria marxista de que este é imutável e essencial para o homem se tornar sujeito social acaba por apagar que a construção da compreensão do que é ser homem, bem do que é ser mulher, é histórica e social. Percebendo isso, em 1970, a socióloga francesa Danièle Kergoat iniciou estudos que previam uma nova concepção de trabalho que incluía as dimensões sociais e históricas dos sexos, além de incorporar a dimensão reprodutiva do trabalho. Assim, essa redefinição “[...] abrangeu também o trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil e informal” (HIRATA *et al*, 2009, p. 254).

Entretanto, vale a pena ressaltar que esse novo entendimento sobre a categoria trabalho foi fomentado pelo movimento feminista, que percebeu as incongruências do pensamento marxista em certos aspectos de compreensão do trabalho, que já foram expostos anteriormente. Foi através da percepção de que o trabalho reprodutivo, realizado em sua maioria pelas mulheres, era ignorado e não remunerado, caracterizando uma dominação exercida sobre as mulheres. Destarte, por meio dessa conscientização foram feitos diversos estudos que explicaram essa nova percepção de trabalho através de uma base teórica, que é a teoria da divisão sexual do trabalho que será exposta a seguir.

Para entendermos a divisão sexual do trabalho de forma mais satisfatória temos que compreender a distinção dos termos gênero e sexo. A palavra sexo se refere à distinção biológica entre mulheres e homens, já o termo gênero se refere à construção histórica, social e cultural dos papéis dos homens e das mulheres, sendo assim, é uma expressão que engloba os anseios sociais sobre o comportamento dos gêneros, em que se espera que os dois devem agir conforme aquilo que foi construído para ser feminino e masculino.

A divisão sexual do trabalho apresenta uma explicação dada a partir da dominação exercida sobre as mulheres, na qual esta reflete em relações injustas entre os indivíduos, sendo assim, “as justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas [...], mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação” (LOURO, 1997, p. 19).

Logo, podemos conceber a divisão sexual do trabalho como uma construção que apresenta relações tão complexas que extrapolam a delimitação biológica, dado que foram estabelecidas socialmente tendo o trabalho como pilar, em que se evidenciam por meio da “[...] divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa: divisão sexual do trabalho” (KERGOAT, 2009, p. 67).

Portanto, a divisão sexual do trabalho é uma consequência da forma como foram construídas as relações sociais entre mulheres e homens, podendo sofrer variação conforme a sociedade em que se observa o fato. Além disso, carrega consigo elementos que destinam preferencialmente os espaços públicos e todos os seus cargos, principalmente os de maior valor social e de autoridade, para os homens. Enquanto para as mulheres é designado o espaço privado ou ambiente doméstico, o que recai diretamente nos fundamentos de estruturação da divisão sexual do trabalho, que são dois: o de separação e o hierárquico (KERGOAT, 2009).

O fundamento de separação prevê que existem trabalhos específicos para homens e trabalhos para mulheres, em que os dois têm que desempenhar ofícios diferentes, cada um exercendo funções inerentes a sua condição biológica. O fundamento da hierarquização

pressupõe que o trabalho desempenhado por mulheres tem menor valor que o trabalho exercido por homens (KERGOAT, 2009). Assim, percebemos o motivo pelo qual o trabalho reprodutivo/doméstico, que por muitos anos foi realizado exclusivamente pelas mulheres, foi invisibilizado, até mesmo nas literaturas e estudos específicos sobre o trabalho.

De acordo com Kergoat (2009), o conceito de divisão sexual do trabalho não é cristalizado, visto que por mais que não se tenha registro histórico de que os fundamentos de estruturação tenham sido diferentes em outros períodos, as relações sociais e trabalhistas, bem como os espaços determinados para mulheres e homens, podem variar de acordo com a sociedade analisada e com o momento histórico.

Ainda de acordo com essa autora, a gênese do movimento feminista se deu pela tomada de consciência por parte das mulheres que perceberam que o trabalho doméstico exercido pelas mulheres não era reconhecido e nem remunerado, sendo feito em prol de outras pessoas e não por elas mesmas, além de estar intrínseco nesse tipo de trabalho o discurso de destinação, abnegação e a vinculação com a maternidade.

Por mais que autoras feministas da década de 1970 criticassem a teoria marxista por excluir o campo da reprodução na categoria trabalho, era preciso no período se apropriar da teoria para desenvolver trabalhos e se situar no campo político da esquerda, visto que majoritariamente as feministas se identificavam com a esquerda. Contudo, com o desenvolvimento dos estudos de gênero e da teoria da divisão sexual do trabalho, foi possível se afastar do marxismo para realizar pesquisas sobre o trabalho reprodutivo, podendo aprofundar os debates sobre a jornada feminina de trabalho, diferença salarial entre mulheres e homens no mesmo cargo etc. (KERGOAT, 2009).

Apesar de entendermos a crítica à teoria marxista como válida para a construção da teoria da divisão sexual do trabalho, aqui usaremos as duas teorias para podermos ampliar o nosso olhar sobre o fato histórico tratado¹⁸, por esse motivo utilizaremos os nomeados “sistemas duais”, uma vez que

[...] não existe nem puro patriarcado, nem puro capitalismo. Produção e reprodução são combinadas em uma totalidade da sociedade da forma que ela é organizada e daí temos o que [...] denomina como capitalismo patriarcal. Neste sentido, há uma grande parceria entre o patriarcado e o capitalismo. [...] **o marxismo subestimou a força e a flexibilidade do patriarcado e superestimou a força do capital. O patriarcado se adaptou e o capital é flexível quando encontra modos de produção anteriores e os adaptou para que supram as necessidades de acúmulo de capital** (GANDHI, 2018, p. 71, grifo nosso).

¹⁸ Feminização do trabalho docente.

Dessa forma, se faz necessário entendermos a diferença entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Para isso vamos recorrer à teoria marxista no que se refere ao trabalho produtivo, definido como o tipo de trabalho que produz valor suficiente para gerar mais-valia, bem como para reproduzir a força de trabalho, fazendo com que

[...] o conceito de trabalho produtivo se estreite. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital (MARX, 2013, p. 706).

Para explicar o conceito de trabalho reprodutivo recorreremos à teoria desenvolvida pelas feministas, que admitem como trabalho reprodutivo aquele que está ligado a reprodução e manutenção da vida, que está estruturado sob o sistema patriarcal fazendo com que, historicamente, recaia como um ofício destinado às mulheres e desempenha papel significativo para a produção e reprodução do sistema capitalista dado que

O modo de produção familiar regido pelo patriarcado organiza as relações sexuais, a educação das crianças, os serviços domésticos e a produção de certos bens [...]. Rompendo com a oposição frequentemente asseverada entre produção mercantil e não mercantil, a exclusão do trabalho doméstico das mulheres do domínio econômico não decorre da natureza da sua produção. Com efeito, quando os mesmos bens são produzidos fora da família, o trabalho que os produz é remunerado e, inversamente, o trabalho das mulheres permanece gratuito (HIRATA *et al*, 2009, p. 257).

Sendo assim, o trabalho reprodutivo garante a manutenção da vida dos trabalhadores, uma vez que esta atividade garante que a força de trabalho possa ser vendida, pois os cuidados com o proletariado são feitos, sobretudo, por mulheres. Fato esse que engloba um grande problema para as mulheres trabalhadoras assalariadas, que enfrentam jornada de trabalho dupla e às vezes tripla, pois na abertura do mercado de trabalho para as mulheres estas só podiam exercer funções ligadas ao cuidado e que tivessem carga horária de meio período, dado que no horário oposto as mulheres deveriam estar desempenhando as funções ligadas ao lar. Logo, o capital não domina apenas o espaço produtivo, mas também o espaço reprodutivo (NOGUEIRA, 2011).

Essa diferenciação entre a práxis de homens e mulheres, bem como a distinção entre os trabalhos considerados femininos e masculinos, que são determinados através do fundamento de separação da divisão sexual do trabalho, garantem a desigualdade de gênero e a precarização do trabalho realizado por mulheres, uma vez que a entrada das mulheres no espaço público é definida pelas representações sociais sobre ser mulher.

Os fundamentos da divisão sexual do trabalho são intrínsecos à sociedade de tal forma que perpassam até mesmo pelas instituições sociais¹⁹, que agem como reprodutoras e produtoras dessa teoria, bem como do próprio modo de produção capitalista. Desse modo, estão inseridos até mesmo na educação, na forma de educar meninos e meninas, que por muito tempo teve uma diferenciação permitida pelos códigos educacionais do período, além de estarem presentes na forma de inserção das mulheres na profissão docente, casos estes que serão apresentados no próximo tópico.

2.4 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE

Nesta seção iremos apresentar a categoria de análise Educação baseada em estudiosos como Saviani (2015), Brandão (2004) e Zaidman (2009). Portanto, a lente teórica escolhida para a explicação desta categoria foi por meio da Pedagogia histórico-crítica, fundamentada na discussão da teoria marxista. Assim, concebemos a educação e o trabalho como fenômenos exclusivos dos seres humanos, dado que estas duas categorias estão intrínsecas uma à outra, pois o trabalho precisa da educação para ser difundido como ferramenta para a formação humana e a educação é um tipo de trabalho.

Discutiremos a educação como expressão do desenvolvimento das sociedades e dos próprios seres humanos, podendo ser manifestada de modo intencional ou não intencional, dependendo da complexidade da sociedade e do grupo que a está exercendo. Por fim, traremos estudos de Zaidman (2009) sobre a educação para caracterizarmos o espaço escolar e a própria educação como reprodutora e produtora dos modelos sociais impostos para as mulheres e para os homens.

No tópico sobre a profissionalização docente, discutiremos o entendimento dessa categoria de análise sob o aspecto dual, portanto podendo ser entendida como a organização da formação profissional e acadêmica dos docentes. Além disso, apresentamos a história da constituição da docência como profissão, na qual fizemos um breve histórico da profissionalização do trabalho docente no Brasil.

2.4.1 Categoria Educação

¹⁹ Instituições como “[...] a escola, o Estado, a Igreja, as Forças Armadas, os meios de comunicação” (TOLEDO, 2003, p. 116).

A educação como categoria de análise não se mostra de forma homogênea com conceito definido de apenas uma maneira, ela pode ser determinada de diversos modos, dependendo da lente teórica que o autor utiliza para compreendê-la. Entretanto, todas as concepções exprimem pontos em comum, apontando que a educação não tem um padrão a ser seguido e o espaço escolar não é o único ambiente em que podem ser desenvolvidas as práticas educativas, dado que em “[...] mundos diversos a educação existe diferente [...] existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo; ela existe em cada povo, ou entre povos que se encontram” (BRANDÃO, 2004, p. 9-10).

Ainda assim, a educação pode ser compreendida pelos moldes marxistas como “[...] um fenômeno próprio dos seres humanos” (SAVIANI, 2015, p. 286), ou seja, ser concebida dialeticamente, visto que ela pode ser uma forma de atender as demandas do desenvolvimento do trabalho, mas ela mesma também se demonstra como uma forma de trabalho.

Como forma de trabalho, a educação está inserida naquilo que Karl Marx definiu como trabalho não-material, que é um tipo de trabalho que produz os símbolos, valores, ideias e conhecimentos que irão auxiliar na elaboração do trabalho material. A educação nos moldes de trabalho ocorre de forma que a produção e o consumo do produto são indissociáveis (SAVIANI, 2015). Isto posto, inferimos que a educação é um elemento basilar para a formação dos seres humanos tanto de maneira intencional como de maneira não intencional, representada na forma como os hábitos, valores e símbolos são passados de geração em geração.

Assim como o trabalho é fundante do ser social, a educação garante que os seres humanos, coletivamente, se tornem sujeitos sociais, através da transmissão de conhecimento, visto que

Na espécie humana a educação não continua apenas o trabalho da vida. Ela se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder. Mas, a seu modo, ela continua no homem o trabalho da natureza de fazê-lo evoluir, de torná-lo mais humano (BRANDÃO, 2005, p. 6).

Além do aspecto do trabalho, a educação se apresenta como uma expressão social, histórica e cultural, tendo duas formas: (1) educação difusa ou não intencional; (2) educação escolar ou intencional. A primeira forma é identificada quando esta é propagada de pai para filho, de anciões para discípulos, esse tipo de educação não precisa ter uma Pedagogia para que o conhecimento seja disseminado. No segundo tipo a educação precisava passar por modelos pedagógicos para ser transmitida, “produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados. É quando aparecem a escola, o aluno e o professor” (BRANDÃO, 2005, p. 11). Contudo, nos dois modelos a educação irá conter, produzindo e

reproduzindo, os valores, crenças, símbolos, poderes e direitos da sociedade que a está desenvolvendo.

De uma forma mais genérica, a educação pode ser entendida como a construção de valores, símbolos e aprendizagens entre as gerações, além de ser a forma que os sujeitos desenvolveram para repassar habilidades sociais e culturais, a fim de garantir a reprodução da sociedade. Já de maneira mais singular a educação pode ser definida como uma forma de disciplinar as crianças e garantir que os conhecimentos formais cheguem até elas (SAVIANI, 2013). Logo, a educação no sentido genérico se refere a educação não intencional obtida ao longo da vida e a educação no sentido mais específico diz respeito a educação intencional que precisava de uma metodologia para ser aplicada.

A educação ainda pode ser percebida como forma de socialização dos indivíduos, uma vez que “trata-se, antes de tudo, do meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições de sua própria existência” (ZAIDMAN, 2009, p. 80). Portanto, está inserida no modo de reprodução social. Porém, a socialização feita através da educação perpetua aquilo que chamamos de divisão sexual do trabalho, visto que na reprodução dos símbolos e valores que a escola realiza é passada a ideia de que existe “uma dualidade fundamental dos sexos. Essa dualidade se basearia numa diferença natural, uma bicategorização de ordem biológica que implica a complementaridade dos papéis sociais” (ZAIDMAN, 2009, p. 82).

Nos estudos de Zaidman (2009) em escolas francesas, foi possível observar que após o estabelecimento de escolas mistas, as alunas apresentaram melhor desempenho escolar que os alunos, o que resultou em um maior número de meninas frequentando o Ensino Superior. Contudo, foi percebido uma problemática, pois as mulheres estavam ocupando áreas do conhecimento que resultariam em profissões ligadas à forma como foram socializadas, de desempenharem funções ligadas aos cuidados com os outros, a exemplo do ramo de comércio, serviços, educação e saúde. Ademais, a autora percebeu que o acesso das mulheres em ocupações científicas e técnicas ainda era bastante limitado. Por conseguinte, podemos depreender desse estudo que a educação enquanto instituição ainda é reprodutora e produtora da divisão sexual do trabalho.

O fato observado pela autora não se restringe somente à França. No Brasil, as mulheres constituem maioria nos cursos de graduação, como apontam dados do IBGE (2016), no qual mulheres brancas representam cerca de 23,5% das graduandas, contra 20,7% de homens brancos, enquanto mulheres pretas ou pardas representam 10,4% contra 7,0% de homens pretos ou pardos. Contudo, as mulheres estão ocupando áreas que irão desencadear no cuidado com o

outro, sendo: Serviço Social, Nutrição e Secretariado. Ao passo que os homens estão ocupando áreas técnicas, como: Mecânica, Engenharia, Eletrônica e Transportes.

Sendo assim, recorremos à teoria da dominação desenvolvida por Pierre Bourdieu (1998), dado que a socialização oferecida pela educação passa pela reprodução de valores, símbolos e saberes que delimita os espaços sociais que o corpo sexuado²⁰ possa ocupar, isto é, a dominação masculina adentra também as escolas, visto que a submissão das mulheres é feita por meio da violência simbólica existente nas instituições sociais. Desse modo, as mulheres escolhem áreas do conhecimento que irão designá-las para profissões que estão “destinadas” para elas na divisão sexual do trabalho, sendo essa escolha feita porque a violência simbólica realizada pelas Instituições as submete à ordem fixada na sociedade.

Dessa forma, a educação apresenta valores e saberes que se originam do gênero e da forma de organização do trabalho, visto que as maneiras de se educar “[...] produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam e aprendem, [...] os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião” (BRANDÃO, 2004, p. 10). Logo, a educação corrobora e delinea as formas de convivência, de pensamento e o comportamento de mulheres e homens, bem como a concepção histórica, social e cultural dos gêneros.

2.4.1.1 Profissionalização docente

A profissionalização docente pode ser entendida como o processo em que um ofício deixa de ser uma ocupação para ser uma profissão. Esse conceito ainda passa pela forma como se entende o ato de ensinar, que pode ser visto de duas maneiras: vocacional e de ofício. A profissionalização também diz respeito às legislações e às premissas de desenvolvimento do docente enquanto profissional, isto é, “desenvolvimento da profissionalidade dos professores” (GORZONI; DAVIS, 2017, p. 1410).

Além disso, refere-se a um processo dialético, pois o conceito de profissionalização docente abriga os conceitos de profissionalidade e profissionalismo. A profissionalização vai ao encontro da profissionalidade, quando esta trata dos conhecimentos adquiridos pelo docente ao longo de sua carreira através das atividades desenvolvidas como professor. Contudo, o termo profissionalização também pode se relacionar com a expressão profissionalismo, quando esta se relaciona com as exigências e demandas de uma classe profissional quanto ao

²⁰ Entender esse termo como corpo das mulheres.

reconhecimento legal de um ofício (GORZONI; DAVIS, 2017). Dessa forma, a categoria profissionalização docente diz respeito aos:

[...] processos de formação inicial e continuada dos docentes, desenvolvimento profissional, construção da identidade profissional. Duas vertentes de estudos se destacam, uma aborda a profissionalização como processo de formação profissional do professor; a segunda, o processo histórico de construção da docência e identifica as transformações sofridas pelos docentes (SHIROMA, 2010, s/p).

Assim, ao abordamos a profissionalização docente devemos estar cientes de que se trata de um processo complexo que envolve bem mais do que a formação acadêmica do professor, mas diz respeito também aos conhecimentos e saberes, identidade, sentimentos e pontos de vista que envolvem cada profissional docente. Portanto, concerne à formação de vida acompanhada com a formação acadêmica e profissional ao longo de sua trajetória (NÓVOA, 1995). Ademais, relaciona-se ao processo histórico de desenvolvimento do ofício de ensinar como profissão docente o que trataremos a seguir, especificamente sobre o caso brasileiro.

No Brasil, a institucionalização do trabalho docente foi iniciada quando a educação formal deixou de ser incumbência da Igreja e passou a ser do Estado, isto é, quando os Jesuítas foram expulsos do país por Marquês de Pombal, em 1759. Pombal tinha como missão iniciar uma série de reformas para que a máquina pública portuguesa funcionasse de acordo com as demandas do período, assim as reformas atingiram diversos setores da sociedade e dentre estes está a educação. Através da reforma educacional foram implementadas Aulas Régias, concurso público para professores e o Estado passou a ser responsável pelo oferecimento de educação, no qual o processo de estatização do ensino:

[...] consiste, sobretudo, na substituição de um corpo de professores religiosos (ou o controle da Igreja) por um corpo de professores laicos (ou sob o controle do Estado), sem que, no entanto, tenha havido mudanças significativas nas motivações, nas normas e nos valores originais da profissão docente: o modelo do professor continua muito próximo do padre (NÓVOA, 1995, p.15).

Fato marcante sobre as reformas de Pombal na educação é que o ensino de meninos e meninas deveria ser feito em escolas separadas, ademais os meninos deveriam ser ensinados por docentes homens e as meninas por docentes mulheres, esse fato foi elementar para que as mulheres pudessem ser inseridas no mercado de trabalho através do magistério público (SILVA, 2019). Logo, a construção da profissionalização docente no Brasil teve também forte contribuição de professoras, dado que ao longo do processo histórico foi desenvolvido o fenômeno social da feminização do trabalho docente.

Apesar de o ensino já ser de responsabilidade do Estado, a Igreja Católica exerceu forte influência na moralidade da sociedade o que atingiu a profissionalização docente, uma vez que

os professores tinham que comprovar conduta moral ilibada para garantir que pudessem exercer sua profissão.

Já no século XIX, com a chegada da família real, além da preocupação com a moralidade exigida para o cargo de docente, era necessário que o profissional, que desejasse atuar nas escolas de primeiras letras, tivesse domínio da escrita, leitura e da matemática básica, devendo saber as quatro operações. Ainda assim, a moralidade exigida era demasiada, sobretudo para as mulheres, dado que a Lei Geral de 15 de outubro de 1827, dispunha sobre o comportamento das professoras, afirmando que as aulas para as alunas “[...] deveriam ser ministradas por ‘senhoras honestas e prudentes’, das quais não se exigiriam grandes conhecimentos, uma vez que, em aritmética, por exemplo, bastava ensinar as quatro operações” (ARANHA, 2006, p. 229). Além disso, as profissionais docentes deveriam ter uma autorização por escrito de algum homem, podendo ser do pai ou do marido.

Mesmo com a transição de um modelo educacional baseado em princípios da fé Católica para um modelo de educação laico, os professores ainda não eram tidos como profissionais, dado que o ofício do professor era tido como uma atividade ligada à caridade, pois durante muitos anos o ensino era uma atribuição da Igreja, portanto o modelo de profissionalização docente que temos atualmente ainda não estava instalado (NÓVOA, 1995).

Com o intuito de melhorar a formação docente e, por consequência, agindo para a profissionalização docente, em 1935, foi criada a primeira escola normal do Brasil, destinada para os homens, objetivando “que os mestres aprendessem a aplicar o método lancasteriano do ensino mútuo” (ARANHA, 2006, p. 227). Logo, o ensino deixa de individual e passa a ser coletivo, no qual um professor poderia lecionar para diversos alunos. Assim, se inicia uma forma de perceber a profissão docente como um trabalho a ser ministrado coletivamente.

Quase todo o final do século XIX e a primeira metade do século XX irão acontecer sem muitas modificações para a forma de se pensar a profissionalização da docência. Foi a partir do século XX, na Era Vargas, que foi percebido um rompimento com o modelo de moralidade Católica que ainda era esperado para a profissionalização docente.

Foi a partir das reformas educacionais feitas pelos ministros Francisco Campos e Gustavo Capanema, durante o governo de Getúlio Vargas, que observamos mudanças expressivas na organização do ensino, das escolas e dos cursos normais, atingindo diretamente a profissionalização dos professores. Nesse período, foi verificado que a conduta moral para os docentes foi deixada em segundo plano, para ser considerado professor era necessária uma habilitação específica, assim a educação estava realmente sob a tutela do Estado e não mais da Igreja.

Durante o governo Vargas, a educação deveria atender as demandas do comércio e da indústria, desta maneira foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946. A criação desses cursos, bem como o êxodo rural percebido nessa época, foram fatores determinantes para o aumento da carência de docentes qualificados (VICENTINI; LUGLI, 2009). Diante disso, o governo federal, através do Ministério da Educação, baixou oito decretos para organizar o ensino, dentre estes está a Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, que previa que os professores não poderiam ter mais do que 25 anos ao ingressarem no curso normal

Art. 21. Para inscrição nos exames de admissão ao curso de primeiro ciclo será exigida do candidato prova de conclusão dos estudos primários e idade mínima de treze anos; para inscrição aos de segundo ciclo, certificado de conclusão de primeiro ciclo ou certificado do curso ginásial, e idade mínima de quinze anos.

Parágrafo único. Não serão admitidos em qualquer dos dois cursos candidatos maiores de vinte e cinco anos (BRASIL, 1946, p. 116, grifo nosso).

Ademais, era exigido que nos cursos e escolas normais fossem oferecidas disciplinas específicas para formação dos docentes. Portanto, a profissionalização dos professores deveria ser feita através de cursos com currículos específicos para que os normalistas se tornassem profissionais docentes.

Já em 1971, durante a Ditadura civil-militar, há uma reformulação no ensino superior e os professores são atingidos, visto que para ser reconhecido como profissional docente era necessário ter a Habilitação do Magistério. Essa habilitação era obtida por aqueles que se formaram no 2º grau de ensino (atual Ensino Médio) e que fizeram o curso de formação especial para o Magistério

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;

[...]

§ 1º Os professores (sic) a que se refere a letra a poderão lecionar na 5ª e 6ª séries do ensino de 1º grau se a sua habilitação houver sido obtida em quatro séries ou, quando em três mediante estudos adicionais correspondentes a um ano letivo que incluirão, quando for (sic) o caso, formação pedagógica (BRASIL, 1971, p. 6677).

Sendo assim, a profissionalização docente passava por um momento de instabilidade quanto à forma de ser percebida socialmente como uma profissão. Visto que, por mais que nesse período a docência já tenha deixado de ser vista como um ofício e os professores passaram a ser vistos como profissionais, a categoria ainda era muito desvalorizada e a formação docente, que muito é importante para o desenvolvimento da profissionalização de qualquer que seja a ocupação, ainda era precarizada demasiadamente (SAVIANI, 2009).

Em 1980, ocorreu uma nova reestruturação do ensino superior que afetou os cursos de Pedagogia e Licenciaturas, tendo início o pensamento de que a docência era o pilar para a

profissionalização de todos os trabalhadores da educação, também nesse período os professores foram fortemente influenciados pelas ideias de Paulo Freire (SAVIANI, 2009).

É após a década de 1990 que os professores, sendo uma classe profissional, tiveram sua profissionalização entendida como a conhecemos até os dias de hoje, uma vez que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 9.394/96, regulamenta que os profissionais docentes deverão possuir alguma formação em cursos de licenciatura, isto é, para ser professor é necessário ter uma formação específica no ensino superior

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – Professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – Trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – Trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim (BRASIL, 1996, s/p).

O artigo exposto acima se refere somente à profissionalização de docentes que atuarão na educação básica, para os professores que atuarão no ensino superior, isto é, com a formação dos profissionais, é exigida uma formação ainda mais rígida sendo necessária uma pós-graduação, como afirma o Art. 66 da LDB: “a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado” (BRASIL, 1996, s/p).

Portanto, o reconhecimento dessa ocupação como profissão, no Brasil, perpassou pelas diretrizes, normas e leis que foram criadas ao longo da história, tendo seu início marcado pela forma como os professores foram ocupando os espaços deixados pelos jesuítas. Ainda assim passando por momentos em que as leis garantiam que os docentes atendessem demandas que não estavam ligadas à classe profissional, mas aos ideais dos governantes e de determinados setores da sociedade.

A luta pela profissionalização docente no Brasil também foi construída por meio dos sindicatos e associações que lançaram novos olhares para aquilo que seria importante para a consolidação da identidade e formação docente. Vale ressaltar que essas organizações não têm suas gêneses com o início da educação formal no Brasil, mas se iniciam no fim do século XIX, com o Grêmio dos Professores Primários do Pernambuco, associação que visava auxiliar na formação e bem-estar dos docentes, contudo, a luta sindical pela firmação socioprofissional dos professores só foi iniciada a partir de 1950 (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Logo, a profissionalização docente não ocorreu de forma linear, sem resistências e lutas, foi uma construção em que os profissionais encontraram e ainda encontram diversos percalços

para manter sua identidade, bem como lutam para garantir uma formação de qualidade tanto para os futuros professores, quanto para os alunos. Assim, a profissionalização docente e o reconhecimento da mesma são frutos dos esforços dos educadores que se uniram e se organizaram enquanto classe.

2.5 GÊNERO E FEMINIZAÇÃO DOCENTE

Nesta seção será apresentada a categoria gênero naquilo que discorre Scott (1995): como um fenômeno social, histórico e cultural que está intrínseco nas relações sociais que são baseadas nas diferenças entre os sexos, uma vez que este tipo de interação social é percebido na escola e suas fundamentações alicerçam o modo como percebendo os homens e as mulheres e implica diretamente na feminização da docência. Por fim, no último tópico abordaremos as implicações metodológicas que se dão pela escolha da categoria feminização, o que nos dará um aporte teórico e metodológico para a explicação da feminização do trabalho docente.

2.5.1 Gênero como categoria de análise de fenômenos históricos

O termo gênero advém do vocábulo *gender*, sendo utilizado por linguistas ingleses para categorizar palavras como femininas ou masculinas. Não obstante, entre as décadas de 1950 e 1960 a expressão foi aplicada para indicar o desenvolvimento histórico sobre ser mulher²¹.

Entretanto, na década de 1980, Donna Haraway (2004) foi convidada para cunhar o verbete gênero em um dicionário organizado por feministas marxistas, logo a autora remodelou o conceito de gênero que vinha sendo utilizado desde a década de 1950, nos esclarecendo que

[...] apesar de importantes diferenças, todos os significados modernos de gênero se enraízam na observação de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher” e nas condições sociais do pós-guerra que possibilitaram a construção das mulheres como um coletivo histórico, sujeito-em-processo. **Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta.** (HARAWAY, 2004, p. 211, grifo nosso).

Sendo assim, a categoria gênero não pode ser entendida sob apenas um aspecto, a explicação sobre ela deve perpassar pela heterogeneidade e diversidade étnica, que irá implicar em novos tipos de interpretações sobre gênero. Contudo, se faz necessário entendermos as percepções de Simone De Beauvoir sobre ser mulher, visto que a autora foi essencial para a

²¹ Ressaltamos que esta percepção foi cunhada por Simone de Beauvoir (2016) que à época já utilizava o termo gênero para designar a construção social e cultural da mulher.

consolidação do pensamento de Haraway (2004). Desta maneira, a autora francesa nos esclarece que:

[...] ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (DE BEAUVOIR, 2016, p. 11).

Para a referida autora a “Ideia de Mulher” é uma construção histórica e social, sendo assim, por meio desses termos conseguiríamos perceber o gênero de forma abrangente. Contudo, De Beauvoir (2016) entendia a “questão da mulher” de forma universal, sendo necessário fazer a reescrita do que já tinha sido cunhado por ela. Dessa forma, Haraway (2004) buscou aproximar o conceito de gênero das mulheres não-brancas, fazendo “[...] uma intersecção utópica das teorias feministas de gênero, heterogêneas, multi-culturais (sic), “ocidentais” (de cor, branca, européia (sic), americana, asiática, africana, do Pacífico” (HARAWAY, 2004, p. 246). Por conseguinte, a autora amadureceu a definição da categoria gênero, para que esta conseguisse acolher e incluir os mais diversos tipos de mulheres.

Nos fins dos anos 1980, Joan Scott (1995) inaugura uma nova percepção sobre gênero, buscando a concepção do caráter social para os debates sobre os sexos, enfatizando que as relações sociais dos sexos são resultadas da construção histórica e social que implicam no que é ser mulher e homem, sendo a principal responsável por constituir as relações de poder. Nas palavras da autora

o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” (SCOTT, 1995, p. 75).

Logo, o conceito de gênero é visto como uma forma de estudar as relações sociais que estejam em uma hierarquia, baseada nos sexos e que envolva poder. Portanto, refere-se à gênese da constituição dos papéis sociais de mulheres e homens, na qual, por muitas vezes, se torna uma imposição para os que os sujeitos assumam o comportamento que é atribuído ao sexo biológico de cada um.

Scott (1995) identificou que as pesquisas sobre gênero são descritas a partir de lentes teóricas que são utilizadas nas discussões para diferir os sexos. Por conseguinte, revelou as seguintes tendências teóricas:

1 - Feminista: explica a categoria através da gênese do patriarcado e da subordinação feminina aos homens, acreditando que o sistema patriarcal age de tal forma que nutre o sentimento de posse e dominação masculina sobre as mulheres;

2 - Feminista marxista: baseada na teoria de Karl Marx, a categoria é concebida por meio do aspecto dialético, fazendo críticas em relação ao Sistema Capitalista e ao Patriarcado, tentam conciliar o aspecto dual da ideia, mas acabam por definir que a exploração feminina é anterior ao Capitalismo e podem se estender em outro tipo de sistema econômico;

3 - Psicanalítica: baseada em escolas da psicanálise, compreende a categoria através da elucidação da forma como foram produzidas e reproduzidas as identidades de gênero nos indivíduos.

Todavia, Scott (1995) aponta que as correntes teóricas utilizadas para descrever a categoria ainda não são suficientes, uma vez que apresentam lacunas, como o debate da categoria analítica em questão sob apenas um tipo de teoria, bem como a ausência de discussões sobre o poder que é intrínseco a esse tipo de relação. Como forma de preencher esses espaços, a autora indica que o gênero deve ser concebido como típico das relações sociais que são alicerçadas nas diferenças dos sexos e pela forma como é exemplificado nas relações de poder, sendo segmentado em

(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional. Como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas (SCOTT, 1995, p. 86).

Portanto, ao utilizarmos a categoria gênero para análise histórica devemos observar a pluralidade das relações entre mulheres e homens, além das práticas e representações sociais que envolvem esses vínculos.

Louro (1997) irá ao encontro de Scott (1995) pontuando que “[...] as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997, p. 23). Logo, ao levarmos em consideração o gênero como elemento basilar para as relações sociais dos sexos, devemos entendê-lo como parte da identidade dos indivíduos, porém essa identidade não deve ser percebida de forma cristalizada e universal, mas de forma diversa, plural, de caráter mutável.

Conforme exemplifica Lane (2004, p. 61) é ilusório ser possível “[...] conhecer o ser humano sem considerá-lo inserido numa sociedade, numa cultura, num momento histórico e em dadas condições políticas e econômicas”. Assim sendo, os estudos sobre gênero devem ir além da distinção entre os sexos, devem perceber as maneiras que ocorrem as repressões em cada classe de gênero.

A família, a política, a escola, a igreja, o Estado e outras instituições são consolidadas também através das relações entre homens e mulheres, por esse motivo o gênero enquanto categoria para análise histórica nos auxilia no entendimento e decodificação das interações humanas que, por sua vez, são organizadas e constituídas pelo gênero. Desse modo, a escola enquanto instituição é “atravessada” pela construção histórica, social e cultural sobre os papéis das mulheres e dos homens. Sendo o gênero responsável por transformações na escola e na divisão sexual do trabalho, no âmbito escolar temos como fato histórico a feminização docente, que será a categoria abordada no próximo ponto.

2.5.1.1 Feminização docente: implicações metodológicas

A feminização é amplamente divulgada e utilizada em pesquisas que tratam sobre o universo do trabalho, sendo um verbete empregado para compreender a entrada das mulheres no mercado trabalhista. É comum vermos estudos que tratam desse termo como sinônimo de feminilização, o que é compreensível, visto que nos dicionários mais antigos da Língua Portuguesa, como na edição do ano de 2001 do dicionário Houaiss, as palavras feminização e feminilização são entendidas como sinônimos.

Entretanto, a abordagem aqui feita leva em consideração dicionários com verbetes exclusivos para os estudos do gênero, como o *Dicionário Crítico do Feminismo* (2009). Nesse dicionário, feminização e feminilização são antônimos, sendo o primeiro termo originário do conceito de feminilidade, que por sua vez trata-se de “[...] características e qualidades atribuídas social e culturalmente[...] às mulheres” (HIRATA *et al*, 2009, p. 101). É por meio dessa distinção que Yannoulas (2011) afirmará que por serem antônimas, as categorias feminilização e feminização irão implicar em pesquisas distintas quanto a sua natureza metodológica.

À vista disso, na abordagem quantitativa deve ser usado o termo feminilização, pois será destacado o sexo biológico dos sujeitos da pesquisa em uma análise quantitativa dos dados, isto é, será evidenciado a quantidade de mulheres que entraram no mercado de trabalho em determinada profissão. Já para a abordagem qualitativa, o verbete utilizado deverá ser feminização, uma vez que os dados serão analisados através das mudanças observadas em dadas ocupações quando as mulheres se tornaram maioria do proletariado.

Portanto, ao tratar da feminização estamos nos referindo “à imagem simbólica do feminino predominante na época ou na cultura especificamente analisadas. Essa imagem pode implicar uma mudança no significado da profissão” (YANNOULAS, 2011, p. 283), ou seja,

tratamos das mudanças de símbolos, da imagética e do próprio valor da profissão, que podem ser alterados com a entrada das mulheres para ocupação desses ofícios.

Mesmo tratando os termos feminização e feminilização como antônimos para fins metodológicos, devemos ter a consciência de que existe uma relação entre as categorias, visto que ao tratarmos da feminização eventualmente serão expostos dados quantitativos, mas que posteriormente deve ser dado o aspecto qualitativo destes. Portanto, a feminização age como uma complementação dos estudos sobre feminilização, visto que busca elucidar os motivos que levaram ao aumento do número de mulheres ocupando determinadas profissões (YANNOULAS, 2011).

Sendo assim, a subcategoria feminização nos dá base para qualificação metodológica do presente estudo, nos situando como uma pesquisa de abordagem qualitativa e nos dando base teórica para explicar a participação feminina no mercado de trabalho, observando como o gênero, bem como a divisão sexual do trabalho, marcam as profissões de tal forma que algumas passam a ser entendidas como “natural” às mulheres, como é o caso da profissão docente. Assim, fica claro porque ao tratarmos da feminização do trabalho docente devemos conceber as categorias e subcategorias: trabalho, educação, profissionalização docente, gênero e feminização.

3. EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO: PRIMEIROS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E O CURSO NORMAL REGIONAL MONTEIRO LOBATO

Neste capítulo apresentamos a criação do Território Federal do Rio Branco (1943), posteriormente sendo nomeado como Território Federal de Roraima (1962). Em seguida, elaboramos um pequeno histórico sobre os primeiros estabelecimentos de ensino no Território, indicando o primeiro Colégio privado e os primeiros que ofertaram ensino público, elencando a participação das mulheres nesses espaços.

Após isso, realizamos um breve histórico sobre os jornais *O Átomo* e *Boa Vista*, indicando seus escopos. Os tópicos finais tratam da forma como foi realizada a análise dos jornais, sendo dividida a partir das categorias de análise: a primeira parte trata apenas dos periódicos e a última parte aborda os documentos do Curso Normal Regional Monteiro Lobato e imagens que nos auxiliam na percepção de discordâncias entre as fontes.

3.1 A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO/RORAIMA: BREVE HISTÓRICO

Para compreendermos o espaço em que esta pesquisa está inserida iniciamos pontuando preliminarmente informações acerca das motivações que propiciaram a criação dos Territórios Federais no Brasil e, conseqüentemente, do Território Federal do Rio Branco, nos atendo às particularidades da região.

Comumente associamos a instituição do sistema de desmembramento do território nacional em unidades administrativas ao governo de Getúlio Vargas, pois foi ele quem conseguiu realizar essa política em diversas áreas do país. Contudo, esse tipo de organização já era discutido desde os primórdios do Brasil, no Império. Na formação da Constituinte, os políticos pleiteavam se iriam ou não aceitar a transformação “no quadro territorial brasileiro no sentido de saber se as Províncias se constituiriam das mesmas áreas, tal como antes da Independência, ou se deveria retalhar-se o espaço geográfico brasileiro em outras circunscrições” (TEMER, 1976, p. 110). Dessa forma, percebemos que nesse período, já era uma preocupação dos constituintes saber o que fazer com as áreas mais afastadas da região sudeste e viam na ideia de transformá-las em Território Federal uma forma de evitar a instabilidade econômica dessas extensões do país.

Contudo, só foi com a Constituinte de 1934, durante o governo de Getúlio Vargas, que a União passou a ter a tutela dos Territórios de forma legal. Sendo assim, ficou a cargo do Estado

a organização e a administração destas regiões da maneira que julgasse ser melhor, podendo reestruturar os projetos educacionais, sendo responsabilidade da administração pública federal a gestão e sustentação da educação pública voltada apropriadamente para esses locais, uma vez que aos Territórios era vedada a autonomia de prover seu próprio programa educacional (TEMER, 1976).

No ano de 1937 foi estabelecida a seguinte regra para as justificativas que poderiam ser dadas para a criação de novos Territórios:

1. Região incapaz de sustentar os serviços públicos por três anos contínuos;
2. Aquisição de terras pela União;
3. Interesse da administração pública federal na defesa nacional.

Para a criação do Território Federal do Rio Branco foi utilizado o terceiro argumento, que concerne à defesa nacional. O Poder Executivo entendia que o atual estado de Roraima ocupava uma área geográfica estratégica, que tinha baixa densidade demográfica e precisava ser ocupado imediatamente, uma vez que pertencia à região amazônica e fazia parte da tríplice fronteira internacional, entre Brasil, Guiana Inglesa e Venezuela.

O Território Federal do Rio Branco foi criado a partir Decreto de Lei nº 5.812, no dia 13 de setembro de 1943, decreto este que também criou outros quatro territórios. O Rio Branco teve sua área geográfica formada a partir do desmembramento de terras dos municípios amazonenses de Moura e Barcelos, além de terras da cidade de Boa Vista, sendo suas fronteiras definidas em lei como:

[...] - a Noroeste, Norte, Nordeste e Leste, pelos limites com a República da Venezuela e Guiana Inglesa;
 - a Sueste e Sul, pelo rio Anauá, até sua foz no rio Branco, e por êste(sic.) à sua confluência com o rio Negro;
 - a Sudoeste, subindo pelo rio Negro da foz do rio Branco até à foz do rio Paduari e por êste até à foz do rio Mararí e subindo às suas cabeceiras na Serra do Tapirapecó. (BRASIL, 1943).

Dessa maneira, observamos que existia uma certa preocupação do Estado em estabelecer e manter as fronteiras nessa região. Grande parte desta inquietude estava ligada aos conflitos fronteiriços²² em que o território nacional já esteve envolvido, além da crescente apreensão trazida pelas memórias da Primeira Guerra Mundial.

A União criou o Território Federal do Rio Branco a fim de povoar a região com o maior número de pessoas possíveis e para isso fez doação de terras para colonos vindos de outras

²² A exemplo da questão do Pirara entre Brasil (que à época a região do Vale do Rio Branco pertencia a Portugal) e Guiana (que pertencia à Inglaterra), Bolívia e Acre, Iguazu e Uruguai, entre outros.

regiões do país, sobretudo do nordeste brasileiro (SOUZA, 2012). Para além disso, o Executivo tinha três objetivos com a ocupação desta longínqua localidade:

1. Desenvolvimento socioeconômico e político-administrativo para que o local pudesse ascender à estado;
2. Ocupação e povoamento das áreas de fronteira;
3. Integrar culturalmente as pessoas do Território à comunidade brasileira.

Este último objetivo se torna perceptível quando observamos nas escolas públicas do Território os rituais cívicos estendidos para que de alguma forma atingisse a sociedade e criasse um sentimento cívico e de pertencimento a uma identidade nacional e local, o que será mais bem explicado no próximo tópico deste capítulo.

Destacamos que o Território Federal do Rio Branco passou a ser chamado de Território Federal de Roraima a partir do decreto de lei nº 4.182, de 13 de dezembro de 1962, essa mudança ocorreu por conta das constantes confusões que faziam entre o Território e a capital do Acre.

Em virtude de a política de povoamento ter dado certo, se fez necessário realizar tentativas de sistematização do ensino no TFRB, dado que com o crescimento populacional a cidade e o Território precisavam de escolas. Diante disso, em 1945, é criada a Divisão de Educação/Ensino, que ficou sob o comando do professor João Chrysóstomo de Oliveira até abril de 1946, sendo ele responsável por deixar para a posteridade os escritos a respeito do Plano Geral de Organização do Ensino que nos será útil para análise da educação nesse momento histórico (SCHRAMM, 2013).

Todavia, devemos citar que antes da criação da Divisão de Educação já existiam tentativas de estruturação do ensino, lideradas por professores que atuavam nas redondezas do Vale do Rio Branco, como os educadores Diomedes Pinto Souto Maior e João Capistrano Mota, que são considerados os pioneiros educacionais que se tem registro em Boa Vista, eram mestre-escola e atuavam na educação de primeiras letras dos filhos dos fazendeiros da região (SIEMSMARCONDES, 2017; OLIVEIRA, 2017).

Ainda que tivesse essas limitadas iniciativas de ensino na região, os primeiros governadores indicados para o TFRB encontraram empecilhos em seus caminhos e uma conjuntura geral desanimadora, dado que todas as áreas da administração pública deveriam ser organizadas e, em sua maioria, necessitaria ser feito tudo do zero. Para isso era fundamental que os investimentos federais fossem feitos em sua totalidade, contudo a verba pública chegava de maneira fracionada e em pouca quantidade, fazendo com que o desafio para os governantes fosse maior, sendo este um dos motivos para que entre 1953 e 1964 já somasse 15 governadores

que passaram pela cadeira do governo do Rio Branco/Roraima (OLIVEIRA, 2017; SOUZA, 2012).

Portanto, podemos verificar as particularidades que envolveram a criação do TFRB que, em muito, não foge da realidade de outros territórios, mas que ainda assim tem as suas peculiaridades, sobretudo por ser uma região limítrofe com outros países e que era muito jovem no período analisado, tendo pouquíssimas iniciativas administrativas, sobretudo quando abordamos a área educacional. No próximo tópico explanaremos as primeiras tentativas de educação formal e os principais estabelecimentos de ensino na região.

3.1.1 Locais de ensino no Território Federal do Rio Branco

O Colégio São José foi pioneiro na educação privada em Boa Vista, sendo inaugurado por Dom Pedro Eggerath, em 1924, sob o nome de Escola da Prelazia. O estabelecimento de ensino era administrado pelas madres da ordem Beneditina da Igreja Católica, que tinham como missão “evangelizar e educar os novos cristãos” (LIMA, 2005, p. 36), sobretudo os povos indígenas da região. O ensino ofertado pela instituição, em sua gênese, estava baseado em princípios europeus, objetivando a mudança da tradição e cultura dos indígenas.

A Escola da Prelazia foi renomeada em 1934, passando a ser chamada de Colégio São José, com mudanças significativas em sua missão, a escola se voltou apenas para formação feminina, com a oferta do ensino primário. O estabelecimento de ensino começou a ser organizado sob o modelo de ensino elementar, mas com doutrinas da Igreja Católica, tendo em 1946 cerca de 145 alunas matriculadas na instituição (LIMA, 2005; MACEDO, 2004).

A escola enquanto instituição da sociedade é uma das responsáveis por moldar o papel social da mulher, sendo um espaço de disciplina, hierarquia, regras e valores (LOURO, 2007). No Colégio São José as madres²³ desempenhavam suas funções por meio dessas concepções, sendo rígidas com as alunas, até mesmo fora dos muros do Colégio. Um exemplo dessa rigidez era a seleção de ingresso do Colégio que era feita em duas etapas, sendo a primeira uma prova escrita e a segunda uma prova oral.

As notas tiradas na prova de seleção também eram utilizadas para distinção dos alunos, uma vez que os alunos com as maiores notas ficavam na turma A, os alunos com notas intermediárias formavam a turma B e a turma C era formada por alunos que tiravam notas regulares (LIMA, 2005).

²³ O Colégio São José foi administrado pelas irmãs beneditinas até o ano de 1948, quando por falta de verbas a instituição foi passada para as irmãs da Consolata.

Essa rigidez também era percebida nos valores que eram disseminados pela instituição para as meninas que eram instruídas a representarem os símbolos do papel social da mulher na visão do catolicismo, em que deveriam ser mulheres-esposas devotadas. O ensino do Colégio São José era voltado para conteúdo do ensino elementar, como aprender a ler, escrever e as quatro operações da matemática, mas também era voltado para que as meninas aprendessem “bordados, corte-costura, cozinhar. Fazendo parte da educação feminina elementos que pudessem torná-las donas de casa devotadas” (LIMA, 2005, p. 63).

Além do aspecto religioso, uma vez que as mães levavam as alunas para missas e eventos católicos, a escola trabalhava a parte cívica e moral, realizando dinâmicas que envolviam o 7 de setembro, o aniversário do Território e o dia do soldado. Essa dualidade objetivava catequizar com ideais cristãos e tornar as alunas patriotas.

Assim, o ensino ofertado pelo Colégio São José reafirmava que o papel social da mulher deveria estar de acordo com a divisão sexual do trabalho, uma vez que “a mulher era educada para ser dona do lar e o homem provedor da família” (LIMA, 2005, p. 69), delimitando o espaço privado para as mulheres e colocando o espaço público como uma exclusividade dos homens, que deveriam ser vistos como mantenedores e heróis da família.

O Colégio também moldava a maneira que as alunas se vestiam e se comportavam, um exemplo disso era o próprio fardamento escolar, que era composto por roupas compridas, saias abaixo do joelho, meias longas e brancas, e blusas de mangas longas. Apesar de ser um traje comum para a época, também era uma forma de disciplinar o corpo das meninas, instituindo nelas o valores e símbolos de uma sociedade tipicamente cristã.

Figura 2 – Alunas do Colégio São José no desfile do 7 de setembro



Fonte: Acervo da Escola São José, 1957.

A figura 2 mostra dois aspectos interessantes sobre o que era esperado das meninas/mulheres rio-branquenses. O primeiro aspecto é o do civismo, que era repassado não só nas datas comemorativas, como no dia da Independência do Brasil, mas cotidianamente, no qual as alunas do Colégio tinham que cantar o Hino Nacional. O segundo aspecto concerne a realização de orações e preces, mostrando que além de serem obedientes aos princípios da Pátria também deveriam seguir os ideais cristãos.

Outro estabelecimento de ensino pioneiro no Território Federal do Rio Branco foi o Grupo Escolar Lobo D'Almada, considerado uma das primeiras instituições de ensino público da região. Detalhe interessante sobre essa escola é que ela já foi inaugurada dentro do fato histórico da feminização do trabalho docente. De acordo com Oliveira (1986), o grupo era composto desde o administrativo e gestão até o corpo docente somente por mulheres, no total eram 10 profissionais, 7 mulheres atuavam como professoras, 1 como diretora, 1 como orientadora educacional e 1 era auxiliar.

Em sua gênese, o Grupo Escolar Lobo D'Almada funcionava em uma residência que foi alugada, localizada na Avenida Jaime Brasil, esquina com a Avenida Getúlio Vargas. O prédio foi adaptado para se tornar um estabelecimento de ensino e o contrato de aluguel tinha validade de um ano.

No primeiro ano letivo, a escola contava com três docentes e 129 discentes matriculados, contudo o prédio escolar tinha capacidade para até 200 alunos. O estabelecimento de ensino possuía 5 salas amplas, medindo aproximadamente 25 m² cada uma, além de uma varanda, pátio e um terreno grande caso fosse necessário realizar atividades extra-classe (MACEDO, 2004; OLIVEIRA, 1986).

Figura 3 – Primeira instalação do Grupo Escolar Lobo D'Almada



Fonte: Arquivo Escolar

Após alguns anos, no início da década de 1950, o Grupo Escolar foi mudado para a Avenida Benjamin Constant, 1453, Centro, em um prédio próprio, local em que é situado até hoje, contudo, atualmente só o arco de entrada da instituição mantém preservada a estrutura original.

Figura 4 – Grupo Escolar Lobo D' Almada (prédio próprio)



Fonte: Arquivo Escolar

No Grupo Escolar Lobo D'Almada a atuação das mulheres estava mais voltada para o papel social de ser mulher-mãe cívica, em que tinham a incumbência de formar cidadãos patriotas e instruir as crianças como o futuro da Nação, garantindo que a formação delas tivesse hábitos morais e cívicos. Dessa maneira, o currículo escolar, bem como as atividades extra-curriculares do Colégio eram voltadas para diversos tipos de eventos, como: aniversário do Território, dia do soldado, semana da criança, semana da Pátria, dia da árvore etc. (MACEDO, 2004; OLIVEIRA, 1986).

Figura 5 – Alunas do Grupo Escolar Lobo D´Almada em desfile do dia da Pátria



Fonte: COSTA (1949, p. 72)

A figura acima ilustra a atuação das professoras no Grupo Escolar, uma vez que estas ficavam responsáveis pelos ensaios do 7 de setembro e por elaborar as atividades que seriam desenvolvidas na Semana da Pátria. Assim, demonstrando o aspecto cívico que estava imbricado nas funções como docentes.

Além disso, esses eventos serviam como forma de promoção do pertencimento ao Brasil, do sentimento de ser brasileiro nos alunos indígenas e na formação do vínculo que os moradores da região deveriam ter com o Território, uma vez que este tinha sido formado havia pouco tempo. Dessa forma, os eventos promovidos pela instituição não eram voltados somente para discentes, mas eram abertos ao público, como uma forma de atingir toda a sociedade rio-branquense.

A expansão da educação pública rio-branquense foi realizada por meio do Plano Geral de Educação, elaborado pela Divisão de Educação, que era administrada pelo professor João Chrysóstomo de Oliveira. A princípio a Divisão contava com poucos funcionários que trabalhavam em uma pequena sala no Palácio do Governo, cenário que foi modificado no início de 1945, visto que o projeto deveria ser acelerado. Dessa forma, foi contratada uma equipe maior, vinda do Amazonas, a qual ficou responsável pelo desenvolvimento de programas e currículos educacionais que atendessem de forma técnica e administrativa as escolas que iriam ser inauguradas na região.

Logo, em 20 de junho de 1945, por meio do Decreto nº 11, assinado pelo governador Ene Garcez dos Reis, foi criada a primeira escola isolada mista pública de Boa Vista, nomeada como Professor Diomedes Souto Maior, em homenagem a um dos pioneiros da educação na região

do Vale do Rio Branco, que foi o primeiro professor público concursado de Boa Vista (SOUZA, 1979; MACEDO, 2004; OLIVEIRA, 1986).

Além da Escola Isolada Mista Professor Diomedes Souto Maior, na capital (Boa Vista), foram criadas sete escolas mistas agrupadas que foram anexadas ao Grupo Escolar Lobo D'Almada. Como forma de atender os jovens que trabalhavam durante o dia, foram criadas escolas noturnas que funcionavam no prédio do Grupo Escolar. Evidenciando o rigor e a moral do período, as escolas noturnas foram discriminadas de acordo com o gênero, sendo criadas uma escola noturna feminina e três escolas noturnas masculinas.

Além das escolas da Capital, a Divisão de Educação criou nove escolas isoladas mistas no interior do Território, que foram distribuídas na região do Baixo e Alto Rio Branco. Ao total foram criadas 21 escolas em todo o Território somente durante a primeira gestão da Divisão de Educação.

Quadro 4 – Distribuição de estabelecimentos de ensino no TFRB, ano 1945

Localidade	Tipo de escola	Quantidade
Capital	Escola mista agrupada	7
	Escola isolada mista	1
	Escola noturna feminina	1
	Escola noturna masculina	3
Interior		
Alto Rio Branco	Escola isolada mista	6
Baixo Rio Branco	Escola isolada mista	3
	Total	21

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Oliveira (1986).

Por meio do quadro conseguimos visualizar de forma mais clara como ocorreu a expansão da rede pública de ensino no Território Federal do Rio Branco em meados da década de 1940. Apesar dos números serem consideráveis para o período, muitas dificuldades foram encontradas e fracassos ocorreram, como o caso de quatro escolas (3 no interior e 1 na capital) que deixaram de funcionar por conta da infraestrutura inadequada, uma vez que as escolas funcionavam em locais alugados ou cedidos, além da falta de profissionais capacitados (MACEDO, 2004; OLIVEIRA, 1986).

Dentre as escolas do Território na década de 1940, a que teve mais êxito foi o Grupo Escolar Lobo D' Almada, que tinha em sua direção a professora Jacobede Cavalcante de Oliveira, que juntamente com as profissionais que atuavam na escola conseguiram alcançar o objetivo do período que era de imbricar nos alunos valores morais e cívicos, tendo seus trabalhos reconhecidos pelo diretor da Divisão de Educação que mencionou que o Grupo já tinha dado “um grande passo em a (sic) nobre campanha de formação de nova mentalidade do povo” (OLIVEIRA, 1986, p. 22).

Contudo, para nosso objetivo de pesquisa, se faz necessário olharmos também para a escola noturna feminina que funcionava na Capital, dado que historicamente as escolas noturnas destinadas para as mulheres atendiam, em sua maioria, um corpo discente de pessoas de baixa renda, que precisavam trabalhar durante o dia para sustentar suas famílias e buscavam nessas escolas uma forma de se formarem.

Apesar de já existirem escolas mistas no Território, em virtude do horário era necessário que a moral e o pudor fossem zelados, por esse motivo existia uma escola noturna para mulheres e outra para homens, dado que “[...] o repúdio em educar juntos meninas e meninos possuía razões culturais representadas por uma sociedade que se erigia em valores nos quais a instrução feminina era dispensável” (ALMEIDA, 2015). Sendo assim, as escolas noturnas revelam o tabu da sociedade com relação a homens e mulheres compartilhando os mesmos espaços, sobretudo em horários que eram considerados inadequados para mulheres estarem em ambientes públicos.

Salientamos ainda que as escolas noturnas só puderam ser separadas em virtude de ter um corpo de alunos diminuto, formado por 90 alunos no total, que contavam com quatro professores. O que não era o caso do Grupo Escolar Lobo D' Almada, que abrigava setes escolas mistas agrupadas e, em 1945, contava com 228 alunos matriculados e um corpo docente formado por 7 educadoras. Sendo assim, levantamos a hipótese de que as escolas diurnas funcionavam no formato misto como consequência da grande procura e de contar com poucas professoras, fazendo com que as turmas fossem formadas por ambos os sexos.

A forma como as professoras da década de 1940 atuavam no Território nos mostra que a imagem e o ofício delas perpassavam pelo imaginário da educadora-mãe-civilizadora, além de evidenciar a feminização do trabalho docente, uma vez que elas desenvolviam seus trabalhos a partir da compreensão de que deveriam civilizar e moralizar os alunos, que seriam os cidadãos do futuro, dessa forma, elas deveriam encarar a docência como uma vocação ou “destinação natural”, visão esta que foi endossada pelo discurso proferido pelo diretor da Divisão de Educação na inauguração de uma estação de rádio

Professoras: Quando penetrardes em vossa escola de taipa construída pelo povo e que o Governo irá mandar melhorar, lembrai-vos sempre de que estais preparando arquitetos construtores de um prédio suntuoso para um futuro Grupo Escolar [...], trabalhando pelo engrandecimento do Rio Branco na imperecível grandeza de um Brasil faustoso (OLIVEIRA, 1986, p. 48).

O discurso de João C. Oliveira, diretor da Divisão de Educação, serviu apenas para reafirmar como as professoras deveriam agir, mostrando que a docência deveria ser vista como uma profissão de entrega e amor, principalmente quando desempenhada por mulheres.

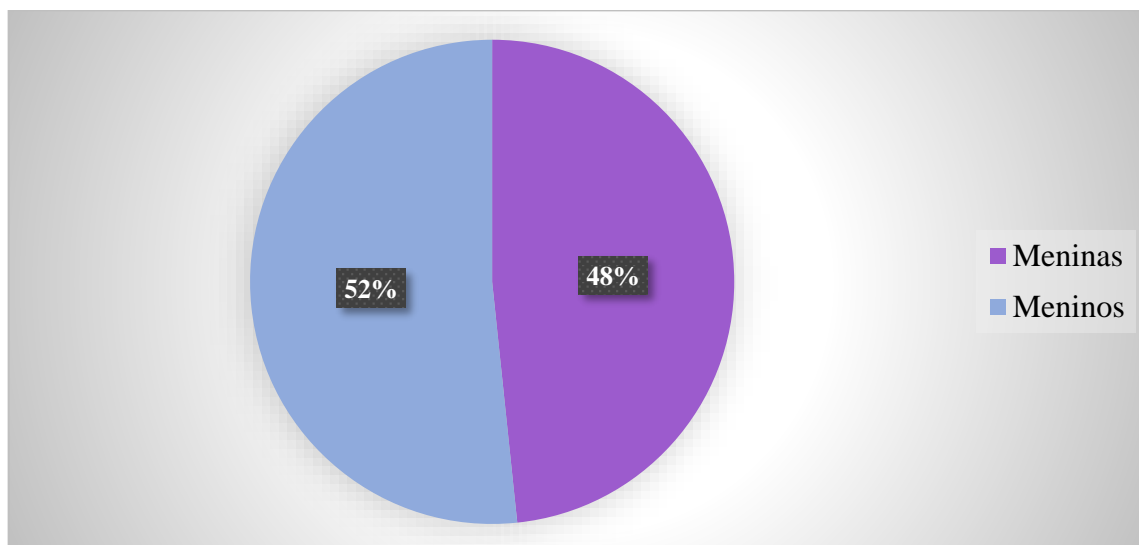
Todavia, essa visão também era disseminada na Educação por meio do Departamento Nacional de Educação, dado que, em 1949, Lourenço Filho afirmou que o “[...] ensino normal vem representando, tradicionalmente, em nosso País, um ramo de educação feminina, de excelentes resultados, quer as futuras professoras venham a exercer o magistério, quer não” (INEP, 1949, p. 15). Essa ideia, disseminada pelo Ministro da Educação, defende que a docência era a formação ideal para as mulheres, mostrando que era um discurso que vinha dos altos cargos do Estado.

Dados de Oliveira (1986) nos apontam que em 1945 o quadro de docentes do Território Federal do Rio Branco era composto por 19 professoras e 1 professor, o que demonstra de forma mais concisa a feminização da docência na região.

Ademais, dados posteriores nos mostram que a maioria feminina na educação vai se estender por muitos anos no Território, não apenas no corpo docente como no alunado do Curso Normal que foi instalado no ano de 1949.

A Revista Brasileira dos Municípios, do ano de 1962, apresenta a composição do corpo docente do Rio Branco, nos dando um olhar mais minucioso no estudo da feminização da docência no Território, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Alunos matriculados no ensino primário divididos por sexo (1962)



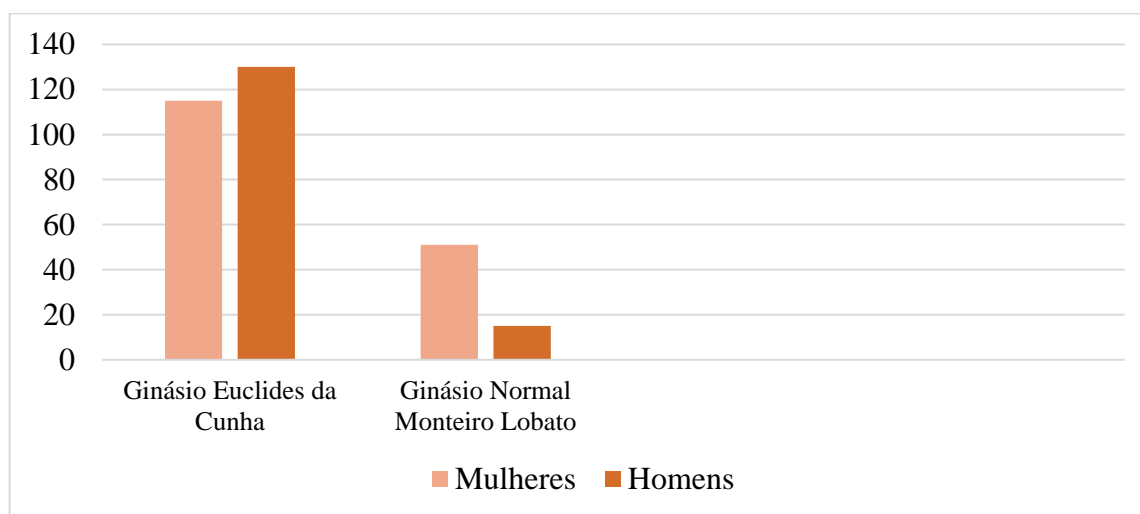
Fonte: Elaborado pela autora.

No início da década de 1960 o ensino primário da região contava com 3.334 alunos matriculados, sendo 1.345 meninas e 1.437 meninos, o que nos permite dizer que mais da metade do alunado do período era composto por homens.

Com relação ao ensino médio²⁴, no Território estava presente também o Ginásio Euclides da Cunha (GEC), que ofertava o ensino secundário. Esse estabelecimento de ensino atendia cerca de 245 alunos, sendo 130 homens e 115 mulheres. Além do GEC, a população contava com o Ginásio Normal Monteiro Lobato, que oferecia curso normal, para formação de professores. Nessa instituição havia 66 alunos matriculados, sendo 51 mulheres e 15 homens (IBGE, 1964).

²⁴ Usamos essa terminologia, pois foi a adotada pela Revista Brasileira dos Municípios, nº 65/66, 1964.

Gráfico 5 - Ensino Médio no Território Federal do Rio Branco (1962)



Fonte: Elaborado pela autora.

Com o auxílio dos gráficos acima percebemos que apesar de haver uma maioria masculina no corpo discente das escolas primárias e secundárias do período, ainda se tinha uma maioria feminina no curso de formação de professores, denotando que a feminização do trabalho docente em Roraima pode ser observada desde a implantação dos primeiros estabelecimentos de ensino público.

3.2 O CURSO NORMAL REGIONAL MONTEIRO LOBATO SOB O PRISMA DOS JORNAIS *O ÁTOMO* E *BOA VISTA*

Neste tópico abordaremos a forma como os jornais *O Átomo* e *Boa Vista* repercutiam as ações das mulheres que faziam parte do corpo discente e docente da instituição de ensino. Ademais, observamos como as edições também ditavam o que a sociedade considerava como representativo das mulheres e da feminilidade. Portanto, trata-se da análise de conteúdo proposta na metodologia de pesquisa.

Para iniciarmos esta discussão apresentamos um breve histórico dos jornais, focando no escopo de cada um. O tópico seguinte, 3.3, explica o percurso metodológico investigativo, delimitando como foi realizada a categorização durante a análise de conteúdo. Os tópicos subsequentes tratam exclusivamente de cada categoria de análise da presente pesquisa.

3.2.1 Jornais *O Átomo* e *Boa Vista*: breve histórico

Neste tópico iremos apresentar o histórico dos jornais *O Átomo* e *Boa Vista* bem como as motivações que levaram às criações deles. Ressaltamos que os dois periódicos foram escolhidos

como fonte para esta pesquisa, pois apresentam constância em suas publicações, além de serem antagonistas entre si.

O uso de jornais em pesquisas no campo da História da Educação não é novidade, sendo utilizado em diversos estudos. Contudo, esse tipo de fonte deve ser manuseado com cautela, uma vez que a notícia verificada irá ter uma concepção baseada no escopo do periódico. Portanto, “[...] o jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque é permeada pela subjetividade. A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social” (CAPELATO, 1988, p. 21). Dessa forma, a atuação do pesquisador que utiliza esse tipo de fonte deve ser de encarar os jornais como objeto a ser analisado e que pode revelar as ideias, os símbolos e os valores do período e dos sujeitos que estão naquelas páginas. Os jornais aqui analisados não fogem dessa regra e cada um apresenta uma missão, como perceberemos em seguida.

O jornal *O Átomo* circulou na cidade de Boa Vista quando o atual estado de Roraima ainda era denominado como Território Federal do Rio Branco. Embora tenha sido fundado em 14 de março de 1951, só teve sua primeira edição publicada em 07 de abril de 1951²⁵, a redação e administração do periódico estava localizada na rua Bento Brasil, nº 584, em Boa Vista²⁶.

O Átomo circulava semanalmente, geralmente aos sábados, era de propriedade do tenente José Estevam Guimarães que também era diretor do jornal. Por conta das duras críticas que fazia ao governador Jerocílio Gueiros e ao deputado federal Félix Valois de Araújo (1951-1959)²⁷, o periódico era percebido como de oposição e fazia sucesso entre a população rio-branquense, sendo suas vendas superiores ao noticiário que era comandado pelo governo (jornal *Boa Vista*) e que era antagonista do *O Átomo* (MUNARO; MENEZES CORREIA, 2019).

Evidenciamos que no período de circulação do jornal *O Átomo* a política no Território Federal do Rio Branco era bastante violenta, principalmente entre as oposições dos grupos que disputavam entre si, isto é, eram combativos em relação aos seus opositores. Esse fato atingiu diretamente o periódico uma vez que “quando o jornal não agradava aos palacianos, a solução encontrada pelo Executivo era comprar o jornal como garantia do fim às críticas ao poder (JOAQUIM, 2003, p. 120). Sendo assim, *O Átomo* acabou por ser comprado por aqueles a quem

²⁵ Conforme edição encontrada no site da Biblioteca Nacional Digital (ANEXO A).

²⁶ Até a edição de 30 de agosto de 1952 a redação aparece com o endereço nessa rua, mas sem número, a partir da edição de 27 de setembro de 1952 já aparece com o endereço supracitado, tendo mudado a partir da edição de 21 de fevereiro de 1953, na qual o endereço passa a ser Av. Jaime Brasil, 196. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=719525&pagfis=28>. Acesso em: 19 AGO de 2021.

²⁷ Atuou também como governador do Território Federal do Rio Branco nos anos de 1946 e 1947. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/felix-valois-de-araujo>. Acesso em: 19 ago. de 2021.

suas críticas eram dirigidas, tendo suas atividades encerradas em 1959 (MUNARO; MENEZES CORREIA, 2019).

O Jornal *Boa Vista* foi criado em 1947²⁸ e é considerado o primeiro jornal impresso do Território Federal do Rio Branco, era de propriedade do governo e trazia notícias gerais da região, sobretudo sobre as ações do Executivo, as quais eram sempre colocadas de maneira positiva, como forma de mostrar o “bom” trabalho exercido pelo governo.

Tendo como lema “Órgão noticioso”, atuava como um departamento público noticiando “[...] os acontecimentos vinculados ao governo do Estado, ecoando [...] as suas ações” (MUNARO; MENEZES CORREIA, 2019, p. 43). A administração do periódico funcionava na sede das Oficinas de Imprensa Oficial do Território, localizada na rua da Imprensa, nº 29. No ano de 1954, a redatora do jornal era Maria Macaggi, que é uma escritora de grande destaque para o atual estado de Roraima, a qual também era conhecida pelo nome de Nenê Macaggi, o que demonstra o investimento do governo para que o impresso tivesse força, começando pela redatora de alto padrão. O objetivo inicial era de que a circulação do jornal fosse feita semanalmente, fato que não foi alcançado, uma vez que as publicações eram irregulares, contudo, ainda alcançou a marca de 300 edições tendo seu fim decretado em 1958 (MUNARO; MENEZES CORREIA, 2019).

3.3 ANÁLISE DOS JORNAIS: UMA NOVA CATEGORIZAÇÃO

Neste tópico iniciaremos a Análise de Conteúdo pelo nosso objeto de estudo, no caso os jornais *O Átomo* e *Boa Vista*. Posteriormente, nas categorias elencadas em 3.4, analisaremos a documentação do Curso Normal Regional Monteiro Lobato que se tornou um apoio secundário para o objeto de estudo da presente pesquisa.

Nos periódicos nos atemos à busca pelos discursos das Instituições da sociedade sobre o papel da mulher, principalmente sobre qual seria o espaço escolar destinado às mulheres. Partimos da hipótese de que principalmente os jornais reverberavam qual seria a função social ideal para a mulher do período.

Essa suspeita se deu pelo fato de que os estudos que nos embasam teoricamente, como de Munaro e Menezes Correia (2019), evidenciam que os periódicos do Território Federal do Rio Branco foram agentes importantes para o desenvolvimento da prática social e política dos rio-

²⁸ Há divergências entre os pesquisadores sobre essa data, mas colocamos este dado a partir da edição a qual tivemos acesso, do ano de 1954, que diz que aquela era a publicação do ano VIII do Jornal.

branquenses, uma vez que “desde o surgimento da imprensa manuscrita no Território [...] tem-se notícias do envolvimento de jornais e de jornalistas nas políticas partidárias locais” (MENEZES CORREIA; MUNARO; SILVA, 2019, p. 3). Apesar das notícias desses jornais girarem, sobretudo, em torno do ataque e da exaltação a grupos políticos, podemos utilizar esse material também para busca dos discursos sobre ser mulher.

A investigação nesses jornais foi baseada no entendimento de que as concepções sobre gênero também são políticas, visto que as relações sociais são baseadas em poder, que hierarquizam a forma como percebemos o que é masculino e o que é feminino. Desse modo, para compreendermos

as relações de poder entre os gêneros, é preciso saber como a desigualdade entre os sexos está sendo vivida, pois o status social da mulher é formado através das relações de sexo estabelecidas pelos homens e, portanto, questões de gênero perpassam todos os níveis institucionais (BARBOSA; MAIA, 2016, p. 114).

Sendo assim, através dos jornais iremos perceber como era a vida social das mulheres rio-branquenses e o que era esperado para o desempenho do papel social feminino, especialmente sobre os lugares da mulher na educação do Território Federal do Rio Branco. Os jornais, por sua vez, serão entendidos como fontes que carregam uma intenção de quem o escreveu, uma vez que o editor escolhe o que deve ser perpetuado e o que pode ser esquecido, além de atuar como importante ferramenta para construção de um imaginário sobre o político e o social, formando a opinião pública (LE GOFF, 1992).

Durante o desenvolvimento da análise observamos que apesar de as categorias pré-estabelecidas durante a elaboração da metodologia (**trabalho, educação; gênero e feminização do trabalho docente**) nos guiarem durante a investigação, ainda eram insuficientes para explicar a feminização do trabalho docente no TFRB. Por este motivo, criamos outras categorias para compor a categorização de forma satisfatória para a explanação do fenômeno, uma vez que a forma como era percebido o que era ideal para “ser mulher” regia a prática educativa feminina e a maneira como estas mulheres executavam seus ofícios, consequentemente influenciando na feminização da docência. A organização das categorias e subcategorias foi realizada a partir da organização presente na Figura 1, apresentada no Percurso Metodológico da investigação.

Por meio da tríade: Igreja/Estado; Sociedade; Civismo, que aumentaram a nossa unidade de registro, que já contava com temas como Curso Normal; mulheres; professoras; e alunas, conseguimos englobar as facetas variadas que regia o papel social da mulher rio-branquense. Sendo assim, adicionando essas novas unidades de registro, observamos que as categorias

também aumentaram, uma vez que esses temas associados à nossa unidade de contexto que era de quando os temas da unidade de registro estivessem relacionados ao papel social da mulher, sobretudo mulheres que eram professoras/alunas no TFRB, no período de 1949 a 1964, nos ajudou a categorizar de uma forma diferente e mais adequada.

A nova categorização ficou estabelecida como: **fusão Igreja-Estado, espaços femininos, estereótipos sobre ser mulher, aspectos cívicos na atuação das professoras e transgressão dos estereótipos (com a análise dos jornais) e as categorias: trabalho, educação, gênero e feminização do trabalho docente (com a análise dos documentos/leis do CNRML).**

3.3.1 A simbiose²⁹ igreja-estado: os discursos dessas instituições sobre ser mulher no Território Federal do Rio Branco

Nos jornais *O Átomo* e *Boa Vista* encontramos elementos importantes sobre o cotidiano dos cidadãos rio-branquenses. Neles podemos ver que durante a vigência do Território Federal do Rio Branco existiu uma certa fusão entre o Estado e a Igreja, visto que até a criação do Território, a região era sobretudo dominada pela política da Igreja Católica e das famílias denominadas como pioneiras. A partir de 1943, ano da criação do Território, percebemos o início de um “[...] novo lugar dos donos do poder em Boa Vista, agora fomentado pelos órgãos públicos, o que lhe dava um caráter cívico e oficial, em detrimento das celebrações de cunho religioso financiadas por fazendeiros e pela Igreja Católica” (SANTOS, 2015, p. 71). Assim, a vida pública da sociedade rio-branquense, bem como os papéis sociais e as identidades dos sujeitos, era controlada por essa dialética entre Igreja, fazendeiros/comerciantes e Estado.

O papel social da mulher rio-branquense também vai obedecer a esse raciocínio, sendo regido pelos três elementos citados anteriormente. Nas páginas dos jornais analisados identificamos como a Igreja Católica percebia o ser mulher, a exemplo da edição do Jornal *Boa Vista* de nº 00252 do ano de 1954 que ao falar do dia das mães cita, após escrever sobre o Congregado Mariano da Igreja, que

O Dia das Mães constitui homenagem máxima àquelas que cumprem o dever mais sublime atribuído à mulher. As mães [...] são guiadas sempre pela **abnegação natural de formar melhor o caráter dos filhos**, cumprindo a [...] nobre **missão de construtoras da nacionalidade**. São merecedoras da admiração [...] pela grandeza privilegiada da sua **destinação humana** (BOA VISTA, 1954, nº 00252, p. 1, grifo nosso).

²⁹ Nesse subtítulo utilizamos o termo simbiose, que advém da Biologia, para demonstrar que essa associação do Estado com a Igreja desembocava em benefícios para ambos, apesar de representarem ideias diferentes. Além disso, uma instituição acatava o que a outra colocava como certa e assim pareciam apenas uma instituição quando na verdade eram duas.

Dessa forma, é perceptível que a imagem da mulher, especialmente das que eram mães, era associada à figura de Maria, mãe de Jesus, que dedicou sua vida a seu filho, que sofreu, mas que nunca o deixou e o acompanhou o ajudando a crescer. Essa visão mariana foi passada para as mulheres construindo o imaginário de que a missão primordial feminina era de ser mãe, pois era o seu “destino natural”, mas para além disso essa sociedade precisava que a mulher formasse um cidadão moral e cívico, por esse motivo a outra função que foi dada às mulheres era de construir a nacionalidade por meio dos seus filhos.

No Jornal *O Átomo* podemos ver melhor como os preceitos da Igreja Católica foram aderidos pela sociedade e isso desembocou no que era considerado um comportamento aceitável das mulheres. Na edição nº 00131 de 1953, foi escrita uma matéria chamada *Cultuemos o Brio*, nela é afirmado que para a mulher esse sentimento acaba por ser essencial para que ela tenha dignidade “para não se decair e se conservar leal após seus compromissos conjugais” (O ÁTOMO, 1953, nº 00131, p. 2). Sendo assim, percebemos que para a sociedade do Território uma mulher honrada seria aquela que se mantivesse digna, fiel e casta até mesmo após o casamento. Logo, esse trecho revela uma visão pedagógica indireta sobre os corpos e os comportamentos das mulheres, incitando a prática da pureza até mesmo pelas mulheres que eram casadas.

Os fazendeiros e os comerciantes do Território também foram responsáveis pela forma como era percebido o papel social da mulher na região, a exemplo de um episódio que se transformou em manchete do jornal *O Átomo*, em que ocorreu um embate entre os comerciantes e o diretor-geral da Fazenda para discutir se as mulheres poderiam ou não assumir cargo público como fiscais dos impostos do consumo.

O diretor-geral, Andrade Queiroz, considerava “a atividade fiscalizadora imprópria para as mulheres” (O ÁTOMO, 1953, nº 00097, p.1), em virtude de o ambiente de trabalho ser perigoso. Entretanto, o sindicato dos comerciantes estava a favor das mulheres, pois preferiam “se defrontar com as representantes do belo sexo [...], pois é preferível ser multado por uma pequena bonita que por um marmanjo horripilante e sem coração” (O ÁTOMO, 1953, nº 00097, p.1).

O fato narrado anteriormente nos mostra que para os fazendeiros a entrada das mulheres no mercado de trabalho não deveria servir para que elas usufruíssem de liberdade financeira, mas para que pudessem desfilarem a beleza feminina entre os homens. Além disso, quando é dito que o homem é “horripilante e sem coração”, nos mostra que os comerciantes acreditavam que as fiscais seriam mais bondosas e deixariam passar eventuais erros nos impostos dos empresários. Dessa maneira, percebemos como os discursos de mulher dócil-abnegada-

amorosa deixa de ser considerado parte da personalidade individual de cada sujeito e passa a ser intrínseco as mulheres de tal forma que essas características são atribuídas à forma como as mulheres deveriam desempenhar suas funções no trabalho.

Como podemos verificar a Igreja Católica influenciou na maneira como os outros dois setores (Empresários e Estado) percebiam a função social feminina. Um exemplo claro dessa atuação da Igreja na visão do Estado é visto na matéria escrita por Maximiliano da Trindade Filho para o jornal *O Átomo*. Nesse texto, o juiz de Direito afirma que o casamento civil seria o vínculo perpetuo assegurado nas leis do Estado, união essa que tinha “raízes cristãs”, que objetivava a “[...] existência da prole, que do mesmo há de surgir” (O ÁTOMO, 1954, nº 00162, p. 2). Trindade Filho ainda escreve que os cuidados com os filhos era uma função da mulher, pois era ela a “depositária do amor materno”, devendo “cultuá-lo sem medir sacrifícios”. Ademais, “ser mãe [...] é pura e simplesmente a missão da mulher” (O ÁTOMO, 1954, nº 00162, p. 2).

Por conseguinte, percebemos como os valores da Igreja Católica passaram para os outros setores da sociedade de tal maneira que atingia a todos, mas principalmente as mulheres que era vistas ainda dentro de um conceito de mãe-esposa-virtuosa-abnegada-fiel. Esses adjetivos não se mantinham somente no papel da vida privada delas, mas ultrapassavam barreiras, atingindo seus trabalhos, como o de fiscal que vimos acima, mas também como professoras ou alunas.

3.3.2 Espaços femininos: delimitações para as mulheres rio-branquenses

Ao analisarmos os jornais nos atentamos aos detalhes da escrita, que de forma consciente ou inconsciente nos revelam como alguns espaços/empregos eram delimitados como femininos ao passo que outros eram tidos como masculinos, reproduzindo a dicotomia verificada historicamente nas relações de gênero (SCOTT, 1995). A edição 00279 do Jornal Boa Vista nos mostra claramente como era a vivência das mulheres nos espaços públicos, quando estas rompiam com as barreiras e ganhavam cargos de destaque.

A edição supracitada fala especificamente do serviço público e das normas de língua portuguesa que não obrigavam os escritores/editores e a sociedade em geral a se referirem às nomenclaturas de cargos políticos no feminino quando estes eram ocupados por mulheres, sendo assim era “[...] comum chamar-se a senhorita Ivete Vargas, deputado” (BOA VISTA, 1954, nº 00279, p. 1). Esse fato se repetia não somente nas repartições políticas, mas era percebido em outros cargos, principalmente quando as mulheres alcançavam funções de

destaque. Estas perdiam o gênero linguístico feminino e entravam “na regra geral masculina”, logo “[...] se chega a chefe, o que é comum, a funcionária é tratada como homem” (*ibid*, p. 1). Portanto, é possível perceber como essa sociedade da década de 1950/1960 irá conceber o gênero a partir daquilo que discorre Scott (1995, 2000), em que este é identificado na diferença entre os sexos em relações de poder, ademais, essas diferenças são usadas para reprimir as próprias distinções entre feminino e masculino.

Defendemos a hipótese de que a feminização do trabalho docente no Território Federal do Rio Branco já chegou “pronta”, dado que, entre outros fatores, a primeira comissão de professores designadas para a região era toda constituída por mulheres professoras, como aponta o relatório de João Chrysóstomo de Oliveira (1986). Dessa forma, o ambiente escolar trará símbolos que são ligados à feminilidade e os cargos escolares serão imaginados como próprios de mulheres, principalmente quando nos referimos aos níveis mais básicos do ensino, como o ensino fundamental I, nessa época chamado de primário. Portanto, observamos como a feminização da docência irá transgredir a regra de que os espaços públicos são notadamente masculinos, até no que se refere a nomeação de cargos.

Um exemplo dessa transgressão é a edição 00258 do jornal Boa Vista, que traz um edital feito pela Divisão de Educação. O certame busca por trabalhadores(as) na área de supervisão e monitoria, mas o que nos chama a atenção é que o curso de preparação é destinado para “[...] supervisoras e monitoras locais”, além disso a publicação traz que “[...] para matrícula no Curso de **Supervisora ou Monitora** será exigido da **candidata** Curso Normal ou Ginásial.” (BOA VISTA, 1954, nº 00258, p. 3, grifo nosso). Por meio dessa publicação no periódico verificamos que os cargos eram ofertados para o público feminino e que a escola, bem como os cargos escolares, era vista como exclusividade das mulheres, recaindo no fundamento da separação que está no bojo da divisão sexual do trabalho, em que este define que existem funções que são específicas para as mulheres.

Sendo assim, o âmbito escolar é percebido pelo corpo social do TFRB como feminino, essa concepção esteve intrínseca à sociedade de tal forma que até mesmo os editores dos jornais bem como a instituição política³⁰ estavam reproduzindo que a educação e a escola têm um gênero e que esse tipo de trabalho deve ser desempenhado por mulheres.

Ainda corroborando com essa percepção da sociedade rio-branquense de que o ambiente escolar seria feminino, temos a edição 00137, do ano de 1953, do jornal *O Átomo* que traz em seu título “Colaço de grau da 2ª turma de professoras” (p. 4). O artigo traz informações acerca

³⁰ Na edição 00258, de 1954, do jornal Boa Vista a Instituição Política é representada pela Divisão de Educação que redigiu o edital.

da colação de grau dos estudantes do Curso Normal Regional Monteiro Lobato, contudo o que se destaca é o editor ter usado a palavra professoras (tanto no título como no corpo do texto) quando na verdade a turma que se formou, embora constituída majoritariamente por mulheres, ainda tinha homens, como o professor Jaceguai Reis Cunha, porém, o uso do termo no feminino deu a entender para o leitor que a turma era formada apenas por mulheres.

A análise dessas edições dos jornais demonstrou como a entrada das mulheres no mercado de trabalho é marcada pelas percepções que advêm do gênero e do que chamamos de divisão sexual do trabalho (LOURO, 1997; KERGOAT, 2009), dado que na sociedade do Território Federal do Rio Branco vemos as instituições políticas e sociais delimitando espaços na vida pública que eram específicos para mulheres, as quais tinham pouca mobilidade entre os ambientes considerados masculinos e nos ambientes femininos, trazendo um certo tipo de separação. Ainda assim, quando transgrediam essas barreiras simbólicas, as mulheres ainda eram tratadas no masculino, como forma de garantir a perpetuação daquela imagética social de que altos cargos do governo, na política e até mesmo nas escolas deveriam ser preenchidos por homens.

Nas escolas percebemos o imaginário social de que o corpo docente era feminino, quando na realidade, o Curso Normal Regional Monteiro Lobato admitia o ingresso de ambos os gêneros, mas ainda assim a mídia retratou a formatura desse estabelecimento de ensino como “de professoras” indo ao encontro dos estudos de Louro (2007), que discorre sobre qual seria o gênero da escola. Contudo, a autora nos mostra duas maneiras de olhar para essa situação, uma vez que quando analisamos a constituição do corpo docente admitimos que aquele espaço é estritamente feminino, mas quando observamos os grandes cargos, como do Ministério da Educação ou Secretarias de Educação, vemos uma maioria masculina. Destarte, inferimos que no TFRB a grande mídia, representada pelos periódicos, presumia que o gênero das instituições de ensino era feminino.

3.3.3 Estereótipos da mulher rio-branquense: o que dizem os jornais?

A máxima de Augusto Comte “o amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim” foi fonte de inspiração para além do lema da bandeira do Brasil republicano. Essa frase bem como os ideais positivistas foram responsáveis pelo rompimento de tudo aquilo que faria os brasileiros se lembrarem do período monárquico no país. Sendo assim, o Positivismo comtiano foi disseminado na educação, na política, na literatura, entre outros setores, como um

instrumento capaz de levar os cidadãos brasileiros ao progresso (GRAEBIN; LEAL, 1998; SILVA, 2004).

Defensores dos pressupostos positivistas comtianos no Brasil como Benjamin Constant, Sílvio Romero, Clóvis Bevilacqua, Teixeira Mendes, Miguel Lemos, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa e Euclides da Cunha buscavam no Positivismo uma maneira de garantir o progresso na República e a evolução dos cidadãos, esses pensadores entenderam que a educação se constituía como elemento importante para o êxito desse projeto (SILVA, 2004; TELLES, 2015).

Diante disso, a educação precisaria passar por reformas que garantissem a nova ordem social, por meio de um novo currículo que propiciasse a formação de valores morais e do caráter dos cidadãos, principalmente das crianças que passaram a ser vistas como o futuro da nação e deveriam ser instruídas desde a tenra idade. Essa instrução ficou a cargo do núcleo familiar e a partir desse momento a mulher assume um novo papel social, o de primeira educadora das crianças (TELLES, 2015).

A educação e seus agentes, como as mães e os professores, estavam imbuídos de ensinar sobre altruísmo, compaixão, amor, liberdade, nacionalismo, sentimentos cívicos e morais. O papel social da mulher, sobretudo das mães, se torna mais relevante na educação das crianças, dado que são elas que estão presentes nos primeiros anos da infância (SILVA, 2004; TELLES, 2015). Quando alcançada a idade das crianças irem à escola, os agentes educacionais, bem como aquele ambiente, deveriam remeter aos ensinamentos já passados em casa, por esse motivo a abertura do mercado de trabalho para as mulheres se iniciou com as funções ligadas ao cuidado com o outro, principalmente com crianças, tais como ser professora, enfermeira, babá etc. (LOURO, 2007).

Deste modo, o Positivismo influenciou na formação dos conceitos/estereótipos que estavam ligados à feminilidade, ser mulher significava ser educadora, mãe e esposa e tais atribuições deveriam ser pautadas no amor, na abnegação, na doçura, no sentimento moral, civilizador e patriótico. Portanto, quando as mulheres adentraram no mercado de trabalho as suas funções também eram percebidas pela sociedade dentro desses preceitos e estereótipos.

Esses ideais não se restringiram somente ao início da República no Brasil, período conhecido como República Velha, mas alcançou a época tratada nesta pesquisa (1949-1964). No Território Federal do Rio Branco o corpo social, representado por suas Instituições, reproduzia os estereótipos referentes ao ser mulher que foram pautados na concepção positivista, como veremos logo em seguida nas publicações dos periódicos analisados.

Na edição 00212 do jornal *O Átomo* temos uma manchete intitulada como “O comício relâmpago de Adhemar”, a matéria trata da terceira visita de Adhemar de Barros³¹ ao TFRB, na ocasião o político fez um discurso direcionado para diversos setores da sociedade, falando de seu posicionamento sobre os territórios, no qual demonstrou ser a favor da extinção destes, ainda falou sobre os países fronteiriços, como a Guiana Inglesa, proferindo palavras de ordem, a exemplo de “arrumar a casa”. Entretanto, o que nos despertou o interesse foi a parte do discurso destinada às mulheres da região em que Adhemar encorajou-as a cooperarem com a causa “[...] em favor da maternidade, da infância e do direito das melhores condições para o seu lar” (O ÁTOMO, 1955, nº 00212, p. 4). Essa parte do discurso nos revela como era restringida a participação política feminina no período, dado que já existia o sufrágio feminino no Brasil, contudo os representantes políticos, como Adhemar Barros, entendiam que o melhor discurso voltado para as mulheres seria aquele que tivesse em pauta a maternidade e o lar, não levando em consideração outros interesses que o público feminino da época poderia ter.

A reprodução dos valores e dos símbolos, bem como dos estereótipos dessa sociedade, adentrou nas escolas, a exemplo da publicação de nº 00151, de 1954, em que Jaber Moisés Xaud traz recordações sobre o Curso Normal Regional Monteiro Lobato e um certo saudosismo ao se lembrar da antiga diretora do curso, a senhora Maria Olindina Pereira Trindade³², escreveu ainda sobre “[...] o trabalho **incansável**, [...] noites de vigília, o **carinho** para com os alunos e os seus **sacrifícios**” (O ÁTOMO, 1954, nº 00151, p. 2, grifo nosso), ainda finalizou enaltecendo o empenho e a dedicação da diretora em preparar “as futuras gerações do Rio Branco”, assim, percebemos como a função de diretora exercida por Olindina foi perpassada pelos aspectos considerados característicos do ser mulher baseados em ideais positivistas.

Ainda que grande parte da sociedade rio-branquense visse como algo bom a profissão de docente exercida pelas mulheres, algumas pessoas acreditavam que elas deveriam permanecer apenas no espaço privado, nos lares, como nos mostra uma denúncia, de 1954, no periódico *O Átomo*. Um pai, que preferiu manter o sigilo da identidade³³, afirmou que ao pedir para o Secretário-Geral, conhecido como Zé Maria, uma bolsa de estudos em Cantos Orfeônico para sua filha professora, teria recebido como resposta a seguinte afirmação “As moças do Rio Branco precisam mais é aprender a lavar panelas!” (O ÁTOMO, 1954, nº 00177, p. 1). Ao

³¹ Adhemar Pereira de Barros foi um importante político brasileiro entre as décadas de 1930 e 1960, interventor federal do estado de São Paulo entre 1938 e 1941 (JÚNIOR, 2010).

³² Foi diretora do Curso Normal Regional Monteiro Lobato sendo posteriormente nomeada diretora da Divisão de Educação (O ÁTOMO, 1953).

³³ Supomos que a denúncia foi anônima por conta do embate ter sido com o Capitão José Maria Barbosa, que era uma importante personalidade da sociedade do TFRB.

analisarmos esse fragmento do jornal percebemos como essa afirmação vinda do Secretário-Geral não causou comoção na sociedade, visto que a queixa foi publicada em uma pequena parte do periódico, mas essa passagem nos revela como a transição das mulheres entre a vida privada e a vida pública ainda causava estranheza em parte da população que as queriam limitadas ao âmbito doméstico, “encarceradas” em seus lares.

Na edição 00243 notamos como os símbolos e os estereótipos ligados ao feminino também eram repercutidos por representantes da Igreja Católica, como o Papa Pio XII. Na matéria do jornal Boa Vista vemos o discurso proferido pelo Papa para as professoras, entre outras coisas a autoridade católica fala da devoção que as profissionais devem ter com a docência, dado que poderiam ter “[...] Santos entre as crianças confiadas ao vosso cuidado” (BOA VISTA, 1954, nº 00243, p. 1), além disso as docentes deveriam “[...] estar prontas para realizar todos os esforços e aceitar qualquer sacrifício para alcançar vossa meta” (*ibid*, p. 1). Por esses trechos analisamos como a Igreja Católica, representada por sua autoridade máxima, reproduzia que a docência deveria ser vista como uma profissão vocacional, ademais o ofício quando desempenhado por mulheres deveria ter em seu aspecto o sacrifício e a devoção, associando a imagem da docente à de Maria, mãe de Jesus, como explica Pio XII ao fim de sua explicação

[...] as professoras devem observar em seu labor:

4. Considerável **esforço e auto-sacrifício**, porque o trabalho das professoras é um dos maiores de todas as formas de atividade de apostolado para a sorte da Igreja e da pátria de cada um.
5. As professoras **devem amar as crianças** ‘que são a esperança **da família, da nação** e da própria Igreja, pois entre elas estão as futuras mães, modelos vivos de todos os que desejam entrar no reino dos céus’.
6. As professoras devem estudar as crianças e jamais ignorar suas ansiedade, desejos e preferências (*ibid*, p. 1, grifo nosso).

Por meio do trecho supracitado analisamos como era a imagética do ser mulher, as professoras eram vistas por essa sociedade como devotas da educação, nessa visão apostólica, elas deveriam amar a profissão e encarar cada obstáculo com amor, doçura e bondade, outrossim, tinham que ver os alunos como o futuro de cada nação, trazendo essa dualidade no objetivo principal do trabalho docente: instruir com afeição e fervor, bem como ensinar as crianças a amar a Deus e a Pátria.

Em um excerto de 1953, do periódico *O Átomo*, temos uma matéria que fala da preocupação com a educação rio-branquense, dado que no ano de 1952 foram reprovados diversos alunos do primário. O artigo traz considerações sobre as possíveis causas acerca do problema educacional percebido, entre outros fatores para a adversidade, é apontado que existia “[...] desajustamento das abnegadas professoras, que muitas vezes não tem (sic) onde residir”

(O ÁTOMO, 1953, nº 00090-91, p. 9). Observamos por meio desse trecho como as professoras que atuavam na região eram vistas como dedicadas e altruístas, uma vez que muitas delas vinham de outras localidades, como Manaus, e, ao chegar na região do TFRB, não tinham casas e enfrentavam problemas com a falta de insumos educacionais e infraestrutura, mas ainda permaneciam ensinando. Por conta desses elementos próprios do Rio Branco, bem como da mentalidade e do imaginário que envolviam as mulheres do período, as docentes que atuavam no Território eram vistas sob os estereótipos de heroínas, abnegadas, altruístas etc.

3.3.4 Aspectos cívicos e moralizadores na atuação das professoras do Território Federal do Rio Branco

O trabalho desempenhado pelas docentes no TFRB seguiu a ordem vigente baseada no ideário positivista, desse modo, além do trabalho docente ser feito sob os aspectos da abnegação e sacrifício, as professoras rio-branquenses tinham a incumbência de moralizar e civilizar os estudantes da região, para tal eram desenvolvidos eventos cívicos periodicamente que contavam com a ampla participação das mestras, dos alunos e da sociedade no geral.

O objetivo principal dos festejos cívicos era de criar o sentimento de pertencimento do indivíduo com a nacionalidade, isto é, os moradores do Rio Branco deveriam sentir que eram brasileiros e que pertenciam a uma Pátria, logo necessitariam ter uma identidade nacional (SOUZA, 2012). O relatório de Oliveira (1986) aponta que a criação dessa identidade ficou a cargo dos primeiros estabelecimentos de ensino público da região, tendo como agentes mediadoras as professoras que atuavam nessas escolas, as quais tinham como

[...] função primordial de veicular e despertar o civismo através das comemorações, nas datas nacionais [...]
 PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO: a 20 de junho, com a representação de vários escolares e alocação de uma professora.
 DIA DO SOLDADO: ocorrido a 25 de agosto
 SEMANA DA PÁTRIA: festejada de 1 a 7 [...] diariamente se faziam preleções pelas professoras aos educandos” (OLIVEIRA, 1986, p. 19).

O despertar pátrio e cívico desenvolvido nas escolas, pelas docentes, foi marcado não apenas no relatório do ex-diretor da Divisão de Educação, mas também foi perpetuado nas páginas dos jornais do período, como *O Átomo* e *Boa Vista*, em que vemos os convites direcionados à população como forma de garantir o engajamento dos cidadãos.

Em um trecho do jornal *O Átomo* analisamos o título “Salve Sete de Setembro”, na matéria podemos observar os símbolos e a imagética que envolvia essa comemoração, na qual é exaltada a memória nacional e os defensores da Nação, em que “[...] os seus heróis, arriscando

vidas [...] procuraram defender a Pátria que parecia denegrir-se na corrupção” (O ÁTOMO, 1953, nº 00124, p. 1). Ainda de acordo com o periódico, a participação das professoras girava em torno da realização de palestras e de discursos sobre o tema.

Outra comemoração cívica que ganhou as páginas dos jornais foi a do Dia de Tiradentes, que contou com a participação de diversas escolas, inclusive do Curso Normal Regional Monteiro Lobato que teve “[...] expressivas solenidades em que foram focalizadas virtudes e o exemplo daqueles heróis brasileiros” (BOA VISTA, 1954, nº 00250, p. 1). Nessa comemoração foram realizadas peças teatrais com o auxílio das professoras, o que demonstra o comprometimento dessas mulheres em cumprir com os objetivos da educação rio-branquense.

A participação do CNRML nos eventos cívicos era expressiva, contando com encenações teatrais, desfiles e torneios esportivos. Em uma matéria do periódico *O Átomo*, do ano de 1954, é destacado o brilhantismo da escola nas comemorações do 7 de setembro, sendo ressaltado o nome da ex-diretora da instituição, Maria Olindina, que é descrita como rígida quanto aos ensaios que antecediam a festividade, contudo “[...] nas paradas [do 7 de setembro] o Curso Normal brilhava e o coração da diretora voltava a pulsar compassado e feliz” (O ÁTOMO, 1954, nº 00151, p. 2).

O trecho supracitado demonstra como os eventos cívicos eram encarados como algo muito sério, dado que a maior parte da população e das autoridades da região assistiam aos desfiles. A rigidez das docentes quanto à comemoração se dava pelo fato de haver expectativas para que elas cumprissem a sua missão principal, que era a de moralizar e civilizar aqueles jovens cidadãos, uma vez que naquele momento ficava exposto se o projeto educacional moralizador estava tendo sucesso ou fracasso.

Diante disso, analisamos como a atuação das professoras da região, sobretudo das que trabalhavam no Curso Normal Regional Monteiro Lobato, irá passar pela representação mulher-mãe-civilizadora que tinha como missão formar os cidadãos do futuro e instruir as crianças para que sua formação garantisse hábitos cívicos e morais, uma vez que o calendário escolar era acompanhado de atividades patrióticas como: aniversário do Território, semana da Pátria, dia do soldado, dia de Tiradentes etc. Por esse motivo, as datas cívicas exigiam a participação de toda a comunidade escolar, dado que o corpo docente que organizava as comemorações buscava a constituição de um sentimento nacional em todos os cidadãos rio-branquenses e não somente nos alunos que estavam matriculados nos estabelecimentos de ensino.

3.3.5 Coluna Social: permanências e transgressões nos discursos sobre ser mulher

Nas colunas sociais dos periódicos analisados notamos um fato curioso, mas que demonstra como a educação serviu como reprodutora dos valores e dos símbolos próprios daquela sociedade e daquele tempo, bem como ajudou as mulheres a transgredirem todos aqueles discursos, estereótipos e conceitos que eram imbuídos a elas.

Na edição 00197, do jornal *O Átomo*, é anunciado o noivado de Francisco Elesbão com Manoelina Magalhães Lima, no trecho observamos os adjetivos que são atribuídos a cada um, para o rapaz foi indicada a sua profissão, sendo dito que era “[...] conceituado clínico neste Território” (*O ÁTOMO*, 1955, nº 00197, p. 4), para a jovem foi dito que era “[...] um fino ornamento da sociedade riobranquense” (*ibid*, p. 4). Ademais, foi dado destaque para a família da moça, o que demonstra que mesmo nas páginas sociais dos periódicos as mulheres ainda eram percebidas pelo prisma conservador, em que se dava destaque para o nome da família da jovem enquanto o homem era marcado pela sua profissão, logo, pelo que fazia na vida pública.

Entretanto, essa não foi a realidade analisada em todas as edições, observamos que quando a mulher fazia parte do Curso Normal o adjetivo mudava, a exemplo das edições 00103 e 00107, do ano 1953. Nessas publicações da coluna social observamos uma variação no padrão dos adjetivos atribuídos às mulheres, ao falar do aniversário de Eloá Brito e Gilka Magalhães é dito que elas são “[...] aplicadas alunas do Curso Normal Regional Monteiro” (*O ÁTOMO*, 1953, nº 00103, p.1). Nesses trechos é percebida a transgressão dos estereótipos, conceitos e adjetivos³⁴ que eram ligados à feminilidade e que costumavam ser atribuídos às jovens riobranquenses nos jornais.

Essa transgressão também ocorria quando a mulher já era professora, como observamos na coluna social da edição 00208, de 1955, em que ao falar do aniversário de Cidalina Thomé, é colocada primeiro a sua profissão de docente, como “[...] aniversário natalício da gentil professora” (*O ÁTOMO*, 1955, nº 00208, p. 4). Essa publicação se destacou dado que, durante a análise, percebemos que na coluna social eram ressaltadas apenas as profissões dos homens, tendo esse cenário mudado quando as mulheres faziam parte do Curso Normal Regional Monteiro Lobato, como professoras ou alunas, o que demonstra a importância da participação feminina na educação rio-branquense.

Na publicação 00251, do jornal *Boa Vista*, observamos a dualidade das colunas sociais quando se referiam às mulheres. Ao mencionar as aniversariantes nos atentamos às distinções, por exemplo, ao falar de Ilza Brandão é colocado que ela é “[...] esposa do Dr. Arnaldo

³⁴ Para melhor visualização desse fato olhar o Anexo B.

Brandão” (BOA VISTA, 1954, nº 00251, p. 2), contudo, ao falar de Irene Batista de Moura é dito que ela é professora, novamente fazendo menção ao trabalho de uma mulher docente.

Dessa forma, na análise das colunas sociais dos periódicos foram observadas permanências e transgressões nos discursos sobre ser mulher. Nessas colunas era costumeiro citar mulheres pelo que elas eram em suas vidas privadas, sendo referidas como filhas ou esposas de alguém, em que eram utilizados os estereótipos da feminilidade, isto é, eram citadas como amorosas, meigas, dóceis etc. Entretanto, esse fato sofria alteração quando as mulheres estavam ligadas ao CNRML, em que eram retratadas a partir do que eram em suas vidas públicas, logo, sendo associadas à profissão de professora ou de alunas, nos mostrando como a educação dessas mulheres as faziam transgredir os discursos sobre ser mulher no período.

Durante a análise dos jornais conseguimos perceber aspectos sobre o Curso Normal e sobre a vida pública das mulheres rio-branquenses que nos fazem compreender como eram os discursos sobre ser mulher nas décadas de 1940, 1950 e 1960 no Território Federal do Rio Branco, uma vez que esses discursos eram tão marcantes que passam a ser estampados nesses meios de comunicação. Na sequência, analisaremos os documentos do Curso Normal Regional Monteiro Lobato e discutiremos como essas fontes nos levam a assimilações sobre educação, trabalho, gênero e a própria feminização do trabalho docente.

3.4 CATEGORIAS PARA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DO CNRML

Além das categorias encontradas nos jornais que foram analisadas nos tópicos anteriores, elencamos as categorias: educação, trabalho, gênero e feminização do trabalho docente, que por serem mais abrangentes foram utilizadas para análise dos documentos do Curso Normal Regional Monteiro Lobato e da legislação do ensino Normal.

Em cada um dos tópicos seguintes faremos a análise das categorias supracitadas. As categorias gênero e feminização do trabalho docente foram trabalhadas juntas, uma vez que compreendemos que o processo de feminização da docência não pode ser entendido dissociado dos aspectos que advêm do gênero.

3.4.1 Categoria de análise Educação: O Curso Normal Regional Monteiro Lobato

O Curso Normal Regional Monteiro Lobato foi criado por meio do decreto nº 89, de 1º de abril de 1949, durante o governo de Miguel Ximenes de Melo, e tinha por objetivo formar Regentes de Ensino para atuarem no ensino primário, isto é, da 1ª à 4ª série. A criação dessa

instituição de ensino estava atrelada ao aumento de escolas no Território, no período de 1945 a 1946, que fez com que houvesse uma alta demanda por profissionais capacitados para ministrar aulas. Sendo assim, o CNRML foi a primeira instituição de formação de professores do Território Federal, se tornando a pioneira nesse ramo.

Por meio da nomenclatura dada à instituição, observamos como o Curso Normal tentava respeitar a Lei Orgânica de Ensino Normal (decreto-lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946), estando inserido no que previa os 2º e 3º capítulos da legislação:

CAPÍTULO II DOS CICLOS DO ENSINO NORMAL E DE SEUS CURSOS

Art. 2º O ensino normal será ministrado em dois ciclos. **O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos**, e o segundo, o curso de formação de professores (sic) primários, em três anos.

Art. 3º Compreenderá, ainda o ensino normal cursos de especialização para professôres (sic) primários, e cursos de habilitação para administradores escolares do grau primário.

CAPÍTULO III DOS TIPOS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NORMAL

Art. 4º Haverá três tipos de estabelecimentos de ensino normal: **o curso normal regional**, a escola normal e o instituto de educação.

§ 1º **Curso normal regional** será o estabelecimento **destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal** (BRASIL, 1946, p. 646, grifo nosso).

Ainda buscando atender as exigências da Lei Orgânica do Ensino Normal, em 12 de agosto de 1949, por meio do decreto-lei nº 96, foi criado o Grupo Escolar Oswaldo Cruz, que posteriormente se tornou um anexo do CNRML através do decreto nº 99, do dia 17 de agosto de 1949, que previa que o estabelecimento de ensino fosse uma escola de prática para os discentes do Curso Normal. Dessa forma, obedecendo o art. 47 da Lei do Ensino Normal:

Art. 47. Todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino.

§ 1º Cada curso normal regional deverá manter, pelo menos, duas escolas primárias isoladas (BRASIL, 1946, p. 646).

Contudo, ainda encontramos falhas por parte do Curso Normal em atender a Lei Orgânica, como em um fato denunciado no jornal *O Átomo*, ed. 00187, em 1954, visto que Roberto de Queiroz afirmava que o CNRML estava expendendo diplomas de professores primários para os formandos da instituição, quando pela lei nº 8.530 de 1946:

CAPÍTULO VIII DOS CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Art. 36. **Aos alunos que concluírem o curso de primeiro ciclo de ensino normal**

será expedido o certificado de regente de ensino primário; aos que concluírem o curso de segundo ciclo dar-se-á o diploma de professor primário.

Art. 37. Aos habilitados em cursos de especialização, ou de administração escolar, serão expedidos os competentes certificados.

Parágrafo único. Dos certificados e diplomas de ensino normal constarão sempre indicações claras sobre (sic.) a natureza do curso, sua duração, disciplinas componentes e notas obtidas. (BRASIL, 1946, p. 646, grifo nosso)

Ainda segundo a denúncia feita no periódico a expedição desses diplomas foi propiciada por um erro do “[...] decreto territorial nº 245, de 23 de outubro de 1953” (O ÁTOMO, 1954, nº 00187, p. 4). Esse fato evidencia que apesar das tentativas de adequação a uma lei válida em todo país, as autoridades do Território ainda tinham dificuldade com a legislação vigente, cometendo erros que não passaram despercebidos.

A validade dos diplomas emitidos pelo Curso Normal também era uma preocupação para os próprios alunos e docentes da instituição, como mencionado na ata da 3ª reunião do corpo docente³⁵. O documento consta que

[...] ficou então bem esclarecido que nada havia de realmente definitivo nas questões suscitadas contra os direitos adquiridos pelos normalistas dentro do Território Federal do Rio Branco, com relação aos assuntos supracitados, que sendo mal interpretados por algumas pessoas, causaram sérias preocupações a Diretoria e conseqüentemente ao Corpo Docente do estabelecimento [...] (ATA, arquivo escolar, 1952).

Ainda na ata, a diretora do Curso Normal afirma que esteve com autoridades que garantiam a validade dos diplomas e instruiu os professores a acalmar os formandos da primeira turma, pois o diploma lhes garantia a atuação como regentes de ensino.

Nas fontes analisadas encontramos divergências quanto ao local de funcionamento do Curso Normal, uma vez que Schramm (2013) afirma que o estabelecimento de ensino não tinha prédio próprio até 1965, o que nos leva a pergunta “aonde o Curso Normal funcionava?”. Segundo a entrevistada na pesquisa da autora, o CNRML funcionava na Escola Oswaldo Cruz, à época Grupo Escolar, que era localizado no mesmo lugar que se encontra atualmente³⁶.

Contudo, o decreto de criação do Grupo Escolar Oswaldo Cruz é datado de agosto de 1949, apenas quatro meses após o decreto de criação do Curso, o que nos fez levantar a hipótese de que algum dos dois estabelecimentos de ensino já tinha prédio (podendo até funcionar) antes da lei de criação. O fato é que a pedra fundamental da edificação do Curso Normal, só foi lançada em 1951, com a presença de autoridades da época, conforme imagem abaixo.

³⁵ Ver anexo G.

³⁶ Av. Getúlio Vargas, 5364, Centro.

Figura 6 – Lançamento da Pedra Fundamental CNRML (1951)



Fonte: Arquivo Escolar

Outra contradição que envolve o prédio do Curso Normal é sobre o ano de inauguração da edificação, uma vez que Schramm (2013) afirma que até 1965 a instituição funcionava em prédios que não eram seus, mas de acordo com uma imagem do arquivo escolar, em 1956 esse já era o prédio do Curso, no mesmo local em que funciona até a atualidade.

Figura 7 – Curso Normal Regional Monteiro Lobato (1956)



Fonte: Arquivo Escolar

Apesar das contradições entre as fontes percebemos por meio da análise que o CNRML era tido como uma importante instituição para os rio-branquenses, uma vez que através dele

alunos de famílias pobres puderam ter uma formação técnica, como regentes de ensino, e foi por meio do Curso Normal que a necessidade da população por docentes que atuassem no primário foi sendo solucionada.

Contudo, em sua gênese a instituição de ensino apresentava problemas, como falta de infraestrutura, discrepâncias quanto a emissão e validade dos certificados, o que nos levou a tentar compreender como isso afetava os trabalhadores do estabelecimento de ensino, sendo esse o ponto central da discussão do próximo tópico.

3.4.2 Categoria de análise Trabalho: quem eram os trabalhadores do CNRML?

O Curso Normal funcionou por quase 15 anos, até ser extinto em 1964 por meio do decreto nº 13, de 17 de fevereiro de 1964, que extinguiu o CNRML e criava em seu lugar o Ginásio Normal Monteiro Lobato.

A extinção do Curso já estava sendo discutida desde 1961, como consta na ata da 21ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 24 de fevereiro do mesmo ano³⁷. Um dos fatores apresentados para o fechamento da instituição foi a falta de profissionais habilitados para trabalharem no curso e a baixa remuneração. Por meio dos jornais e da lista dos nomes dos professores que estavam na reunião podemos analisar que o quadro de docentes era constituído por profissionais diversos que atuavam no Território em outras áreas, sendo médicos, veterinários, engenheiros, entre outros³⁸.

Schramm (2013) elaborou uma tabela com os nomes dos professores lotados, no ano de 1966, quando o Curso funcionava como Colégio Normal Monteiro Lobato. De acordo com os dados obtidos pela autora, os docentes que atuavam na instituição eram os mesmos, visto que “[...] dezesseis anos depois, quando funcionava o Colégio Normal, o quadro de professores não havia mudado muito” (SCHRAMM, 2013, p. 102), o que nos leva a acreditar que na vigência do CNRML os professores que atuavam na instituição eram os que estão mencionados no quadro abaixo:

Quadro 5 – Lotação dos Professores da Primeira Série do Curso Científico em 1966

SEQ.	NOME	DISCIPLINA	SÉRIE	FORMAÇÃO SITUAÇÃO FUNCIONAL
-------------	-------------	-------------------	--------------	--

³⁷ Para melhor compreensão ver anexo C.

³⁸ Ver anexo D.

01	Janice Figueira Paiva	Português e Biologia	1ª série	Formada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia do Amazonas. Lecionou durante dois anos na mesma faculdade.
02	Heitor da Silva Brígida	Matemática	1ª série	Aprovação no Exame de Suficiência 1º ciclo, tendo solicitado Exame para o 2º ciclo.
03	Rubeldimar Maia de Azevedo Cruz	Geografia	1ª série	Exame de Suficiência. Solicitou Exame para o 2º ciclo. Lecionava há mais de cinco anos.
04	Severino Gonçalo Gomes Cavalcante	História	1ª série	Exame de Suficiência. Solicitou Exame para o 2º ciclo.
05	Padre Mauro Fancello	Inglês e Religião	1ª série	Exame de Suficiência, era sacerdote da Ordem do Instituto Missionário da Consolata, também solicitou Exame de Suficiência para o 2º ciclo.
06	Dr. Jamil de Oliveira	Química	1ª série	Médico formado pela Faculdade de medicina da Universidade do Brasil.
07	Jairo de Oliveira	Educação Artística	1ª série	Formado em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Fonte: (SCHRAMM, 2013, p. 101 -102)

Contudo, por meio de uma portaria publicada no Jornal Boa Vista, no dia 18 de abril de 1954, elaboramos um quadro com os nomes dos professores substitutos, com as disciplinas e as séries em que foram designados para ministrarem aulas:

Quadro 6 – Professores substitutos que atuaram no CNRML em 1954

Docente	Disciplina	Séries de atuação
Reinaldo Fernandes Neves	Higiene	4ª série
Jucineide Fernandes de Carvalho	Português	2ª, 3ª e 4ª séries
Wilson Cruz	História do Brasil	4ª série
Cremildes Lira de Melo	Desenho	1ª, 3ª e 4ª séries
Achilles Atherino	Matemática	1ª série

Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar das divergências entre os quadros 3 e 4, sabemos que o contingente de profissionais aptos a trabalharem no Curso Normal era limitado, pois eram os próprios

funcionários do Território que assumiam essas vagas, fazendo com que houvesse uma espécie de “rodízio” para os cargos ofertados.

Por este motivo é comum encontrarmos na documentação da instituição, em um momento, o nome do profissional como professor e, em outro, assinando documentos sendo diretor, secretário da instituição ou até mesmo em cargos de outras Secretarias. Como no caso de Severino Gonçalo Gomes Cavalcante, que no quadro 3 está mencionado como professor de História, mas no período também era diretor do CNRML³⁹. Ainda temos o caso de Cremildes Lira de Melo, que foi designada como docente da disciplina de Desenho, no ano de 1954, mas em 1952 assina um histórico escolar como secretária da instituição⁴⁰.

Esses trabalhadores ganhavam uma remuneração a mais de acordo com o quantitativo de horas/aulas que ministrassem. De acordo com a ata da 21ª reunião, podemos saber que a remuneração era de CR\$ 100,00 (cem cruzeiros) e que durante o encontro os professores reivindicavam por aumento, passando para CR\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) o valor da aula, o que não foi atendido pelo governador provisório, Dr. Sylvio Lofêgo Botelho, alegando que estava no cargo por poucos dias e que este era um assunto para ser resolvido pelo governador titular.

Ainda nessa ata analisamos que os docentes reclamavam pela falta de estrutura e de insumos para a realização de seus ofícios, a exemplo do Dr. Hélio Alves da Silva, que ministrava aulas de Física e Química, que mencionou “[...] a necessidade de recursos técnicos e material”, declarando que não tinha o “[...] necessário material para ilustração”. Sendo ainda mais incisivo, o professor afirmou que se era “[...] para continuar enganando os discentes que fechasse o Curso até que o mesmo estivesse realmente aparelhado”. Essas falas corroboram com o relatório de Barbosa (1958), que indicou que a justificativa para não contratarem profissionais com formações específicas das disciplinas ministradas no CNRML era de que a criação dele não poderia aumentar os gastos que a União já tinha com o TFRB.

Dessa forma, a falta de investimento por parte do Poder Público gerou uma situação insustentável para o corpo docente do Curso, que nessa reunião decidiu pedir o fechamento do Curso, o que não ocorreu, mas demonstrou como era desanimadora a situação para os profissionais que atuavam neste estabelecimento de ensino.

As reivindicações dos trabalhadores do Curso Normal demonstram as insatisfações que eles tinham enquanto profissionais, expondo a baixa remuneração, falta de material de trabalho, entre outros problemas.

³⁹ Para comprovação do fato ver anexo E.

⁴⁰ Para comprovação do fato ver anexo F.

Essa problemática dos educadores nos faz refletir sobre os estudos de Marx (2013) e Braverman (1997), que afirmam que quando as condições de trabalho são precarizadas o trabalhador, por conta das situações sociais e econômicas, não tem outra saída a não ser aceitar o que lhes é imposto. Desse modo, podemos perceber como essa parte da teoria marxista se aplicou na prática trabalhista dos profissionais que atuavam no Curso Normal, uma vez que por mais que os modos de trabalho não fossem os melhores, os educadores continuaram em suas funções e o Curso continuou aberto por muitos anos.

No próximo tópico iremos entender como o gênero perpassava o Curso Normal Regional Monteiro Lobato, associando a forma de inserção das mulheres e o quantitativo delas na instituição com a feminização do trabalho docente no Território Federal do Rio Branco.

3.4.3 Relações de gênero e participação feminina no CNRML: as categorias gênero e feminização do trabalho docente

A análise das categorias gênero e feminização do trabalho docente que será apresentada neste tópico foi propiciada pela ata de admissão da primeira turma do CNRML e por trechos dos jornais *O Átomo* e *Boa Vista* que trazem os nomes dos formandos dos anos de 1953 e 1954, a segunda e a terceira turma a se formar pelo Curso, respectivamente.

Os alunos da primeira turma do Curso Normal, que buscavam ingressar na 1ª série da instituição passaram pelo exame de admissão, que se iniciou às 08 horas da manhã, do dia 08 de abril de 1949. A primeira etapa consistia em uma prova escrita, com duração de 45 minutos, nessa fase os candidatos deveriam fazer uma redação e um ditado. Às 15 horas do mesmo dia foi iniciada a segunda etapa do exame, que consistia em uma prova oral sobre matemática, tendo duração de 60 minutos.

Nos dias posteriores foram realizadas as provas escritas e orais das disciplinas de Geografia, História do Brasil, Ciências Naturais, desenho e caligrafia, enfermagem e puericultura, canto orfeônico, trabalhos manuais e economia doméstica. Esses exames de admissão eram uma exigência da Lei Orgânica do Ensino Normal, que de acordo com o art. 20 da legislação

Para admissão ao curso de qualquer dos ciclos de ensino normal, serão exigidas do candidato as seguintes condições;

- a) qualidade de brasileiro;
- b) sanidade física e mental;
- c) ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contraindique o exercício da função docente;
- d) bom comportamento social;
- e) **habilitação nos exames de admissão** (BRASIL, 1946, p. 646, grifo nosso)

Após o cumprimento dessa exigência foi formada a turma única da primeira série do Curso Normal Regional Monteiro Lobato. Através da lista de aprovados, que foi registrada em ata, elaboramos o quadro a seguir que nos ajuda a compreender qual era o gênero predominante nas turmas desse estabelecimento de ensino.

Quadro 7 – Turma da 1ª série do CNRML, em 1949⁴¹

Nº	Nome	Sexo
1	Adélia Marques de Souza	F
2	Alpha Luitgards Moura	F
3	Alterquino Pires Pereira	M
4	Deyce Magalhães	F
5	Eneide Brígia Monteiro	F
6	Ermita Sampaio Moreira	F
7	Esnider Coêlho de Oliveira	M
8	Francisca Quadros Mendes	F
9	Francisco da Silva Brígia	M
10	Jaceguai Reis Cunha	M
11	João Rodrigues de Oliveira	M
12	Júlia Francisca de Souza	F
13	Laura Pereira de Melo	F
14	Leôncio Barbosa de Araújo	M
15	Maria de Jesus da Silva Mota	F
16	Maria Pia de Xerez e Silva	F
17	Maria Therezinha de Sá	F
18	Noemia Bastos do Rêgo	F
19	Olgaide da Silva Brígia	F
20	Regina Augusta Mota Guimarães	F
21	Valdenora Alvino de Oliveira	F
22	Valério Barbosa de Araújo	M
23	Virginia de Oliveira Franco	F

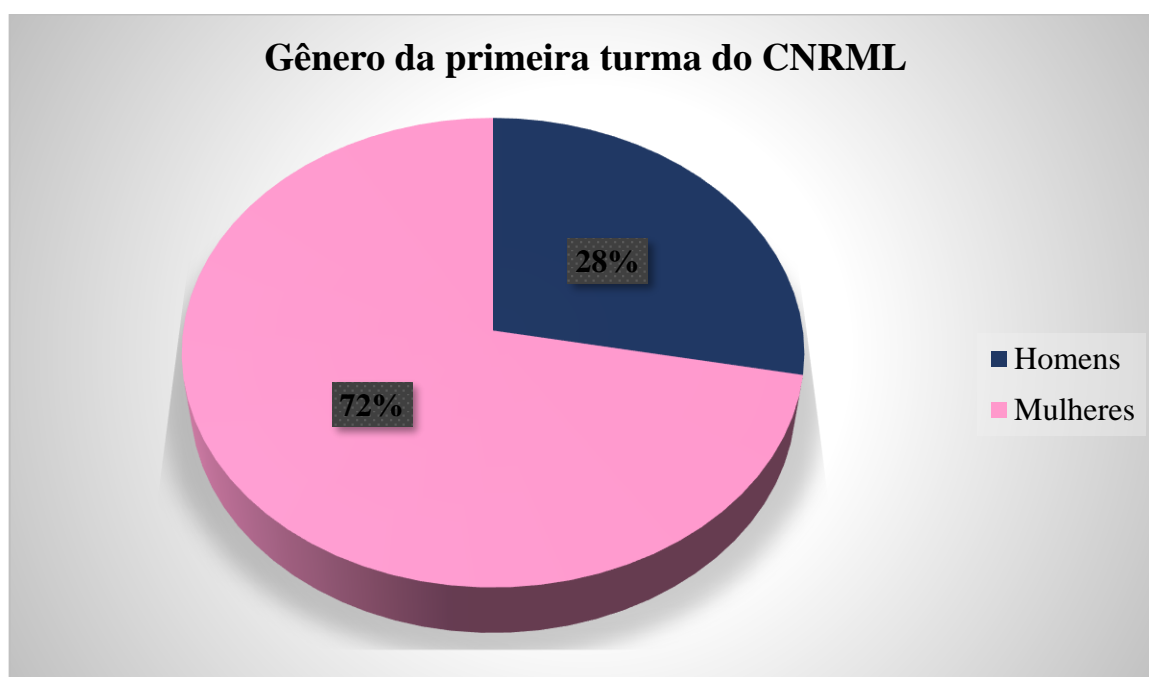
⁴¹ Em azul estão os alunos do sexo masculino e em rosa estão as alunas do sexo feminino.

24	Yêda Maria Gomes de Magalhães	F
25	Yvone Sulamita Gomes de Magalhães	F

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com o quadro acima o Curso Normal era composto por uma maioria feminina, dado que o grupo de 25 alunos era formado por 18 mulheres e 7 homens, isto significa dizer que mais de 70% do curso era composto pelo público feminino:

Gráfico 6 – Gênero da primeira turma do CNRML



Fonte: Elaborado pela autora.

Esses dados se tornam ainda mais interessantes quando cruzamos as informações contidas nele com os elementos apresentados na dissertação de Schramm (2013). Em sua pesquisa, a autora discorre sobre a turma da 2ª série do CNRML, no ano de 1950, que era composta, em sua maioria, pelos alunos da primeira turma. Observamos que dos 7 homens que constam no quadro 5, apenas 3 chegaram a concluir o curso em 1952, demonstrando que mesmo ao ingressarem ainda havia um alto nível de desistência por parte do público masculino. Contudo, os motivos do abandono escolar não ficam claros.

A partir dessa análise percebemos como a participação mínima dos homens, bem como a desistência deles, faz parte da própria feminização do trabalho docente. Yannoulas (1993) e Silva (2019) nos elucidam que a feminização da docência esteve associada ao abandono da profissão pelos homens, uma vez que a identidade docente foi marcada pelo discurso de que

era um ofício vocacional para as mulheres, portanto estava associada aos aspectos da feminilidade e da maternidade, o que tornou a carreira de magistério (sobretudo para atuar nos anos iniciais) pouco atrativa para os homens.

Em 1953, foi realizada a formatura da 2ª turma de professores do CNRML. Através da lista divulgada no jornal *O Átomo* (ed.00137, 1954) elaboramos o quadro abaixo:

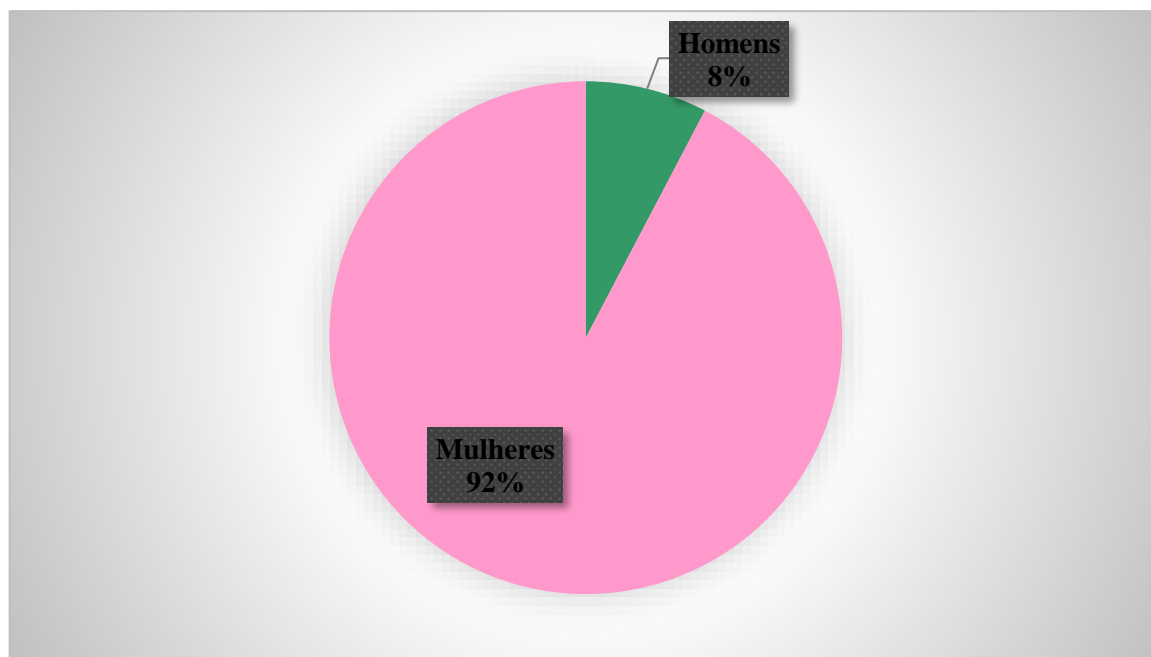
Quadro 8 – Formandos de 1953, 2ª turma do CNRML

Nº	Nome	Sexo
1	Alpha Luitgards Moura	F
2	Cecy Coelho de Oliveira	F
3	Esnider Coêlho de Oliveira	F
4	Jaceguai Reis Cunha	M
5	Maria das Graças Souto Maior do Lago	F
6	Maria Eunice Moisés Xaud	F
7	Maria Habib Fraxe	F
8	Maria Tereza Brasil	F
9	Munira Nasser Fraxe	F
10	Noemia Bastos Amazonas	F
11	Valdecíria Moura Melo	F
12	Virginia de Oliveira Franco	F
13	Yolanda Pinto de Souza	F

Fonte: Elaborado pela autora.

A formatura de 1953 contou com apenas um (1) homem formando contra doze (12) formandas, um percentual maior que 90% de mulheres se tornando regentes de ensino, caracterizando assim a feminização do trabalho docente no Território Federal do Rio Branco, como exemplificado no gráfico a seguir.

Gráfico 7 – Formandos por gênero (1953)



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dos quadros 7 e 8 e dos gráficos 6 e 7 percebemos que existia uma maioria feminina compondo o Curso Normal Regional Monteiro Lobato, fazendo com que a feminização do trabalho docente no TFRB fosse ainda mais marcante, uma vez que os alunos, posteriormente formandos, eram “filhos da terra”. Por esse motivo, deixou de ser um processo pronto, vindo de outros estados⁴², para ser um processo observável em um curso de formação de professores da região.

Não podemos desconsiderar que a feminização da docência também estava relacionada às novas exigências da sociedade que preconizava que os ofícios tivessem mão-de-obra qualificada. Desse modo, a procura feminina pelo magistério esteve associada aos símbolos da feminilidade que foram atrelados à profissão docente, bem como ao novo papel social da mulher, que era educar as crianças que seriam o futuro da Nação (TEIXEIRA, 2010; LOURO, 2007; ALMEIDA, 1998).

Ainda assim, esse processo no TFRB não foi linear, analisamos que em 1954 o número de mulheres se formando como regentes de ensino foi inferior ao número de homens, como consta no quadro a seguir.

⁴² Como o que ocorreu na vinda das primeiras professoras para trabalharem nas escolas públicas, fato que já foi explicado no item 3.2.

Quadro 9 – Formandos de 1954, 3ª turma do CNRML

Nº	Nome	Sexo
1	Eloá Maria de Brito	F
2	Maria Perpétua Sampaio Moreira	F
3	Lely Adna da Silva Mota	F
4	Ido Lameira da Costa	M
5	Leôncio Barbosa de Araújo	M
6	Cloter Saldanha da Mota	M
7	Vivaldo Barbosa de Araújo	M

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante desses dados, calculamos que, no ano de 1954, 57% dos formandos eram homens. Entretanto, ao fazermos um cálculo proporcional entre os formandos dos dois anos temos que aproximadamente a cada 4 alunos que se formaram no CNRML, 3 eram mulheres e 1 era homem, isto é, arredondando, a cada 10 formandos, apenas 3 eram homens.

Esse quantitativo, pode até parecer pequeno, mas acaba confirmando que o fenômeno social da feminização do trabalho docente de fato ocorreu no Território rio-branquense. Como visto nesta pesquisa, o processo de feminização foi perpassado por contradições, dualidades e incertezas em que as mulheres desempenharam suas funções como professoras diante de uma profissão marcada por discursos sobre a feminilidade.

Ainda assim, as mulheres protagonizaram a educação e o ofício docente. Por sua vez, as estudantes do Curso Normal Regional Monteiro Lobato viam na carreira do magistério uma maneira de mudar de vida, de transgredir os estereótipos sobre ser mulher na década de 1950 e 1960 e de ter liberdade financeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto desta pesquisa, os jornais, se apresentam como um registro cultural de extrema importância para a História do estado de Roraima, contribuindo para os estudos dos mais diversos tipos e que podem ter temáticas variadas. Para esta investigação, analisamos o papel das mulheres, segundo as instituições sociais, e a participação delas no Curso Normal Regional Monteiro Lobato, bem como na educação rio-branquense. Os periódicos nos possibilitaram revisitar a feminização do trabalho docente em Roraima, em que conseguimos alcançar um período (década de 1940 e 1950) o qual só as fontes documentais do CNRML não dariam conta de explicar.

A seleção das fontes e a definição das categorias de análise se deram em um processo árduo, dispendioso, com idas e vindas nos arquivos públicos e na secretaria da Escola Monteiro Lobato e foi justamente por este motivo que o último tópico do capítulo 1 trata somente dos percalços vividos para conseguir adaptar as fontes encontradas ao tipo de metodologia que a pesquisa exigia.

Precisamos reconhecer que escrever sobre a História de Roraima é difícil e no percurso desse estudo o maior obstáculo é a documentação heterogênea, que encontramos em fragmentos e desconexas uma das outras, dificultando o trabalho historiográfico bem como a percepção dos símbolos, discursos e valores que as instituições rio-branquenses faziam sobre o ser mulher.

Todavia, conseguimos determinar vínculos e conexões nos diversos tipos de documentos que foram analisados (atas, legislações, decretos, jornais, imagens etc.). Diante de toda a documentação, após a categorização, percebemos como as fontes apontavam para uma feminização do trabalho docente multiforme e que o papel social da mulher rio-branquense era determinado pela tríade: Igreja-Estado, sociedade e civismo, o que nos levou às categorias teóricas de análise: trabalho, educação e gênero, que foram de extrema importância para o aprofundamento teórico da presente pesquisa.

A categoria trabalho nos ajuda a compreender a relação entre o homem e a natureza, diferenciando o trabalho exercido pelo ser humano do trabalho desenvolvido por animais irracionais, sendo a racionalidade e a prévia-ção que nos distinguem. Contudo, essa discussão, por mais importante que seja, não engloba o trabalho não remunerado exercido pelas mulheres durante séculos, isto é o trabalho reprodutivo, que dentro da divisão sexual do trabalho faz com que a sociedade, bem como as instituições sociais (Igreja, Estado, Família, Escola) assumam que existem funções que são “destinadas naturalmente” para serem feitas por mulheres e

quando um ofício é desempenhado por elas ele tem menor valor do que quando é realizado por homens.

Ao levarmos essa discussão para análise da feminização do magistério, percebemos o motivo pelo qual a função docente é tão desvalorizada. Uma vez que a profissão passa a ter mais mulheres, a sociedade impõe que a docência deve ter características da feminilidade e que as professoras devem ser mães-virtuosas-amorosas-gentis. Isso faz com que a profissão comece a ser percebida como feminina e por esse motivo passa a ser entendida como inferior. Ademais, afasta os homens do ofício, principalmente quando analisamos as etapas iniciais de ensino.

A categoria educação pode ser entendida como um evento tipicamente humano, dado que a humanidade utiliza desse instrumento para perpetuação do conhecimento e da própria espécie. A educação também é tida como um tipo de trabalho e nessa forma (não-material) acaba por reproduzir a divisão sexual do trabalho. Por esse motivo entendemos a escola como uma instituição que produz e reproduz os valores e símbolos da sociedade, imbricando nos alunos, assim como nos professores, os ideais que estão vigentes naquele determinado corpo social.

A categoria gênero pontua que a compreensão dela se dá na diferenciação entre os sexos e que esta distinção pode ser vista de maneiras diversas dependendo do tipo de sociedade ou do grupo social que está sendo analisado. Por esse motivo, nos estudos sobre gênero não podemos ver as relações de forma homogênea porque cada indivíduo ou grupo é complexo e plural, sendo mutável.

Os estudos sobre gênero nos ajudaram a compreender a participação feminina no Curso Normal Regional Monteiro Lobato sob diversos prismas, sendo esse o motivo principal para se ter múltiplas categorias de análise, pois elas nos fizeram abranger a complexidade do papel social da mulher rio-branquense.

No Território Federal do Rio Branco, da década de 1940 e 1950, as mulheres eram vistas pelas Instituições sociais de formas variadas, fato este que foi observado nos periódicos, os quais evidenciaram discursos sobre ser mulher baseados em representações muito antigas, como a da Igreja Católica que buscava associar a imagem feminina à de Maria, mãe de Jesus.

Por meio do modelo católico, as mulheres deveriam ser norteadas pela “abnegação natural” para serem justas com seus filhos e quando estas não fossem mães, deveriam ter em seus corações o desejo de ser, uma vez que a maternidade era o mais alto grau de privilégio na vida feminina.

Outrossim, a Igreja também ditava que as professoras deveriam encarar a docência como um sacrifício que faziam pela sociedade, devendo amar os alunos como se fossem seus próprios

filhos, visto que as crianças representavam o futuro da sociedade, da Igreja e da família. Desse modo, a Igreja dava um tom apostólico para o exercício do magistério, em que os docentes, sobretudo quando eram mulheres, deveriam ensinar com amor e dedicação, passando os valores cristãos, mas sem deixar de lado o amor à Pátria.

O Estado, por sua vez, trazia um discurso estereotipado sobre ser mulher. Mesmo quando estas trabalhavam em funções diferentes do magistério ou quando representavam o próprio Estado em cargos públicos ou políticos, elas eram julgadas apenas pelo seu gênero. Os jornais analisados nos mostram que quando as mulheres alcançavam cargos de lideranças, o que era bastante incomum para o período, elas eram tratadas no masculino, exemplificando que mesmo tendo acesso a vida pública, os cargos mais altos eram destinados somente para homens.

Ademais, a ocupação feminina de cargos que eram considerados masculinos era vista como uma afronta para a sociedade que usava a justificativa de que as mulheres eram frágeis. Quando estas recebiam apoio masculino, era somente para dizer que elas iriam embelezar os cargos.

Os estereótipos da mulher rio-branquense seguiam a tendência nacional da visão positivista em que tinham sua imagem atrelada à da “mãe-professora”, desse modo, o discurso sobre ser mulher carregava a representação maternal ou professoral de que a educação das crianças deveria ser de responsabilidade feminina, visto que estas já teriam a “destinação natural”. Portanto, a regeneração cívica e, conseqüentemente, moral da sociedade viria pelos ensinamentos da mãe ou da educadora.

Por meio do ideário positivista e do ideário católico o papel social da mulher professora irá ter aspectos duais, uma vez que as docentes eram percebidas como “missionárias do saber”, as quais deveriam ter uma conduta moral impecável, dentro e fora das escolas, sendo elas responsáveis pelos ensinamentos dos valores patriotas e, em algumas instituições de ensino, ensinavam a rezar. Sendo assim, o objetivo do trabalho docente era ensinar a temer a Deus e a Pátria.

A dualidade no exercício da docência vai para além do que deveria ser ensinado pelas professoras, também é percebido nos discursos e estereótipos sobre ser mulher, uma vez que o ofício docente passou a ser entendido como feminino porque a função era considerada próxima da maternidade, assim não subvertendo a “destinação natural” das mulheres. Apesar disso, as professoras se mostraram como protagonistas de suas histórias, sobretudo pela atuação delas no ensino rio-branquense, como é caso das professoras Jacobede de Oliveira, Olindina Trindade e tantas outras que marcaram a educação da região.

Esse protagonismo feminino na educação é marcado nas páginas dos periódicos analisados, uma vez que vemos ex-alunos do Curso Normal exaltando a atuação das professoras, bem como nas páginas sociais que as mulheres que tinham ligação com o CNRML eram adjetivadas de outra maneira, enaltecendo a participação delas como normalistas ou professoras.

O Curso Normal Regional Monteiro Lobato foi implantado em um momento de expansão do ensino público rio-branquense, em que com a construção de escolas primárias se fez necessário ter profissionais habilitados para atuarem nessa etapa de ensino. Desse modo, em abril de 1949, é criado o CNRML. Em sua gênese esse estabelecimento de formação de regentes de ensino não tinha um prédio próprio, funcionando em outros locais. Contudo, as fontes não deixam claras em que lugares o Curso Normal funcionou, o que carece de mais investigações por outros pesquisadores que venham a desenvolver pesquisas sobre a temática.

O fato é que em 1951 a pedra fundamental da edificação foi lançada e os trabalhos com a obra foram iniciados. Ademais, o CNRML funcionou sob esta nomenclatura, formando regentes de ensino até 1964, ano em que passou a ser chamado de Ginásio Normal Monteiro Lobato, pelo que os decretos de criação nos dizem, mas a Revista Brasileira de Municípios (1964) traz informações sobre o ano 1962 e afirma que o Curso Normal já estava sob a nomenclatura de Ginásio Normal naquele ano, sendo esse o motivo de termos nomeado no gráfico 5 desta última maneira, como forma de legitimar a fonte.

O Curso Normal, enquanto instituição de formação, buscava atender a legislação vigente sobre o ensino normal, em alguns aspectos errando e em outros acertando. Dentre os acertos está a inauguração do Grupo Escolar Oswaldo Cruz como anexo, isto é, esse estabelecimento de ensino funcionava como uma espécie de “Colégio de Aplicação”, atualmente bastante comum em Instituições Federais. No Grupo Escolar, os normalistas tinham a possibilidade de aprender com a prática, aplicando os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

Dentre os erros do CNRML estava a emissão dos diplomas, dado que na ata de reunião do corpo docente (1952), os professores falam que a primeira turma do Curso estava preocupada com a validade do certificado de regente de ensino, mas a diretora apazigua a situação dizendo que estava tudo de acordo com a legislação. Contudo, dois anos mais tarde é denunciado nos periódicos que os diplomas emitidos estavam ferindo a Lei Orgânica do Ensino Normal.

Analisamos o Curso Normal também como um âmbito de trabalho e a partir das fontes observamos como os trabalhadores da instituição desenvolviam seus ofícios com poucos recursos e sendo mal remunerados. Ademais, quando reivindicavam por seus direitos eram ludibriados, como podemos ver na Ata da 21ª Reunião Extraordinária, que foi dito que o

aumento salarial não poderia ser dado em virtude de não haver um governador definitivo no Território.

Além disso, a maioria dos profissionais que desempenhavam atividades nesse estabelecimento de ensino não tinha a formação adequada com habilitação para docência, visto que atuavam em outras áreas, sendo médicos, engenheiros, enfermeiros etc. Portanto, podemos afirmar que o trabalho no CNRML era precarizado, em virtude da falta de insumos, infraestrutura adequada e pela má remuneração dos docentes.

No aspecto do gênero, observamos que o Curso Normal possuía um número reduzido de homens, sendo composto majoritariamente por mulheres, sejam matriculadas ou se formando. Sendo esse o motivo pelo qual os próprios jornais se referiam as turmas de formandos, como “formandas” e aos alunos do Curso como “alunas”, pois para a sociedade aquele ambiente era estritamente feminino.

O quantitativo elevado de mulheres matriculadas no CNRML, bem como as representações sociais e os discursos sobre o estabelecimento de ensino, nos fizeram perceber que como tantos outros Cursos pelo país afora, o Curso Normal Regional Monteiro Lobato também foi um espaço em que aconteceu o processo de feminização da docência. Por sua vez, a feminização pode ser entendida além dos estereótipos e das questões de subalternidade da mulher, mas compreendemos como um movimento de resistência e protagonismo, em que as mulheres conseguiram ser introduzidas no mercado de trabalho, alcançando sucesso profissional e acadêmico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane Soares de. A construção da diferença de gênero nas escolas – aspectos históricos (São Paulo, séculos XIX-XX). **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 1, p. 65-77, 2015.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.
- ALVARENGA, Elda. **A inserção das mulheres no magistério capixaba: desdobramentos possíveis no trabalho docente no estado do Espírito Santo (1845-1920)**. 2018. 359 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.
- ANJOS, Tiane Melo dos. **A escola normal e a feminização do magistério primário na Bahia entre 1842 e 1889**. 2018. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARQUIVO NACIONAL. **Arquivo Estadual de Roraima**. Disponível em: <<http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/arquivo-estadual-de-roraima>>. Acesso em: 12 de maio de 2022.
- AS MULHERES-fiscais e os comerciantes. **O Átomo**. 1953. nº 00097. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=719525&pasta=ano%20195&pagfis=27>>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- BARBOSA, Camila Palhares; MAIA, Tatiana Vargas. O pessoal é político: a crítica Feminista de Nancy Fraser e Catherine Mackinnon a Jürgen Habermas. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 7, n. 1, jul., 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BONJORNO, José Roberto *et al.* **Física: mecânica**, 1º ano. 2ª ed. São Paulo: FTD, 2013.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943**. Diário Oficial da União, 15 de SET. Seção 1, p. 13731.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946**. Diário Oficial da União, 04 de JAN. de 1946. Seção 1, p. 116.
- BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Diário Oficial da União, 12 de AGO. de 1971. Seção 1, p. 6377.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, 20 de DEZ. de 1996. Seção 1. s/p.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, Marília Pinto de. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPED (1999-2009). **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, p. 99 -117, v. 16 n. 46 jan./abr. 2011.

CHAMON, Magda. **Trajatória de feminização do magistério. Ambiguidade e conflitos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CLARIVATE ANALYTICS. **Research in Brazil: Funding excellence - Analysis prepared on behalf of CAPES by the Web of Science Group**, 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2019/09/ClarivateReport_2013-2018.pdf>. Acesso em: 03 de JAN. 2021.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**. Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p.185-206, jul./dez. 1995.

COSTA, Clóvis Nova da. **O vale do Rio Branco: suas realidades e perspectivas**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

CULTEMOS o Brio. **O Átomo**. 1953. nº 00131, p. 02. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=719525&pasta=ano%20195&pagfis=162>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Vol. 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

DIVISÃO de educação edital. **Boa Vista**. Boa Vista, 20 jun. 1954. nº 00258, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=63>>. Acesso em: 28 maio 2022.

FLORIANO, Jaine dos Santos. **“Não me interessa mais esta profissão”**: representações dos professores no Jornal Diário dos Campos (1932-1950). 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

GANDHI, Anuradha. **Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista**. 2ª Edição. Nova cultura, 2018.

GORZONI, Sílvia de Paula; DAVIS, Cláudia. O conceito de profissionalidade docente nos estudos mais recentes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 166, p. 1396-1413, 2017.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; LEAL, Elisabete. **Revisitando o Positivismo**. Canoas, RS: Editora La Salle, 1998.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.22, p. 201-246, 2004.

HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. **Censo da Educação Superior**. 2016. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-dados/metadados/inep/censo-da-educacao-superior.html>. Acesso em: 30 JUN. 2021.

IBGE. **Revista Brasileira dos Municípios**. nº 65/66, ano XVII, jan./jun. 1964.

INEP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. V. XIII, nº 35, jan./abr., 1949.

JOAQUIM, Jupira Simões Sandoval. **Raposa/Serra do Sol: Demarcação Territorial. Disputa Ideológica dos Atores nas Notícias da Imprensa Roraimense**. 2003. 186 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

JÚNIOR, Manoel Lobo. Os grupos políticos do estado de Roraima e a prática clientelista. **Textos & debates**, Boa Vista, n.18, p. 251-268, jan./jun. 2010.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75.

KRAUSE, Cristina da Silva Cavalcante. **Significações de gênero e implicações para o trabalho docente nas creches**. 2017. 286 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2017.

LACERDA, Talita Barcelos Silva. **Moral e docência feminina na formação do cidadão nas primeiras décadas da República (1889-1920)**. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

LANE, Sílvia. Usos e Abusos do Conceito de Representação Social. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

LEITE, Henrique Ferreira. Teoria, Metodologia e Possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Escritas**. Vol. 7 n.1. 2015. p. 3-17.

LIMA, Adalcina Azevedo. **Gênero e docência: trajetórias de saberes e poderes nas relações cotidianas em Boa Vista (1950/1990)**. Monografia (Especialização em História Regional) Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2005.

LIMA, Michelle Castro. **A formação das alfabetizadoras do triângulo mineiro e alto paranaíba – histórias construídas nas teses e dissertações – 1946 a 1979**. 2016. 183 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 443-481.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social. Vol. II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACEDO, Inês Rogélia Dantas. **A implantação e a expansão das escolas públicas em Boa Vista na década de quarenta**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro. UFRJ/IFCS, 2004.

MAGALHÃES, Anacleto de Araújo. **O perfil dos futuros professores: um estudo sobre os graduandos do curso de Pedagogia no município de Niterói – RJ**. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2015.

MARIANO, Jorge Luís Mazzeo. **A implantação da escola primária graduada em Presidente Prudente-SP: as contribuições das professoras primárias (1925-1938)**. 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEZES CORREIA, Cyneida; MUNARO, Luís Francisco; SILVA, Yara Cynthia Walker da. Os jornais impressos de Roraima e atividade política estadual (1914-1989). In: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, 2019, Parintins - AM. **Resumos**. Parintins: Intercom, 2019, p. 1-15.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça - O lado noturno das luzes**. Editora da Unicamp. Campinas: SP, 1999.

MORAES, Carla Gisele Macedo S. M; RAMALHO, Paulina Onofre. Centros de documentação de Boa Vista/RR: diagnóstico e problematização. **Revista CPC**, São Paulo, n. 9, nov. 2009/abr. 2010 p. 65-82.

MUNARO, Luís Francisco; MENEZES CORREIA, Cyneida. Os jornais impressos de Roraima e as transformações na atividade política estadual (1914-1989). **Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, v. 3, n. 3, p. 36-55, 1 set. 2019.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual do trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. 2 ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

NOIVADO. **O Átomo**. Boa Vista. 01 mar. 1955. nº 00197, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=719525&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=391>>. Acesso em: 31 maio 2022.

NÓVOA, António. (Org). **Profissão professor**. Porto: Editora Porto, 1995.

O CASAMENTO civil em face da lei básica da Nação. **O Átomo**. 1954. nº 00162. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=719525&pasta=ano%20195&pagfis=263>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

O COMÍCIO relâmpago de Adhemar. **O Átomo**. Boa Vista. 16 jul. 1955. nº 00177, p. 4.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/bib=719525&pagfis=443>>. Acesso em: 27 maio 2022.

O DIA das mães. **Boa Vista**. 1954. nº 00252. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=892971&pasta=ano%20195&pagfis=37>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

O DIA de Tiradentes. **Boa Vista**. Boa Vista. 25 abr 1954. nº 00250, p. 1. Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=892971&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=29>>. Acesso em: 31 maio 2022.

O SEXO no serviço público. **Boa Vista**. Boa Vista. 12 dez. 1954. nº 00279, p. 1. Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=189>>. Acesso em: 29 maio 2022.

OLIVEIRA, João Chrysóstomo. **Dois lances históricos**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1986.

OLIVEIRA, Sebastião Monteiro. As primeiras iniciativas de educação no vale do Rio Branco, Amazônia setentrional de 1890-1945: o contexto Social da época. **Olhares Amazônicos**, Boa Vista, v.5, n.1, p. 940-949, jan./jun. de 2017.

OPHIR, Adi. Das ordens no arquivo. In: SALOMON, Marlon (org.). **Saber dos Arquivos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2011.

PEÇO A PALAVRA. **O Átomo**. 1954. nº 00187, p. 4. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=719525&pagfis=367>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Cursos avaliados e reconhecidos por área de avaliação**.

2021. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/areaAvaliacao=37>>. Acesso em: 05 de JAN. 2021.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Cursos avaliados e reconhecidos por região**. 2021.

Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/quantitativoRegiao.xhtml>>. Acesso em: 05 de JAN. 2021.

PURCENO, Sônia da Silva. **Entre a vontade e o poder**: vida pedagógica, silêncio e criação do sujeito (“Professorinhas” em Boa Vista –RR). Dissertação (Mestrado em História).

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

RANIERI, Jesus. **Trabalho e Dialética**: Hegel, Marx e a Teoria Social do Devir. São Paulo: Boitempo, 2011.

RECORDAÇÃO. **O Átomo**. Boa Vista. 27 mar. 1954. nº 00151, p. 2 Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=719525&pagfis=234>>. Acesso em: 29 maio 2022.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 6, núm. 19, septiembre-diciembre, 2006, p. 37-50.

ROMERO, Rosana Lopes. **Representações sobre a profissão docente presentes no faz de conta de crianças de contexto rural**. 2018. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

S. S O PAPA exorta as professoras. **Boa Vista**. Boa Vista. 17 jan. 1954. nº 00243, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=1>>. Acesso em: 29 maio 2022.

SALVÉ SETE de setembro. **O Átomo**. Boa Vista. 05 set. 1953. nº 00124, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=gfis=137>>. Acesso em: 31 maio 2022.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos do problema no contexto brasileiro. **Rev. Bras. Educ. [online]**. 2009. Vol.14, n. 40, p. 143-155.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed. rev. São Paulo: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 286-293, JUN. 2015.

SCHRAMM, Milen Margareth Fernandes. **História da educação de Roraima: o Colégio Normal Regional Monteiro Lobato (1960-1970)**. 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

SCHRAMM, Milen Margareth Fernandes. **Roraima: escolarização e civilização na fronteira**. In: XIV Simpósio Internacional Processos Civilizadores: 'Civildade, Fronteiras e Diversidade' e IV Seminário Do Grupo De Pesquisa 'Educação E Processo Civilizador', 2012, Dourados. SIPC, 2012. v. 1. p. 1-10.

SCHWAHN, Angela Mari Mattos Pereira. **Gênero e o curso de magistério: uma reflexão sobre a formação de professor@s em nível de Ensino Médio**. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Educação. Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. v. 20, n. 2, p. 77-99, 1995.

SHIROMA, Eneida Oto. Profissionalização docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancellari; VIEIRA, Lívia Fraga. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes>>. Acesso em: 15 JUN. 2021.

SIEMS-MARCONDES, Maria Edith. Educação em Roraima: institucionalização escolar de 1943 a 2001. **Revista História e historiografia da educação**. Curitiba, v. 1, n. 2, p. 243-265, maio/agosto de 2017

SILVA, João Carlos da. Utopia positivista e instrução pública no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.16, p. 10 - 16, dez. 2004.

SILVA, Rosielma Barroso da. **A escola como extensão do lar: a feminização do trabalho docente no Brasil (1889-1930)**. 47 f. Monografia (graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2019.

SOCIAIS Aniversário. **Boa Vista**. Boa Vista. 02 maio 1954. nº 00251, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=892971&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=34>>. Acesso em: 31 maio 2022.

SOCIAIS Aniversário. **O Átomo**. Boa Vista. 07 abr. 1953. nº 00103, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=719525&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=53>>. Acesso em: 31 maio 2022.

SOCIAIS Aniversários. **O Átomo**. Boa Vista. 27 maio 1955. nº 00208, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=719525&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=431>>. Acesso em: 31 maio 2022.

SOUSA, Gabriela Marques de. **Formação docente em Minas Gerais: Escola Normal Oficial de Uberaba, 1948 a 1959**. 2017. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SOUZA, Alfredo. Somos Brasil: o ritual do 7 de setembro na construção da identidade nacional em Boa Vista entre as décadas de 40 e 70. In: MAGALHÃES, Maria das Graças S. Dias; SOUZA, Carla Monteiro de (Org.). **Roraima/Boa Vista: temas sobre o regional e o local**. Boa Vista: EDUFRR, 2012. p. 17-41.

SOUZA, Antônio Ferreira de. Roraima: fatos e lendas. **Roraima em Revista**, 1979.

STAMATTO, Maria Ines Sucupira. Um olhar na História: a mulher na escola (Brasil: 1549-1910). In: **História e Memória da educação brasileira**. Natal: EDUFRRN, 2002.

TEIXEIRA, Roberta Guimarães. **Na Penna da imprensa professoras e professores primários do século XIX (1852-1888)**: contribuições aos estudos da feminização do magistério. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

TELLES, Antonia Marlene Vilaça. **História da educação brasileira: a mulher como protagonista da educação no ideário positivista 1880-1930**. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2015.

TEMER, Michel. **Território Federal nas Constituições Brasileiras**. São Paulo: Revista dos Tribunais/EDUC, 1976.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Sundermann, 2003.

TORRES, Cláudia Regina Vaz; SANTOS, Marluse Arapiraca dos. A educação da mulher e a sua vinculação ao magistério. In: FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. **Ensaio sobre Gênero e Educação**. Salvador: UFBA, 2001. p. 129-142.

UMA CONTRIBUIÇÃO ao problema educacional do Rio Branco. **O Átomo**. Boa Vista. 01 jan. 1953. nº 00090-91, p. 9 Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader.aspx?bib=7>>. Acesso em: 29 maio 2022.

VIANNA, Carlos Eduardo Souza. Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira, **Revista Janus**. Lorena, ano 3, n. 4. 2006.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

XAVIER, Bruna de Farias. **Feminização do magistério no ensino secundário do Colégio Municipal Pelotense (1940-1960)**. 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

XAVIER, Wilson Jose Felix. **Razões e sensibilidades: um estudo sobre a construção do imaginário da docência feminina (1865 – 1917)**. 2015. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

YANNOULAS, Silvia C. Educar: ¿una Profesión de Mujeres? La Feminización del Normalismo y la Docencia en Brasil y Argentina (1870 - 1930). **R. bras. est. pedag.**, Brasília, v.74, n.178, p.713-738, set./dez. 1993.

YANNOULAS, Silvia C. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**. Brasília, ano 11, n. 22, p. 271-292, jul./dez. 2011.

ZÉ MARIA quando na secretaria-geral. **O Átomo**. Boa Vista. 25 set. 1954. nº 00177, p. 1 Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/bib=719525&pagfis=328>>. Acesso em: 27 maio 2022.

ANEXO A - Jornal O Átomo edição de 07-04-51

Pág. 3.^a

O ÁTOMO

B. V., Sáb. 7-4-51

PAI MONSTRO - Atentado contra a honra da própria filha de três anos

No dia 28 de Março preterito, no lugar denominado São Felipe, baixo Rio Branco, Flavio Monteiro de Farias, agricultor, quando se achava num roçado de sua propriedade, próximo a casa onde habita com sua mulher e uma filhinha de 3 anos de idade, de nome Teresinha, tentou estuprar esta criança, praticando com a mesma atos libidinosos.

Representação foi apresentada pela mulher de Flavio, Brasiliana da Silva, na Delegacia de Policia desta capital, tendo vindo a mesma a esta cidade, somente para tal fim. Acha-se aberto inquerito sob a presidencia do sr. Dr. Oscar de Almeida, Delegado da Capital, funcionando o escrivão Ernesto Pinto.

A queixosa relatou, segundo informações colhidas na Delegacia de Policia que, quando se achavam, ela e Flavio, num roçado próximo a sua casa, este afastou-se dela para um local onde se achava Teresinha a cata de melancia,

que mais tarde Teresinha queixou-se de dores no baixo ventre, notando Brasiliana que a criança estava febril; Teresinha, com a voz baibuciente de sua voz, contou-lhe (coisa também) que seu pai, Flavio, ameaçando-a de pancada, forçou-a, praticando com a criança, de três anos e sua

própria filha, repelentes libidinagens; que D. Brasiliana ao saber disso ficou afiita e ao mesmo tempo enojada do procedimento de Flavio, tendo, apesar de grandes dificuldades, con-

seguido uma passagem de São Felipe a esta cidade, no motor Pery vindo solicitar as autoridades a punição que Flavio merece por tão horrendo, quão repelente crime.

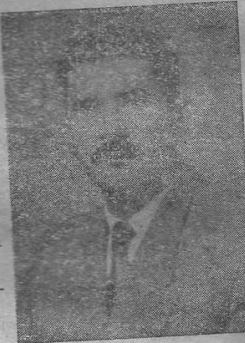
O sr. J. B. Guerra, Secretário Geral, fala ao O ÁTOMO

Nossa reportagem tendo comparecido ao Palácio do Governo, ocasionalmente teve oportunidade de manter ligeira palestra com o

um modo geral. Assim é que, tendo o Governo planejado a criação de varios serviços federais, que passaremos a enumerar, S. S.

M - DE -
O LUITGARDS
U MOURA &
R FILHOS
Bar e Bilhar
Sorvetes deliciosos
Bebidas nacionais e estrangeiras
End. Tel.: Mourabar
B BOA VISTA
A Ter. do Rio Branco
R

Prof. J. B. Guerra, a que viaja hoje pela Cruzeiro para o Rio de Janeiro, a serviço do Governo do Território.



Viagem, etc.

Cont. da 1.ª pagina va, tentou salva-lo, seguindo encalha-lo numa praia proxima, o que em parte conseguiu, apesar do mesmo ter metido muita agua.

Recuperada a carga que foi possivel, efetuou-se sua baldeação para outro batelão que tambem vinha a reboque.

Ao aportar o Caracará o comandante do «Grijó» solicitou o concurso do pratico Raimundo Soares da Mota, do Guararara, para passar o motor com o batelão restante, tendo sido atendido.

As 8 horas do dia 29, já quase transposto o trecho encachoeirado,

ceros de uma milha acima do «Bem Querere», o reboque foi colhido por um reboque que o fez sossobrar, perdendo-se toda a carga, bagagem e malas postais.

Foi instaurado inquerito na Policia Maritima para a devida apuração das tragicas ocorrencias. O Motor «Grijó» pertence a firma Wilson Miranda, está registrado em Manaus e viajava sob o comando do Sr. Francisco Alves Chagas, com uando 18 passageiros, sendo 4 menores.

Os passageiros, além do grande abalo, sofreram prejuizos consideraveis, ficando a maior parte em situação lamentavel e difficil.

Prof. João Batista Guerra, Secretario Geral, a qual resultou numa quase «entrevista», conseguindo informações bastante interessantes para nossos leitores.

Referindo-se á sua viagem á Capital da Republica pelo avião da Cruzeiro, de hoje, adiantou-nos S. S. prendendo-se a mesma a assunto de suma importancia, visando beneficiar a população mostrançose de

pretende desenvolver, junto aos Ministerios competentes, toda sua atividade para a mais pronta solução.

O empenho governamental dirige-se, no momento para os seguintes pontos:

Criação da Delegacia do Recrutamento, dado fato do grande coeficiente de in-submissos apresentado pelo Território do Rio Branco, tendo-se Cont. na 6.ª pag.

DUAS CASAS - Terrenos - Móveis

Vende o sr. Silva, a tratar com o mesmo, á rua Sebastião Diniz n. 22. Liquidação por motivo de pretender retirar-se do Território.

ANEXO B – Coluna Social Jornal *O Átomo*

SOCIAIS
ANIVERSÁRIO

Em Belem, Estado do Pará, aniversaria hoje o sr. Nelson Sampaio, comerciante em S. Miguel do Guamá, onde desfruta de grande conceito e prestígio político, sendo um dos mais destacados líderes ude-nistas daquele Município. Ao aniversariante que é cunhado no nosso diretor, jornalista Guimarães Junior, apresentamos nossos votos de prosperidades.

— A data de hoje registra o natalicio da prenodada srta. Eloá Brito, aplicada **aluna** do Curso Regional Monteiro Lobato. Nesta data, certamente, Eloá receberá as carinhosas demonstrações de estima a que faz já pela sua distinção.

— Decorrerá a 11 do corrente o natalicio do nosso confrade jornalista Nuno Vieira, alto funcionário do M. da Agricultura, na capital federal. Ao brilhante confrade, que é cunhado do nosso diretor, jor. Guimarães Junior, temos a satisfação de apresentar nossos votos de felicidades.

-X-

Enlace matrimonial

Na vizinha capital do Amazonas, realizou-se o enlace matrimonial da gentil srta. Stela Brito, filha dileta do nosso amigo Antonio Aurélio de Brito, com o sr. Antonio Clementino do Monte, alto funcionário do S. do Material.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=719525&Pesq=Olindina&pagfis=53>

>. Acesso em: 30 ago. 2021.

ANEXO C – Ata da 21ª Reunião Extraordinária em 24/02/1961

Ata da 21ª Reunião extraordinária da Congregação dos Professores do Curso Normal Regional "Monteiro Lobato".

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro, do ano de hum mil novecentos e sessenta hum, (1961), às dezete e trinta minutos, no gabinete do Excelentíssimo Senhor Governador do Território do Rio Branco, na sede do Palácio governamental, reuniu-se a Congregação dos Professores do Curso Normal Regional "Monteiro Lobato", a fim de tratar de assuntos referentes aos destinos do referido curso e pagamento do corpo docente do Estabelecimento.

Contando com a presença do Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. Sylvio Lofego Botelho, o Senhor Olavo Viana Braga, Diretor do S.A.G. e do Diretor da D.S., Dr. Nelson Trancoso Meireles e ainda com a presença dos professores do curso Normal, Senhores: Camilo Dias de Souza Cruz, Ecilda Maria Lemos Batista, Dr. Heitor Alves da Silva, Severino Goncalves Gomes Cavalcanti, Dr. Rosael Paes Barreto, Antonio Ferreira de Souza, Jaber Moises Xaud,

Lauçides Inácio de Oliveira e Jacopai Reis Cunha, teve início a sessão, usando da palavra o Diretor de Divisão de Educação, explicando ao Excelentíssimo Senhor Governador a finalidade d'aquela reunião.

O Diretor de Educação, continuando com a palavra, abordou a dificuldade que achava em continuar com o 2º ciclo, do curso de Formação de Professores Primários, por vários motivos: 1º, por haver contradição no Decreto 34, de 15/12/1959, em que modifica a denominação de curso Normal Monteiro Lobato, para Escola Normal Monteiro Lobato, com o (artigo) digo, parágrafo 1º, do Artigo 4º do citado Decreto, no que diz: "O primeiro ciclo denominado curso normal regional, é destinado a ministrar disciplinas necessárias ao preparo e à formação de regentes de ensino primário e terá a duração de quatro anos";

2º, a dificuldades de se conseguir professores a altura de lecionar as referidas matérias, pois são poucos os que tem no território e muitos dos referidos professores não se sujeitam a dar uma aula pela insignificante quantia de R\$ 100,00

Pediu a palavra o Sr. Helio Alves da Silva, alegando que o quadro docente era imprescindível

e que dele dependia o êxito da Escola Normal. Pediu também que se mostrasse a autorização oficial para o funcionamento do aludido curso, o que não foi feito pois não existia tal documentação; demonstrou também aos presentes a necessidade de recursos técnicos e material, alegando o mesmo lecionar Física e Química, naquele curso e não existir o necessário material para ilustração; finalmente pediu a todos os presentes que para continuar enganando os discentes, fechasse o curso, até que o mesmo estivesse realmente aparelhado. Com a palavra o Dr. Nelson Francoso Meireles, dando pleno apoio ao Prof. Hélio; e apresentando a sugestão de que se continuasse com o curso Normal Regional que embora nestes últimos anos encontrava-se atravessando grandes dificuldades, ainda era o curso legalmente autorizado para funcionar. Mediante tais conversações, o Governador Substituto Dr. Sylvio Lopes Botelho, procurou ouvir todos os presentes a respeito do fechamento provisório do curso Normal de 2º ciclo; estando todos de comum acordo, Sua Excelência determinou que se fechasse tal curso até ulterior deliberação. O Prof. Lancides de Oliveira abordou um assunto de interesse de todos; o aumento para R\$ 300,00 por aula ministrada, porém

o Dr. Sylvio Botelho, alegando está no governo apenas por poucos dias, a espera do titular que já tinha sido nomeado pelo Presidente da Republica, não pretendia modificar nada, principalmente referente a dinheiro. Apresentou a sugestão de que nova reunião fosse convocada, dessa vez com a presença do governador titular e que tal reivindicação fosse a êle apresentada.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão e para constar foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por quem de direito.

- (Assinaturas)
 Aceptai Luis Cruz
 Otila Jo. Lemos Batista
 Noemia Bastos Araozonas
 M^a de. Fatima Pereira da Costa
 G. Felipe
 J. A. A. A.
 J. A. A. A.
 Salverde Barbosa de Araujo

ANEXO D – Humberto Luiz da Trindade, professor de anatomia do CNRML e médico da Divisão de Saúde Pública do TFRB

Aos meus clientes, amigos e alunos de Curso Normal Regional

Tendo, por livre e espontânea vontade, de deixar o Território do Rio Branco e, na impossibilidade de me despedir, pessoalmente, de todos os meus clientes, amigos e alunos do **Curso Normal Regional**, sirvo-me das colunas deste vibrante O A'TÔMO para cumprir com esta obrigação. E, faço-o com a consciência tranquila de que, aqui, como por onde tenho passado, soube cumprir, irrestritamente, com os meus deveres de cidadão e de profissional, merecendo sempre, o que me honra sobremodo, a consideração da família ricbranquense, a quem servi por 18 meses, com dedicação e respeito.

Levo no coração, a mais inlelevel das recordações desta terra e desta gente que, se Deus permitir, reve-los-hei, em breve.

A todos os que me distinguiram com a sua amizade, meus protestos da mais alta consideração e do mais distinto apreço.

Bôa Vista, 24 de Setembro de 1954.

Dr. Humberto Luiz da Trindade
Professor de Anatomia e Fisiologia do Curso Normal Regional Monteiro Lobato e Médico da Divisão de Saúde Pública do Território do Rio Branco.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=719525&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=341>>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ANEXO E – Ano letivo de 1965

Doc 7

TERRITÓRIO FEDERAL DE GOIÁS
COLÉGIO NORMAL "MONTEIRO LOBATO"

ANO LETIVO DE 1965

Relação nominal do corpo docente e suas matérias, concernente a 1º ciclo.

Primeiro ciclo

<u>NOME DO PROFESSOR</u>	<u>MATÉRIA</u>	<u>SITUAÇÃO DO PROFESSOR</u>
Maria do Carmo Franco de Queiroz	Português	Tem curso normal e ginasial (1º ciclo) - está requerendo renovação de autorização.
José Augusto Freire Martins	Matemática	Concluiu o Curso científico e é bancário - está requerendo inscrição, próximo Exame de Suficiência.
Rubeldimar Maia de Azevedo Cruz	Geografia do Brasil	Tem Exame de Suficiência - registro nº 35.718
Severino Gonçalo Gomes Cavalcante	História do Brasil	Tem Exame de Suficiência - registro nº 34.439
Valverde Barbosa de Araújo	Introdução à Ciências	É técnico em Contabilidade - está requerendo inscrição para os próximos exames de Suficiência.
Janequal Reis Cunha	Desenho	Tem Exame de Suficiência - registro nº 40.175
Dr. Aluir Nogueira	Higiene e Puericultura	É médico formado pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro - diplomado em 22 de dezembro de 1964.
Elisabeth Ferraz de Sá Barreto	Educação Física	Diplomada pela Escola de Educação Física do Recife em 1958. Nº do Diploma: 5.478
Augusta de Oliveira Ferreira	Artes Industriais	É professora com diploma de 2º ciclo normal e especializada em artes industriais pelo INEP


Boa Vista, 8 de março de 1965

Severino Gonçalo Gomes Cavalcante
Diretor do Colégio Normal
"Monteiro Lobato".

VISTO:
Voltaire Pinto Ribeiro
Diretor da Divisão de Educação

Fonte: Arquivo escolar.

ANEXO F – Vida escolar da aluna: Yvonne Sulamita Gomes de Magalhães


REGISTRO
 Secretaria Geral em Boa Vista, 07.12.1952
Assessoria Divisão de Educação

TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
 Registrada à fls. 4 do livro competente.
 Secretaria da Divisão de Educação, em Boa Vista,
 A.F. de 21/12/52 de 1952
 Oficial: *Cláudia Lira de Melo*

Vida Escolar da Aluna: Yvonne Sulamita Gomes de Magalhães
1.º CICLO -- Curso de Formação de Regentes de Ensino Primário

1.ª SÉRIE	OBSERVAÇÕES:	3.ª SÉRIE
Português 89,1		Português 89,9
Matemática 71,7		Matemática 71,9
Geografia Geral 81,5		História Geral 86,2
Ciências Naturais 83,5		Noções de Anatomia e Fisiologia Humana 67
Desenho e Caligrafia 96,4		Desenho 15,5
Canto Orfeônico 72		Canto Orfeônico 19,7
Trabalhos Manuais e Economia Doméstica 78,4		Trabalhos Manuais 99,8
Enfermagem e Puericultura 79,7		Atividades Econômicas da Região 87,7
Média Geral 77,5		Média Geral 71,7

2.ª SÉRIE	OBSERVAÇÕES:	4.ª SÉRIE
Português 83,7		Português 93,6
Matemática 92		História do Brasil 81,4
Geografia Geral 98,7		Noções de Higiene 82,4
Ciências Naturais 84,3		Psicologia Educacional 97,8
Desenho e Caligrafia 83,5		Pedagogia 83,6
Canto Orfeônico 82,4		Desenho 82,8
Trabalhos Manuais 85		Canto Orfeônico 75
Atividades Econômicas da Região 87		Didática e Prática de Ensino 93,9
Média Geral 87		Média Geral 86,1

Registrada a fls. 3 do livro competente em 5/12/52

TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO
CURSO NORMAL REGIONAL "Monteiro Lobato"
Mec: ...
CANTO ORFEÔNICO
DIRETOR

Registrada a fls. 3 do livro competente em 5/12/52

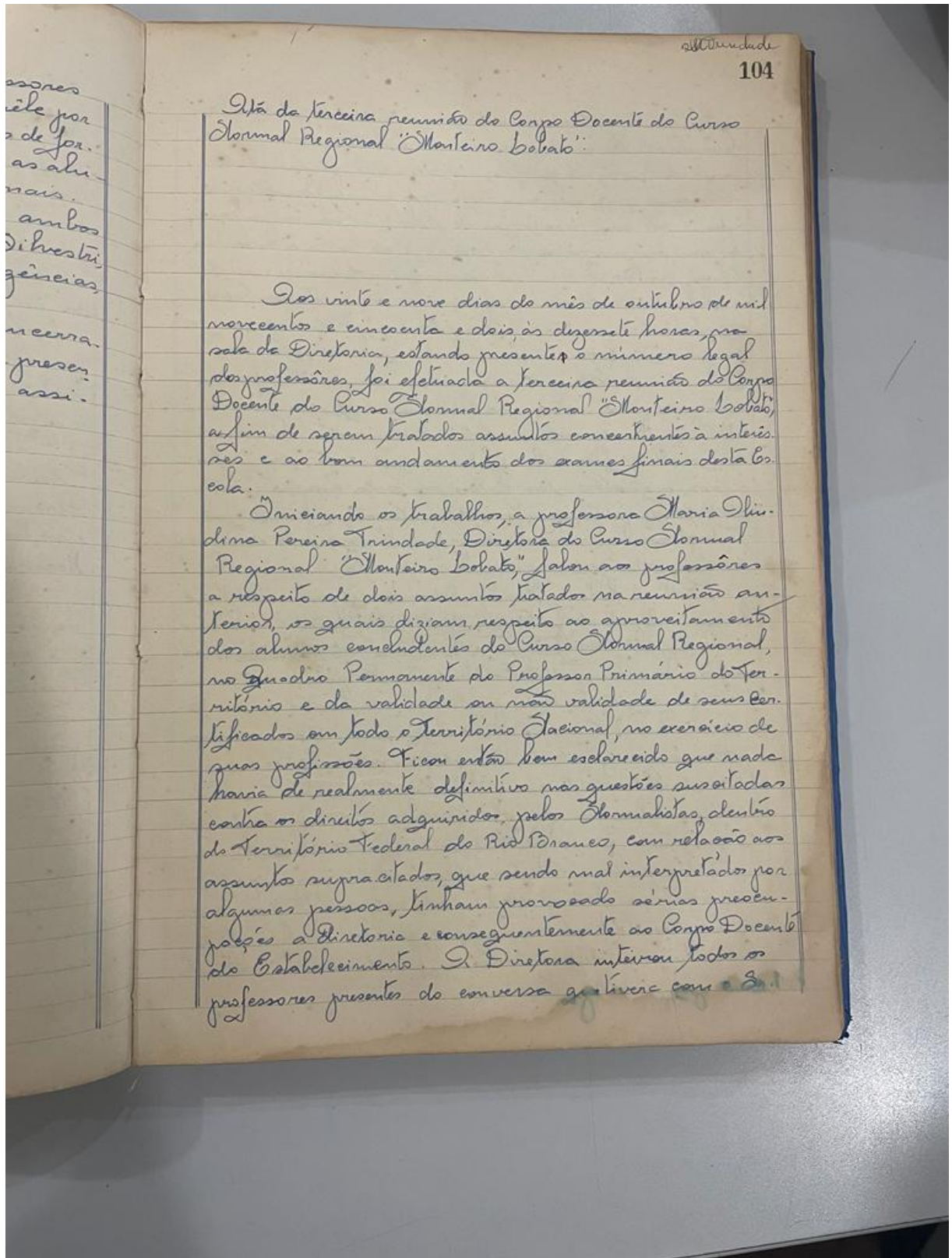
TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO
CURSO NORMAL REGIONAL "Monteiro Lobato"
Cláudia Lira de Melo
SECRETÁRIA

Secretaria do Curso Normal Regional "Monteiro Lobato", em Boa Vista, 6 de Dezembro de 1952.

Cláudia Lira de Melo
 Secretária

Fonte: Arquivo escolar.

ANEXO G – Ata da 3ª reunião do corpo docente (1952)



Fonte: Arquivo escolar.